

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

VANESSA DA COSTA

“Uma vez Mulher da Paz, sempre Mulher da Paz”
Uma década depois: trajetórias reflexivas e cotidianidades das Mulheres da Paz do
Território de Miguel Couto.

São Paulo

2020

Vanessa da Costa

“Uma vez Mulher da Paz, sempre Mulher da Paz”
Uma década depois: trajetórias reflexivas e
cotidianidades das Mulheres da Paz do Território
de Miguel Couto.

Dissertação apresentada ao curso Maestría
Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade
LatinoAmericana de Ciências Sociais e Fundação
Perseu Abramo, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de Magíster en
Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Maria Fleury Teixeira

São Paulo

2020

Ficha Catalográfica

COSTA, Vanessa

“Uma vez Mulher da Paz, sempre Mulher da Paz”

Uma década depois: trajetórias reflexivas e cotidianidades das Mulheres da Paz do Território de Miguel Couto/ Vanessa da Costa. Cidade: São Paulo. Flacso/FPA.2019

157 f.

Dissertação (Magíster em Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2019.

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Maria Fleury Teixeira

Vanessa da Costa

“Uma vez Mulher da Paz, sempre Mulher da Paz”. Uma década depois: trajetórias reflexivas e cotidianidades das Mulheres da Paz do Território de Miguel Couto.

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, Facultad Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovada em 30/01/2020

Profa. Dra. Sonia Maria Fleury Teixeira –
Centro de Estudos Estratégicos – CEE / FIOCRUZ

Profa. Ma. Alessandra Felix de Almeida- –
FLACSO-Brasil 2º membro

Profa. Carla de Castro Gomes. Pós-doutoranda –
PAGU/Unicamp. – 3º Membro

À Cristina Dorigo (In memoriam), por toda insistência, formação e por ter deixado em mim o legado com/pela/para às mulheres. O luto virou luta!

À Judith Tavares (In memoriam), a Mulher da Paz mais idosa, quem ofereceu sorriso, trabalho, força e coragem a todas as gerações de Mulheres da Paz de Miguel Couto.

À Maria e Zelino (meus pais), por tudo!

Agradecimentos

O caminho foi longo até aqui e só foi possível, porque caminhei com muitas pessoas, sobretudo, com muitas mulheres e isso fez toda a diferença nas minhas escolhas. Foram muitos encontros, trocas coletivas, choros contidos, dias de mais durezas e outros, de leveza. Muitos apoios e vivências. É um dos ciclos mais importantes da minha vida e agradecer é o coroamento de tudo que me foi permitido aprender e alcançar neste trabalho.

Abro este momento de gratidão agradecendo a todas as Mulheres da Paz do Território de Miguel Couto. Vocês me impulsionaram!! Com vocês vivi um dos melhores tempos da minha caminhada profissional e militante. Obrigada por compartilharem a vida de vocês neste trabalho. Obrigada por existirem e não desistirem. Todo meu respeito e carinho!

Agradeço a todos os professores e professoras da Flacso-Brasil e todos os funcionários e funcionárias da Fundação Perseu Abramo, pela oportunidade, pelas aulas, pelas trocas e todo apoio até a concretização deste curso.

Agradecimento especial à querida Salete Valesan, diretora da Flacso Brasil, pelo apoio de sempre e amizade.

Ao professor Pablo Gentili a quem me deu a oportunidade das primeiras aulas de mestrado e por todo conhecimento compartilhado. Assim agradeço ao PPFH, seus funcionários, pela acolhida e colaboração na defesa.

Agradecimento as professoras Carla Gomes e Alessandra Almeida pelo aceite e participação neste coroamento, minha banca de defesa. Uma honra tê-las neste momento.

Agradeço aos meus colegas de turma, a turma 6. Em especial, agradeço a minha Panela que se formou nos primeiros instantes de aula e nunca mais se separou. Será sempre assim. Não sei como chegaria aqui se não tivesse vocês: Marcilene, Fred, Alvarina, Alzira, Lizete, Diego, Bernardo, Rodrigo. O Brasil nos juntou e nos fez para sempre amigos! Amo vocês! (Cisco no olho). Em especial a minha amiga, companheira de estrada e quarto, Marcilene Souto.

À equipe da Sondagem (FGV/IBRE) por toda torcida, apoio, solidariedade e compreensão nos meus dias mais difíceis. Agradeço em especial a Ana Galdino, minha supervisora, por toda compreensão e meu atual chefe André Lavinas, pela força no finalzinho deste trabalho.

Agradecimento aos bibliotecários da biblioteca da FGV. Ajuda, paciência, colaboração e apoio. Agradeço em especial aos profissionais Sandro e Gabriel.

Agradecimento mais que especial à minha super chefe Roberta Carvalho. O seu apoio que chegou na minha inscrição, passou pela prova, pelo dia do resultado, foi até a elaboração do meu sumário que foi a última produção. Em toda fase, seu incentivo e carinho. Obrigada por tudo e por tantos.

Agradeço à minha colega de jornada na orientação Roberta Sampaio, esta baiana querida que foi apoio e leveza nos dias de choro pelo WhatsApp.

Aos colegas Thiago dos Santos e Arthur Catraio por todo apoio acadêmico e amizade. Vocês me inspiram!

A todos os meus amigos e amigas de uma vida toda que nunca deixaram de entender esse momento, que mesmo não entendendo a distância, não deixaram de apoiar. Todas minhas amigas e amigos, sem exceção. Sintam-se abraçados e agradecidos!

Agradecimento mais que especial, à minha orientadora Professora Sônia Fleury. Nosso encontro acadêmico não começou nesta orientação. Foi bem antes. Abriu a porta na primeira batida e foi fundamental em um dos períodos mais duros da minha vida. No divisor de águas de minha trajetória, você foi o bom vento da compreensão, apoio e afeto. Sei que não foi fácil orientar este trabalho, foi intenso (trabalhoso) e, ainda assim, nunca duvidei do quanto você também acreditou nesta “história” que aqui vim contar, sobre tantas vidas, sobre tantos percursos que acreditamos. Que a sorte a minha, professora. Que sorte tê-la como mestra, orientadora e educadora. Obrigada por cada contribuição e cada significado que deu a esta dissertação. Gratidão para sempre!

A minha mestra inspiradora que tanto me incentivou, mesmo na distância, sempre me inspirou. Saudade eterna, lembrança e afeto. Professora Maria Campos. Por meio dela, agradeço as demais professoras da minha Rural, por minha formação e afeto até os dias de hoje, Gisele Patrícia e Elisa Guaraná.

À Professora Marli, mestra amiga, força, inspiração e a gestora pública mais admirável, que me ensinou um pouco do que hoje eu sei e sobretudo, me incentivou a lutar e trabalhar olhando as pessoas, suas causas, seus lugares. Obrigada por sempre ter sido uma fortaleza para mim, em especial nestes últimos dois anos.

Ao meu companheiro Júlio Mourão. Não sei até aonde eu iria se, desde o dia da prova, da comemoração do resultado, do início das disciplinas, das leituras de todos os textos, debates, até a finalização desta dissertação, sem seu apoio, sem suas mãos dadas neste caminho tão longo. Com você por perto, foi mais seguro seguir.

A toda minha família, em especial aos meus irmãos, Verônica, Venício, Vanderson e Valéria. Vocês são essenciais nos meus dias, não tem distância para nós. Sei o quanto se orgulham dessa irmã e por isso, tudo compartilho com vocês e com os filhos de vocês, que de certa forma, são também meus.

Aos meus amados pais Maria Serafim e Sr. Zelino, nunca teve distância para nós. Sei o quanto vocês estiveram presente em pensamento, orações e quando possível, me fortalecendo com os melhores abraços. Perdão por minhas ausências, broncas, durezas e muitas vezes impaciências. É o dia que a filha da costureira e do operador de máquina, está virando mestra. Obrigada amores da minha vida. Amo vocês!

A todos e todas que de forma direta ou indireta me auxiliaram, me ajudaram e fizeram com quem esse sonho fosse possível. Ao coletivo estadual de mulheres do qual faço parte no Partido dos Trabalhadores. As mulheres que me inspiram diariamente, pela coragem, força e pela luta por um mundo melhor, mais justo e igual. Agradeço a quem rezou, orou, pensou positivo, deu uma dica, sugestão, comida, um doce, uma cerveja, tudo foi generosidade e transformado em linhas e pensamentos. Obrigada gente!

Obrigada Deus, na fé que exerço me trouxe luz, força e leveza aos dias mais intensos e tensos. Graças por tudo!

“As rosas da resistência nascem no asfalto. A gente recebe rosas, mas vamos estar com o punho cerrado falando de nossa existência contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas.”

Marielle Franco (2018)

Resumo

Essa dissertação discute o tema de gênero e políticas públicas tendo como referencial empírico o projeto Mulheres da Paz, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania, o Pronasci, lançado no Rio de Janeiro em 2008, no governo do ex-presidente Lula, com posterior expansão a todo país. O estudo reflete a trajetória de vida e o cotidiano das Mulheres da Paz, uma década depois do lançamento do projeto. Foi realizada uma pesquisa empírica no território de Miguel Couto, na cidade de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, onde o projeto foi executado entre os anos de 2008 e 2011, com a participação de 143 mulheres deste local. Buscamos identificar em que medida essa política contribuiu para a autonomia, empoderamento e cidadania das mulheres beneficiárias, na perspectiva das relações de gênero, pautadas no programa de formação, e/ou ainda, se ele não foi significativo para alcançar novas possibilidades de autonomia em suas trajetórias. Para este estudo foi realizada uma pesquisa de campo com 20 mulheres ex-participantes do projeto. Nosso interesse nesta investigação foi de captar a realidade atual das mulheres beneficiárias desta política e a forma como elas traduziram as concepções e diretrizes do projeto para as suas vivências diárias. Em tempos de desmontes institucionais que impactam diretamente a vida das mulheres no Brasil, esta dissertação fomenta reflexões e produz memória de uma das últimas implementações de políticas públicas de amplo alcance e com transferência de renda direta, voltada às mulheres no estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chaves: Mulheres da Paz, Gênero, Políticas Públicas, Cidadania, Empoderamento, Autonomia, Território, Baixada Fluminense.

Abstract

This dissertation discusses gender and public policies, having as empirical reference the Women of Peace project, under the National Program of Security with Citizenship, Pronasci, launched in Rio de Janeiro in 2008, during the government of former President Lula, with subsequent expansion to the whole country. The study reflects the life trajectory and daily life of Mulheres da Paz, a decade after the project implementation. An empirical research was done in the territory of Miguel Couto, in the city of Nova Iguaçu, at Baixada Fluminense, where the project was executed between 2008 and 2011, with the participation of 143 women. We seek to identify the extent to which this policy has contributed to the autonomy, empowerment and citizenship of beneficiary women, from the perspective of gender relations, based on the training program, and / or if it was not significant to achieve these goals and new possibilities for autonomy over their trajectories. For this study a field research was conducted with 20 women former project participants. Our interest in this research was to capture the current reality of women beneficiaries of this policy and how they translated the project's conceptions and guidelines into their daily experiences. In times of institutional dismantling that directly impact the women's lives in Brazil, this dissertation fosters reflections and produces a memory of one of the latest wide-ranging public policy with cash transfer to women in the state of Rio de Janeiro.

Keywords: Women of Peace, Gender, Public Policies, Citizenship, Empowerment, Autonomy, Territory, Baixada Fluminense.

Lista de Abreviaturas e Siglas

AMB – Associação de Mulheres Brasileiras

CEDAW – Convenção de Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher

CEF – Caixa Econômica Federal

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe

CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria

CIAM BAIXADA – Centro Integrado de Atendimento à Mulher da Baixada

CIEP – Centros Integrados de Educação Pública

CMNI – Câmara Municipal de Nova Iguaçu

CMSMA – Casa do Menor São Miguel Arcanjo

CNDM – Conselho Nacional de Direitos da Mulher

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MJ – Ministério da Justiça

MPAZ – Mulheres da Paz

NI – Nova Iguaçu

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PCD – Pessoa Com Deficiência

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança e Cidadania

PT – Partido dos Trabalhadores

SEASDH – Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micros Empresas

SEMED – Secretaria de Educação

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SESC – Serviço Social do Comércio

Lista de Tabelas

Tabela 1. Perfil geral das mulheres entrevistadas.....	49
Tabela 2. Referências publicadas.....	90
Tabela 3: Síntese comparativa – 2009-2019.....	137
Tabela 4: Síntese comparativa – 2009-2019- MPAZ21.....	139

Lista de Figuras

Figura1: Mapa Descritivo- Percepção Geral do Projeto.....	51
Figura 2. Mapa Descritivo - Empoderamento e Autonomia.....	52
Figura 3: Mapa Descritivo – Cidadania das Mulheres.....	52
Figura 4: Mapa Descritivo- Relações de Gênero.....	53
Figura 5: Logomarca utilizada para todos os documentos dos projetos e programas do Pronasci.....	61
Figura 6. Convite – Lançamento do livro do projeto Mulheres da Paz. 2011.....	69
Figura 7. Apresentação para reunião com equipes dos territórios – abril/2011.....	77
Figura 8. Mapa de Nova Iguaçu.....	78
Figura 9. Que as mulheres sejam livres.....	149

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Avaliação do território em que reside/atua: 42% das respostas válidas.....	70
Gráfico 2. Reconhecimento das MPAZ nos territórios.....	71
Gráfico 3. Comunicação: as formas como as MPAZ acessaram ao projeto.....	72
Gráfico 4. Cumprimento das metas do projeto.....	73
Gráfico 5. A estrutura familiar - Considera-se 84% das respostas válidas.....	73
Gráfico 6. Renda Familiar – 93% das respostas válidas.....	74
Gráfico 7. Religião – 95% das repostas válidas foram consideradas.....	74
Gráfico 8. Grau de Escolaridade – 2011.....	75
Gráfico 9. Situação Estudantil – 2011.....	75
Gráfico 10. Faixa Etária.....	96
Gráfico 11. Cor/Raça.....	97

Gráfico 12. Estado Civil.....	97
Gráfico 13. Escolaridade.....	98
Gráfico 14. Religião.....	98
Gráfico 15. Local de moradia: bairros.....	99
Gráfico 16. A maternagem das MPAZ.....	100
Gráfico 17. Grau de insatisfação com o projeto.....	102
Gráfico 18. Motivo pelo término do projeto.....	103
Gráfico 19. A ocupação das MPAZ.....	108
Gráfico 20. Recebimento de outros benefícios.....	113
Gráfico 21. Relação de gênero: quem mais contribui com as despesas domésticas.....	114
Gráfico 22. Reações de gênero: o cuidado com a família.....	119
Gráfico 23. Participação em outros projeto e programas.....	120
Gráfico 24: Preconceito sofrido.....	120
Gráfico 25: Divisão sexual do trabalho.....	124

Sumário

INTRODUÇÃO.....	16
-----------------	----

1. DE ONDE PARTIMOS - MARCO CONCEITUAL	22
1.1 Políticas Públicas e Gênero- Alguns conceitos	22
1.2. Os marcadores deste estudo	28
1.2.1 Empoderamento e Autonomia	29
1.2.2 A perspectiva da Cidadania	36
1.2.3 Gênero e cidadania, diferenças e reconhecimento, questões além do tempo	41
1.3 Questões metodológicas deste estudo	46
1.3.1 Objetivo Geral	47
1.3.2. Objetivos Específicos	47
1.3.3. Procedimentos Metodológicos:	47
2. O PROJETO MULHERES DA PAZ	56
2.1. Uma síntese do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – O Pronasci	56
2.2. O projeto Mulheres da Paz: uma ação do Pronasci	58
2.2.1. O Projeto Mulheres da Paz no Estado do Rio de Janeiro: cultura e territórios da paz	60
2.2.2 A Avaliação final do projeto Mulheres da Paz no estado do Rio de Janeiro	69
2.3 O projeto Mulheres da Paz em Nova Iguaçu e o Território de Miguel Couto	77
2.3.1. O Bairro de Miguel Couto	79
2.3.2 O território de Miguel Couto	80
3. O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA - A ESCUTA NO CAMPO	89
3.1. O campo-tema no Território de Miguel Couto	91
3.2. O reencontro em campo com as Mulheres da Paz	92
4. TRAJETÓRIA E COTIDIANO DAS MULHERES DA PAZ DE MIGUEL COUTO. ANÁLISES REFLEXIVAS	95
4.1 Traçando perfis. Quem são as Mulheres da Paz de Miguel Couto?	95
4.2. Os passos iniciais e a percepção geral das Mulheres da Paz sobre o projeto	101
4.3. Trajetórias, cotidianos e as narrativas das Mulheres da Paz. A percepção do campo-tema	106
4.3.1. A autonomia das Mulheres da Paz e questões sobre empoderamento feminino	107
4.3.2. A dimensão da cidadania	117
4.3.3 Relações de gênero: a percepção cotidiana das Mulheres da Paz	123
4.4 “Eu dei meu grito de guerra ali!” As mudanças percebidas por elas	131
4.4.1 As narrativas sobre o antes e o depois. Lugar de fala, lugar de alcance	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	150
ANEXO I – ROTEIRO DE ENTREVISTA	156

INTRODUÇÃO

Vestidas de blusas brancas de dizeres lilás, quase sempre em grupos, seguiam pelas ruas dos bairros. Era fácil visualizar, tal como despertar curiosidade por elas. De ondem vêm, quem são e o que estão fazendo? Essas perguntas e descrição, permearam mais de 18 territórios do Estado do Rio de Janeiro, desde que foi lançado, em novembro de 2008, o edital para inserção de mulheres das comunidades no projeto Mulheres da Paz (MPAZ). A chamada para ser uma liderança comunitária, que passaria por formação diversa e contínua, dizia ainda, que as mulheres selecionadas deveriam tutelar, deveriam atuar como “madrinhas” dos jovens participantes do outro projeto integrado, denominado Protejo. Além disso, apesar de ser questionável o valor (R\$ 190,00 – cento e noventa reais à época e sem reajustes durante todo o período de execução do projeto), a bolsa mensal destinada às mulheres participantes aparecia como uma janela de oportunidades financeiras para algumas. Assim, inicia-se a trajetória de mais de duas mil e quinhentas mulheres do Rio de Janeiro, inscritas e admitidas no projeto Mulheres da Paz.

O projeto foi criado pelo governo federal, no segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci, executado pelo Ministério da Justiça. O MPAZ, foi realizado em diversos estados brasileiros, tendo sido lançado no Rio de Janeiro, em dezembro de 2008, tornando o estado pioneiro. Para esta análise, vamos nos referir empiricamente à execução do projeto no território de Miguel Couto, na cidade de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense.

A partir desta contextualização inicial do projeto Mulheres da Paz no Estado do Rio de Janeiro, examinaremos a implementação desta política de recorte de gênero, considerando desde seu desenho a nível nacional até sua adequação ao plano local. Nossa análise buscará refletir a trajetória e o cotidiano das Mulheres da Paz do território de Miguel Couto, a partir da sua inserção no projeto, envolvendo todo seu percurso formativo, como também suas vivências em anos posteriores, após a conclusão culminada com a formatura.

pesquisa de campo como estas participantes dialogam com esse simbolismo identitário de “ser uma Mulher da Paz”, mesmo decorridos sete anos desde a formatura no ano de 2011.

Segundo Farah (2004:47), a incorporação de gênero nas políticas públicas, ainda é uma temática pouco explorada e, por isso, há uma lacuna a ser superada. Com o objetivo de analisar essa perspectiva, a partir do projeto Mulheres da Paz, fica uma questão a ser atendida:

O projeto Mulheres da Paz foi uma política de recorte de gênero, que promoveu entre suas beneficiárias, empoderamento e autonomia? Conferiu-lhes mais consciência de cidadania e equidade de gênero, nas suas relações sociais e familiares?

Ao trazermos esta problematização, direcionamos a discussão deste trabalho, em busca de respostas que correspondam às questões que ora se apresentam em referência a temática de gênero e políticas públicas.

O aporte teórico deste estudo traz referências de autoras brasileiras que debatem a perspectiva de gênero nas políticas públicas, assim como de autoras de outros países que também são referência no tema. Foram utilizados também materiais do ponto de vista do marco legal, notícias relativas ao programa vinculadas na grande mídia do Rio de Janeiro, consulta a sites feministas e/ou relativos às questões das mulheres, redes sociais, sites governamentais e outras leituras que contribuíram para a discussão teórica e sustentação para a pesquisa de campo.

Sendo assim, essa dissertação foi organizada em 4 capítulos. No capítulo 1, tratamos o marco conceitual e delimitamos como a nossa partida – De onde partimos. Neste capítulo abordamos a nossa composição teórica utilizando autores que descrevem e dialogam sobre conceitos de políticas públicas e gênero; os marcadores deste estudo que versam sobre as dimensões trazidas como proposta de estudos e efetivadas na escuta no campo, sendo estes: empoderamento e autonomia; cidadania e relações de gênero. Neste capítulo também, pontuamos as questões metodológicas que apresentam o desenho da pesquisa, os objetivos

traçados tal como as hipóteses que provocam as reflexões que atravessaram esta dissertação.

No capítulo 2, realizamos uma apresentação do projeto Mulheres da Paz. Também realizamos uma síntese do Programa Nacional de Segurança com Cidadania- o Pronasci; o projeto Mulheres da Paz no estado do Rio de Janeiro, mostrando a visão geral de funcionamento, as comunidades e regiões que executaram as diretrizes do projeto nos territórios, o quantitativo de participantes no estado e também as informações gerais, administrativas, políticas e afetivas do MPAZ. Considerando a importância de contextualizarmos a realidade local, a última seção deste capítulo apresenta o MPAZ no território de Miguel Couto e dessa maneira buscamos evidenciar os aspectos e características do bairro tal como a forma que foi visto como território pelas ações locais do Pronasci.

No capítulo 3, descrevemos o percurso metodológico da pesquisa, a escolha do campo-tema de Spink (2003), utilizado como referencial metodológico e a opção pela escuta, pelo protagonismo das falas, da centralidade das narrativas gravadas e das conversas feitas com as 20 mulheres selecionadas. Neste capítulo procuramos narrar as experiências de construção da pesquisa, o desenho do roteiro das entrevistas, a maneira como se deu o contato e a conexão como as MPAZ e, propriamente, o reencontro da pesquisa com essas mulheres.

Por fim, no capítulo 4, que tem por título Trajetória e Cotidiano das Mulheres da Paz de Miguel Couto- análises reflexivas nos dedicamos a apresentar as MPAZ participantes deste estudo e bem menos do que gostaríamos, pois certamente poderíamos falar muito mais sobre as questões de suas vidas a partir dos depoimentos, apresentamos os perfis das entrevistadas e os depoimentos que elas gentilmente e com alegria se dispuseram a participar.

Neste capítulo estão as análises do campo organizadas nas dimensões que orientaram nosso roteiro de entrevista e que também deram linha aos estudos que nos propomos realizar. Nos detemos a analisar as falas, as “entrelinhas”, a dinâmica da entrevista, com vistas a responder à pergunta que dá centralidade a discussão deste estudo.

Nossas análises no capítulo 4 e os apontamentos nas considerações finais não trazem respostas fechadas e equacionadas, porém, reafirmam a importância de construir agendas governamentais que dialoguem com as pautas femininas e fomentem políticas públicas. Uma provocação importante para pensar o papel do estado neste contexto, sobretudo em períodos de retrocessos para as políticas públicas e de falta de perspectiva de uma agenda que construa novas possibilidades, e o redesenho de outras políticas com recorte de gênero destinada as mulheres brasileiras.

1. DE ONDE PARTIMOS - MARCO CONCEITUAL

Nesta sessão trataremos os conceitos que fundamentam a base teórica deste estudo. Buscaremos articular os temas norteadores na discussão das políticas públicas e gênero, considerando os marcadores de empoderamento, autonomia, cidadania e equidade de gênero, buscando relacioná-los aos referenciais teóricos e metodológicos que deram origem ao projeto Mulheres da Paz.

1.1 Políticas Públicas e Gênero- Alguns conceitos

O campo das políticas públicas ganhou importância e notoriedade nas últimas décadas no Brasil, tanto na produção acadêmica, quanto nas pesquisas empíricas nas arenas governamentais. Souza (2006:20) salienta que são vários os fatores que foram preponderantes nesta visibilidade. Neste sentido, a autora destaca a agenda de adoção de políticas restritivas de gastos que incidia, sobretudo, nos países em desenvolvimento como o Brasil; a mudança de paradigma governamental para novos desenhos institucionais e a intervenção do Estado nas políticas econômicas e sociais.

Para além das interpretações e formulações ora pelo campo das ciências sociais, ora pela administração pública, Souza (2006:24) nos aponta que “não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública” e, na perspectiva da gestão pública, Saravia (2006:35) afirma que “toda política pública está integrada dentro do conjunto de políticas governamentais e constitui uma contribuição setorial para a busca do bem-estar coletivo”.

Fleury (2004:3) traça um importante paralelo entre as políticas sociais e as políticas públicas, necessário, para distinguir os vieses de concepções encontrados:

“No conceito de política social restrito à política pública, ela é vista como um processo de tomada de decisões técnicas em relação à definição de prioridades e alocação de recursos para atingir dados fins. Se um dirigente trabalha com esta perspectiva, sem considerar que a política não se forma dentro do governo, mas na sociedade, provavelmente vamos encontrar uma política muito bem desenhada que poderá fracassar por não haver considerado as forças políticas envolvidas, a necessidade de gerar consensos, as alianças que apoiarão a política, os interesses a serem enfrentados. No entanto, um exemplo oposto, em que a ênfase recai exclusivamente nas relações políticas, pode fracassar exatamente porque não considerou as necessidades técnicas, as capacidades e recursos existentes, que poderiam viabilizar ou não a execução desta política.

Dada a pluralidade de visões e concepções que tratam das políticas públicas, buscamos aqui refletir e formular as questões que promovem um encontro entre a temática de políticas públicas e a perspectiva de gênero. Diversos autores e autoras, pesquisadores e pesquisadoras, nos auxiliam e põem luz em estudos que partem das políticas para as mulheres no Brasil.

Farah (2004:47), Bandeira e Almeida (2013:36), concordam que os intentos de articular políticas públicas, na perspectiva de gênero, são recentes e, ao mesmo tempo, incipientes. Tratar a temática central deste estudo e responder à questão problema que se apresenta, a partir do projeto Mulheres da Paz no estado do Rio de Janeiro, requer, pois, uma leitura atenta e analítica.

Para Bandeira e Almeida (2013:38), as políticas públicas para as mulheres, não se estruturam necessariamente na perspectiva de gênero,

As políticas públicas brasileiras, em geral, quando dirigidas às mulheres não contemplam necessariamente a perspectiva de gênero, haja vista que a disseminação de uma linguagem masculina exclusivista está introjetada nas estruturas socioinstitucionais e jurídicas. Tais situações de poder, em relação ao referente masculino, se fazem presentes no planejamento das ações públicas mesmo em governos que se comprometem com a redução das desigualdades de gênero. (BANDEIRA e ALMEIDA, 2013:38).

Na visão das representações feministas o conceito de políticas públicas destinadas às mulheres se configura como instrumento de “mudança da condição de

vida das mulheres” e se conecta à ideia de “promoção da igualdade e da justiça social”. (AMB, 2011:19-20).

Importante, antes de avançarmos, abordarmos o conceito de gênero, que buscamos para esse trabalho. A historiadora americana Joan Scott, em sua obra *"Gênero: uma categoria útil para a análise histórica (1995)"*, apresenta, ao longo do tempo, uma referência primordial para pesquisadores e pesquisadoras deste campo. A autora aponta que o “gênero” surge entre as feministas americanas que queriam insistir na qualidade fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. Ainda dizia que o termo cunhado fazia oposição ao que se determinava como o biológico, traduzidos na conceituação de “sexo” e “diferença sexual”. (SCOTT, 1995:1).

Neste sentido, a autora, transcrevia as abordagens feitas por historiadores e historiadoras feministas:

A primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito (SCOTT: 1995 pg. 4).

Os estudos de Scott (1995, pp 5-6) são fundamentais e clássicos entre a literatura feminista, aprofundando os debates de gênero. Na abordagem sobre o patriarcado, a autora questiona as desigualdades entre homens e mulheres e, ao mesmo tempo, afirma que o patriarcado “não explica o que a desigualdade de gênero tem a ver com outras desigualdades”. A autora aponta que há problemas, quando uma teoria enfatiza restritamente as diferenças físicas e sexuais, concernentes ao corpo, e não desnuda a historicidade do gênero em si e as construções sociais a ela associados.

A contribuição de Joan Scott (1995) chama de usos descritivos de gênero, persistirá fomentando as discussões que ora transversalizam este trabalho e despertam nossa atenção para olharmos o tema “gênero” como um “saber sobre as

diferenças sexuais” e, neste sentido, imbricado intimamente nas relações de poder. Apesar da obra original ser de 1986, muito nos incentiva a buscar compreensão que nos faça mirar além dos corpos e da sexualidade e como as relações e as construções sociais e culturais dão sentido ao que apontamos como “materialmente” diferente.

A literatura de Judith Butler (2010) levanta uma discussão que versa sobre a contemporaneidade do tema e leva a uma reflexão acerca da história do corpo e sexo, colocando a biologia no campo do debate e assim, a superação da dicotomia gênero e sexo. *“O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado”*, defende Butler (2010, p. 25), *“[...] tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos”*.

A leitura de Heleieth Saffioti (2004) põe luz à discussão sempre atual, e longe de chegar ao fim, sobre o que é violência de gênero. Sua obra *Gênero, Patriarcado e Violência* (2004), demonstra quão diversas são as interpretações a respeito do conceito de gênero; um campo em disputa e de limitado consenso. A pesquisadora defende que **“o gênero é a construção social do masculino e feminino”**. Também considera que, apesar do tempo e das transformações, o patriarcado marca fortemente as relações e que a ideologia não é o suficiente para ir contra os ditames do patriarcado. (SAFFIOTI, 2004:45).

Na percepção que gênero é construção do social e que conforma as relações entre homens e mulheres é importante caracterizar que, na formação dos sujeitos, é necessário refletir não somente pelo viés do gênero, mas também, pela tripla constituição de gênero, raça/etnia e classe social. Desse modo, Mariano (2008), ao tratar a crítica feminista e as teorias que contribuem para o conceito de gênero no campo da sociologia, chama a atenção para uma das dificuldades nesta abordagem, que é de construir intercessão entre gênero, raça e classe social.

A autora enfatiza que gênero, enquanto categoria nos estudos feministas, tem a prerrogativa de discutir as relações entre homens e mulheres nos espaços sociais e de poder, tal como instrumentalizar a reflexão sobre as relações de subordinação e as múltiplas formas de opressão tecidas nestas diferenciações. Ou seja, repensar

as construções sociais, atentar-se ao cotidiano debate sobre a cidadania e a identidade das mulheres e as assimetrias de gênero.

Se a década 1970 é considerada como um marco na incorporação de gênero pelas feministas e intelectuais e, desde então, recebe diversas interpretações pelas diferentes correntes feministas (Farah, 2004:48), para Saffioti (2000:22) a introdução do termo vem de muito antes. Ou seja, a perspectiva da terminologia “gênero”, perpassa pela obra de Simone de Beauvoir O Segundo Sexo, originalmente publicada em 1949. Assim, descreve:

Simone, a meu ver, iniciou os estudos de gênero e ela disse, ela escreveu uma frase: “ninguém nasce mulher, mas se torna mulher”. Essa frase, na verdade, reúne o único consenso que existe entre feministas a respeito de gênero. Todo mundo diz: **gênero é uma construção social**. Muitas vezes, porém, quem diz nem sabe o que isso significa; mas todo mundo está de acordo que o **gênero não é biológico, que ele é social**. (SAFFIOTI, 2000:22).

Saffioti (2000:23) ainda argumenta que, embora defenda que o termo gênero se apresente a partir da obra de Simone de Beauvoir (1949), ele aparece, portanto, como conceito, pois a palavra não existia para aquela tradução em francês. Mas Beauvoir (1949) compreendia todos os sentidos. Dessa forma, o termo se dá por diferentes compreensões;

Esse é único acordo; não existe consenso sobre mais nada; cada uma pensa o gênero de uma maneira diferente: **umas são pós-modernas, outras são humanistas, outras partem da diferença sexual, outras são indiferentes à diferença sexual**, enfim, há feminismos, teorias feministas e não “a teoria feminista”, não “o feminismo” no singular. (SAFFIOTI, 2000:23).

Em nosso estudo a abordagem de gênero se coloca como elemento articulador das diversas visões trazidas pelas mulheres que dão centralidade a esta dissertação. E as políticas públicas para as mulheres, pautadas na superação da desigualdade entre homens e mulheres a partir desse entendimento:

Estas são características que se aplicam às políticas públicas identificadas com o campo da igualdade de gênero. Trata-se de políticas que se propõem a contribuir para a superação das desigualdades de ordem material, política e simbólica entre homens e mulheres, esta última se referindo às representações histórico-culturais que sustentam a manutenção da subordinação feminina em relação ao masculino. (PAPA, 2012:22).

Bandeira e Almeida (2013:38) enfatizam a “dimensão subjetiva” do feminino, o que não afirma seu papel articulador para a promoção da igualdade gênero, autonomia das mulheres, e papéis de representação. Já Farah (2004:48) realça que gênero enquanto referência para análise, deve buscar a construção social histórica do masculino e do feminino. Logo, é importante reafirmarmos a importância dos estudos que aprofundam as desigualdades de gênero, a subordinação, a identidade e as lutas históricas dos movimentos de mulheres e do feminismo.

Ao elegermos como tema de nosso estudo políticas públicas e gênero na perspectiva empírica do projeto Mulheres da Paz, reconhecemos que o tema não se esgota nesta reflexão, porém, ousamos de alguma forma ampliar a discussão na teoria encontrada na literatura e também na visão das beneficiárias diretas do programa. Dessa forma, destacamos a importância dos órgãos de representação, as instâncias e a agenda internacional que articulam e fomentam estes estudos e debates.

As feministas da AMB (2011) consideram a institucionalidade das políticas para as mulheres como um avanço a partir do governo do ex-presidente Lula,

Logo que o governo Lula iniciou seu primeiro mandato, deu sinais de que a superação das desigualdades vividas pelas mulheres seria assumida como um desafio. Não deixaram dúvidas a esse respeito três ações importantes: **a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), com status de Ministério**; a convocação da **I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**, com a responsabilidade de definir as diretrizes nacionais e estabelecer as prioridades para uma **Política Nacional para Mulheres**; e a criação do **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. (AMB, 2011:21)

No caso do Brasil, como órgão oficial de representação, de acordo com a ex-ministra da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM), as questões de gênero

foram imprescindíveis e determinantes na execução das atividades da SPM, desde a sua construção:

Com essa perspectiva de uma política de transversalidade de gênero, a SPM tem desenvolvido como ação política a busca de melhoria efetiva das políticas públicas, evidenciando a importância da condição das relações de gênero tanto nos processos e ações, como nos resultados. A perspectiva da transversalidade de gênero possibilita um processo de revisão dos elementos conceituais para compreender mais adequadamente uma sociedade em que a perspectiva de gênero esteja presente em todas as instituições, práticas e ações sociais. (OLIVEIRA, 2013:327).

Na agenda internacional, a Conferência de Beijing (1995) reafirma as políticas públicas assumindo a transversalidade das políticas de gênero como uma ação estratégica, de mudança, tanto da execução das políticas, projetos e programas, como também, no legislativo e nas garantias para o alcance da equidade de gênero (BANDEIRA e ALMEIDA, 2013:41).

Sobre o desenho da política pública na perspectiva de gênero que estudamos, Sorj e Gomes (2011) dão importante colaboração para compreender o desenvolvimento do projeto MPAZ no Rio de Janeiro. As autoras descrevem pontualmente os processos de implementação e execução, tal como todo percurso formativo em detalhes analíticos,

Em seu desenho inicial, o Programa MP se identificava com o ideário de “Mães da Paz”, muito forte no Estado Rio de Janeiro em virtude da visibilidade alcançada há alguns anos pelas organizações de mães que perderam seus filhos nos conflitos urbanos, notadamente, assassinados pela polícia. A mais conhecida dessas organizações no país, as Mães de Acari, teve origem quando um grupo de onze mulheres deu início a uma longa luta pela localização dos corpos de seus filhos e filhas, assassinados de uma só vez pela polícia no Rio de Janeiro, em julho de 1990. Transformando o luto materno em estratégia política, as Mães de Acari e outras organizações de mães tentam não apenas resolver seus casos pessoais, investigando e pressionando as autoridades, como também promover políticas públicas e medidas legislativas. (SORJ e GOMES, 2011:151).

Nosso referencial se pauta nas premissas de discussão do marco legal, das concepções de formulação da política e das diversas produções acadêmicas tratadas nos estudos aqui em análise, entrelaçando os temas gênero e políticas públicas. Trata-se, portanto de aprofundarmos a análise das possibilidades que projetos como o Mulheres da Paz trazem ao campo das ciências sociais e da gestão pública, como conexão entre as questões de gênero, do feminino e do feminismo.

1.2. Os marcadores deste estudo

Definimos quatro pilares de sustentação da pesquisa empírica junto as Mulheres da Paz do Território de Miguel Couto. Neste sentido, vamos articular os temas descritos como marcadores, considerando a importância, no debate atual, sobre os papéis da mulher na sociedade, suas conquistas, mas, sobretudo, a incessante luta para que todas as mulheres, de fato, possam decidir e definir suas trajetórias.

1.2.1 Empoderamento e Autonomia

Segundo Herriger (Apud BAQUERO 2012:174), embora a utilização crescente do termo *empowerment* tenha se dado a partir dos movimentos emancipatórios relacionados ao exercício de cidadania – movimento dos negros, das mulheres, dos homossexuais, movimentos pelos direitos da pessoa deficiente – nos Estados Unidos, na segunda metade do século XX, a Tradição do Empowerment (Empowerment Tradition) tem suas raízes na Reforma Protestante, iniciada por Lutero no séc. XVI, na Europa, num movimento de protagonismo na luta por justiça social (HERRIGER, 1997).

Paulo Freire, que cunhou o termo no Brasil, articula empoderamento individual com transformação social: “o empoderamento individual, fundado numa percepção crítica sobre a realidade social, é fundamental, mas tal aprendizagem precisa ter relação com a transformação mais ampla da sociedade” (BAQUERO, 2012). No âmbito das políticas sociais, Sorj e Gomes (2011:153), afirmam que “o

empoderamento tornou-se a forma de subjetivação correspondente ao novo desenho das políticas sociais”.

O texto integral da Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial¹ sobre a Mulher (Beijing, 1995), elucida parte da compreensão destas questões, de grande relevância para este estudo. Apontamos alguns pontos, que contribuem com as discussões empreendidas neste estudo com a numeração original)

13. O empoderamento da mulher e sua total participação, em base de igualdade, em todos os campos sociais, incluindo a participação no processo decisório e o acesso ao poder, são fundamentais para a realização da igualdade, do desenvolvimento e da paz;

14. Os direitos da mulher são direitos humanos;

15. A igualdade de direitos, de oportunidades e de acesso aos recursos, a divisão equitativa das responsabilidades familiares e a parceria harmoniosa entre mulheres e homens são fundamentais ao seu bem-estar e ao de suas famílias, bem como para a consolidação da democracia;

19. É essencial elaborar, implementar e monitorar a plena participação das mulheres em políticas e programas eficientes e eficazes de reforço mútuo com a perspectiva de gênero, inclusive políticas e programas de desenvolvimento em todos os níveis, que poderão fomentar o empoderamento e o avanço das mulheres;

24. Tomar todas as medidas necessárias para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e meninas, e remover todos os obstáculos à igualdade de gênero e ao empoderamento e avanço da mulher.

O Capítulo III, que versa sobre Áreas Críticas de Preocupação, reforça que o “empoderamento das mulheres e a igualdade entre mulheres e homens são condições indispensáveis para alcançar a segurança política, social, econômica, cultural e ecológica de todos os povos” (BEIJING, 1995. P. 162).

¹Encontrado em:

http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf. Acesso em 20/08/2019

Nos objetivos Estratégicos (Beijing, 1995. P. 169), o item 66 aponta para a implementação de metodologias baseadas em gênero e apregoa: b) aplicar essas metodologias para, numa perspectiva de gênero, analisar os efeitos de todas as políticas e programas, inclusive os programas de ajuste estrutural, e divulgar os resultados da pesquisa. Essas diretrizes de Beijing (1995), reivindicam que governos nacionais, e também locais, estejam alinhados às políticas que promovem as mulheres e diminuem as assimetrias de gênero.

Já o 5º objetivo dos *Objetivos Sustentáveis de Desenvolvimento da ONU*² refere-se ao empoderamento, igualdade de gênero e autonomia:

Objetivo 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas³. No contexto da igualdade de gênero e empoderamento, destacamos as metas que versam essa temática.

Meta 5.1

Eliminar todas as formas de discriminação de gênero.

Meta 5.4

Eliminar a desigualdade na divisão sexual do trabalho remunerado e não remunerado, inclusive no trabalho doméstico e de cuidados, promovendo maior autonomia de todas as mulheres.

Meta 5.5

Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na esfera pública, em suas dimensões política e econômica, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

Meta 5.a

Garantir igualdade de direitos, de acesso e de controle dos recursos econômicos, da terra e de outras formas de propriedade, de serviços financeiros, de herança e de

2 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Objetivo 5º. <http://www.ipea.gov.br/ods/ods5.html>. Acesso em 20/08/2019

3 Considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas em todas as metas estabelecidas.

recursos naturais de forma sustentável, por meio de políticas de crédito, capacitação, assistência técnica, reforma agrária e habitação, entre outras.

Meta 5.b

5.b.1br Garantir a igualdade de gênero no acesso, habilidades de uso e produção das tecnologias de informação e comunicação.

5.b.2br Garantir a igualdade de gênero no acesso e produção do conhecimento científico em todas as áreas do conhecimento e promover a perspectiva de gênero na produção do conhecimento.

5.b.3br Garantir a igualdade de gênero no acesso e produção da informação, conteúdos de comunicação e mídias.

Meta 5.c

Adotar e fortalecer políticas públicas e legislação que visem à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento de todas as mulheres e meninas, bem como promover mecanismos para sua efetivação – em todos os níveis federativos.

O relatório do Fórum Econômico Mundial (2017), que analisa a desigualdade entre homens e mulheres, revela que o Brasil estava na posição 90º entre 144 países, sendo que na primeira edição no relatório, no ano de 2006, o Brasil se encontrava no 67º lugar. “O índice de igualdade global de gênero é baseado em dados e acesso saúde e sobrevivência, participação e oportunidade econômica, realização educacional, e empoderamento político”⁴.

Neste contexto, desde a perspectiva da igualdade de gênero onde dialogamos com as mulheres sobre as relações familiares e sociais ao que tange as tomadas de decisões, a divisão do trabalho doméstico, a rotina familiar, buscamos compreender de que maneira as MPAZ enxergam as relações de gênero neste âmbito e como essas questões alteram suas condições de vida e escolhas.

Não é por acaso que nos programas de distribuição de renda, tão em voga, a grande maioria das usuárias são mulheres; concentração que se explica, também, pelo fato de quase todos estes programas vincularem o recebimento do benefício à responsabilidade familiar com o cuidado infantil, distanciando-se, a meu ver, de uma lógica universal do direito à renda, o que em nossa sociedade implica condições de vida. (GODINHO, 2004:59).

4 Nota: Agência Patrícia Galvão: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/politica/indice-de-igualdade-de-genero-no-mundo-registra-primeira-queda-em-11-anos/> Acesso em 24 de julho de 2018.

As indagações de Hirata (2004:44) também orientam questões que levamos ao campo, a partir das reflexões que pautam as relações de gênero em nosso roteiro. A autora é incisiva em questionar: “por que o trabalho doméstico é e continua a ser realizado, no interior da família e do casal, gratuita e “voluntariamente” pelas mulheres? ”. A autora ainda interroga sobre as dificuldades das mulheres, mesmo as “conscientes” superarem as desigualdades: “por que mesmo aquelas que possuem uma “consciência de gênero” “consentem” em reproduzir essa relação assimétrica? ”

São muitos desafios impostos ao cotidiano das mulheres, sobretudo na conciliação entre inserção no mercado de trabalho e as tarefas domésticas em dupla e tripla jornada, ou no enfrentamento do desemprego, das violências e da pobreza.

As temáticas de empoderamento e autonomia das mulheres atravessam a interseccionalidade de gênero, raça e classe sem as quais não é possível avançarmos nesta dimensão. A diferenciação social que atinge as mulheres negras é vista no “desassossego” quando são elas que lideram a feminização da pobreza. As mulheres negras dão “cara” às dificuldades e aumentam significativamente a fila do desemprego e sistematicamente, ocupam o universo do subemprego.

Os dados da PNAD apresentados em outubro de 2018 demonstravam que a taxa de desemprego da mulher negra era o dobro do homem branco, sendo 16,6% e 8,3% respectivamente. A taxa de desemprego das mulheres negras, também era maior do que dos homens negros (12,1%) e das mulheres brancas (11%). Quanto à renda real, significava naquele momento, a metade da renda dos homens brancos. Para as mulheres negras a média de R\$1.046 e dos homens brancos R\$.3.364, ou seja a metade da renda. Ou seja, sofrem mais com o desemprego e com a menor renda.

A PNAD 2018 pondera que a crise econômica do referido ano gerou uma grande onda de desemprego, atingindo de maneira negativa os indicadores do mercado de trabalho, o que acentua desigualdades: “entre os grupos de sexo/cor, as mulheres negras experimentaram o maior aumento absoluto na taxa de desemprego (IPEA, 2018:73)⁵ ” indicando um aumento de 80% em relação ao período que

5 Instituto de Pesquisa Econômica – IPEA. Boletim 65. Visto em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/181031_bmt_65_05_notas3.pdf

antecedeu a recessão. Ao mesmo tempo, aponta que os homens brancos foram os menos atingidos nesta crise (IPEA, 2018:73).

E quais questões justificam a oscilação negativa dos dados de desemprego deste grupo que inclui as mulheres negras? Fatores históricos nos auxiliam no processo de reflexão, como pondera Djamila Ribeiro, que afirma ser necessário compreender os fatos que contribuíram na construção das desigualdades:

Mulheres negras, no pós-abolição, sem acesso a oportunidade e políticas do Estado, saíram da condição de escravizadas para o trabalho doméstico. Essa relação direta entre a escravidão – considerada um crime contra a humanidade, segundo tratado assinado pelo Brasil na Conferência de Durban de 2001 – e os tempos atuais é patente. (RIBEIRO, 2019)⁶.

A desigualdade na vida das mulheres vai além do desemprego e promove um processo de exclusão da cidade, dos lugares de debate, de direitos, da escolarização, da mobilidade, da saúde e atinge os diferentes níveis das questões socioeconômicas femininas. “Essa divisão social, racial e de gênero do trabalho confinou a mulher negra no mercado informal, sobretudo no serviço doméstico, contribuindo para o que se conhece “como feminização da pobreza (Ribeiro, 2019).

Neste sentido, dado as condições precárias da informalidade, foram as mulheres as mais afetadas na reforma da Previdência brasileira em 2017, com o aumento do tempo de contribuição, e, sobretudo, às mulheres negras em constantes discontinuidades laborais.

Os dados da PNAD de outubro de 2019 não oscilaram positivamente no que tange o desemprego entre a população negra (negros e pardos). O desemprego entre as mulheres alcançou 13,9% em relação aos homens. “De modo similar, a desagregação por gênero mostra que, enquanto a taxa de desocupação masculina

6 Visto em: Folha de São Paulo - <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/divisao-social-racial-e-de-genero-confinou-negra-no-mercado-informal.shtml>. Acesso em 02/04/2018- revisão da dissertação.

recuou 0,5 p.p. entre 2018 e 2019, o desemprego entre as mulheres aumentou 0,3 p.p. (IPEA, 2019:6).

As beneficiárias do Mulheres da Paz cuja maioria é negra, moradoras das periferias e das favelas brasileiras, estão expostas ao desemprego estrutural, onde muitas vezes a sua renda passa pela bolsa-auxílio recebida por transferência direta dos programas sociais do governo. Sobre os horizontes do emprego decente, da trajetória profissional destas mulheres e a forma como constroem suas autonomias financeiras e neste cenário, refletem a lógica do empoderamento como possibilidades de saírem dos lugares de provedora e chefes de família, aos lugares de protagonistas de suas vidas, corpos e decisões.

No decorrer do trabalho, podemos observar que as mulheres desejavam “mais que pão” (Davis, 2017). A busca por cidadania, por trabalho, por direitos, por igualdade, impulsionava a construção de novas realidades. Dessa forma, ressaltamos que o direito das mulheres à igualdade passa pela justiça de gênero, pelo reconhecimento e pelo combate a toda forma de opressão.

O texto O Gênero da “Nova Cidadania”: O Programa Mulheres da Paz (Sorj e Gomes, 2011) inspira parte deste estudo, justamente por analisar as vivências do projeto no Rio de Janeiro, no último ano de execução. Neste sentido, Bila Sorj e Carla Gomes (2011:153) preconizam que o “empoderamento tornou-se a forma de subjetivação das políticas sociais” e a isso se denomina a “reconstrução do self e empoderamento”. Para as autoras o termo recebe interpretações diversas e definições de muitos significados, mas enfatizam que o “empoderamento das mulheres como cidadãs ativas é, assim, fundamentado na construção da autoestima do self feminino e na valorização da ação junto à comunidade” e destacam também o “protagonismo” como uma das faces desse empoderamento feminino.

No percurso formativo das Mulheres da Paz o termo empoderamento estava presente nas mais diversas temáticas das capacitações. Para a maioria das mulheres beneficiárias, e também para as equipes locais, a aproximação com o conceito ocorreu no decorrer da execução do projeto e nos encontros destinados às equipes técnicas, como analisam Sorj e Gomes (2011:155) “o empoderamento que resulta na autotransformação é, muitas vezes, assumido como um valor em si do programa, tanto para gestores como para operadoras e beneficiárias”.

Durante um processo de imersão (capacitação) das equipes no ano de 2009, em uma das atividades surgiu a frase “ninguém segura uma mulher empoderada”. A frase soou como um bordão e repetidas vezes era utilizada entre as mulheres que integravam as equipes técnicas e, frequentemente, era reproduzida pelas MPAZ nos territórios. “Ninguém segura uma mulher empoderada” ecoava como forma de exprimir que o poder, neste sentido, vinha das experimentações, da autoestima e da emancipação feminina, tão debatidas nas formações.

Para além do sentir-se empoderada como sentimento ou comportamento de um movimento da autonomia das mulheres, é importante evidenciar que o empoderamento é também inserção na luta contra as diversas opressões. As intelectuais negras e filósofas, Lélia Gonzalez⁷ brasileira e Angela Davis estadunidense, atravessam o tempo e colocam a dimensão da interseccionalidade sem a qual seria insuficiente para discutir as desigualdades de classe, raça e gênero que afetam as mulheres. Neste aspecto, Angela Davis (2017:20) aponta que,

O processo de empoderamento não pode ser definido de forma simplista de acordo com interesses específicos de nossa própria classe. Precisamos aprender a erguer-nos enquanto subimos. Se quisermos elevar a condição de toda a nossa comunidade à medida que escalamos as alturas do empoderamento, devemos estar dispostas a oferecer uma resistência organizada contra as crescentes manifestações de violência racista por todo o país. (DAVIS, 2017:2020).

Ao adotarmos as dimensões de empoderamento e autonomia como dimensão analítica neste trabalho, trazemos também um conjunto de informações que foram introduzidas ao longo do MPAZ nos territórios. As relações de poder entre homens e mulheres, a independência financeira, o poder de decisão, são questões que compuseram a matriz de formação e o dia-a-dia das Mulheres da Paz.

⁷ A Revista Cult – março de 2020 – Ano 23; ed. 255 – Matéria de Flávia Rios, trouxe muitas referências, informações e conteúdo bibliográfico para a revisão de texto deste estudo.

Na próxima seção, trazemos a perspectiva da cidadania e os significados que esse importante marcador propõe nesta dissertação.

1.2.2 A perspectiva da Cidadania.

A dimensão da cidadania, que buscamos refletir neste estudo, se apoia na perspectiva de gênero e na busca de reconhecimento dos direitos e da cidadania plena das mulheres. Historicamente, e ainda hoje, as desigualdades e exclusões foram produzidas, entre homens e mulheres, sob as leis constituintes. Embora já tenhamos dado largos passos, a cidadania plena é uma busca constante sobretudo nos movimentos feministas e de mulheres, que lutam para serem contempladas e vistas como sujeitos em sua história e especificidade.

A dimensão do termo pode ser vista em Marshall (1967) como uma literatura clássica, concebendo cidadania como “um status concedido àqueles que são membros integrais de uma sociedade”.

A perspectiva histórica do autor o leva a destacar três períodos como correlatos a três tipos de direitos de cidadania. Marshall assenta sua discussão sobre o problema da igualdade social, o que, conseqüentemente, o faz examinar a relação entre cidadania e desigualdade social, considerando que a tendência à igualdade social seria a mais recente fase de uma evolução da cidadania. Por isso procura mostrar o desenvolvimento desse conceito. (SOARES. 2003:90)

Soares (2003:90) aborda o conceito de cidadania a partir da relação indivíduo, coletividade e estado, como descreve:

O conceito de cidadania permite pensar a relação entre a sociedade civil e o Estado e a necessidade social que gera a afirmação dos direitos. A forma pela qual vêm sendo geradas as demandas pelos direitos individuais e o que elas produzem como movimento social são outros pontos da análise que não serão discutidos aqui. A cidadania pode ser interpretada como uma nova forma de regulação social, mais especificamente de convivência civil.

Antes de avançarmos para esta junção de gênero e cidadania, entendemos que foi essencial traçarmos uma perspectiva histórica na linha dos direitos das mulheres, apontados nas vias constitucionais, destacando os desafios e os alcances neste campo.

O verbete sobre cidadania no O Dicionário Crítico do Feminismo⁸ (2009:35), é retratado por Bérengère Marques-Pereira no aspecto dos direitos e por este viés é traçada uma narrativa histórica, enquanto se conceitua analiticamente a perspectiva de gênero neste tema, enfatizando a luta das mulheres por reconhecimento de sua cidadania e existência na sociedade. Para a autora desse verbete a cidadania possui 3 sentidos elementares:

A cidadania é um estatuto (um conjunto de direitos e deveres); é também uma identidade (um sentimento de pertencer a uma comunidade política definida pela nacionalidade e por um determinado território); e, finalmente, é uma prática exercida pela representação e pela participação política – estas últimas traduzem a capacidade do indivíduo para interferir no espaço público emitindo um julgamento crítico sobre as escolhas da sociedade e reclamando o direito de ter direitos. (Marques-Pereira: 2009:35).

Na dimensão do marco legal dos direitos das mulheres no Brasil, há pouco mais de 100 anos, o Código Civil aprovado em 1916 legitimava o poder patriarcal sobre a vida das mulheres, ou seja, as mulheres estavam sob a tutela de seus maridos e do machismo já extremado à época:

Em troca da proteção do casamento, os elaboradores do Código estabeleceram o homem como chefe da família. Cabia a ele determinar o lugar de residência da esposa e filhos, administrar o patrimônio do casal e, acima de tudo, autorizar sua mulher a exercer uma atividade profissional fora do lar. Por conta disso, a legislação concedeu ao homem amplos poderes para limitar as oportunidades abertas à mulher para alcançar autonomia pessoal, mesmo se sua motivação para buscá-la estivesse na tentativa de escapar de uma união conjugal infeliz. (MARQUES, MELO, 2008: 468 e 469).

O direito ao voto, em 1932, se destaca no calendário que marca as lutas das mulheres brasileiras na busca por direitos de cidadania, balizados no direito à

⁸ Visto em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p.67-75%20in%20Dicionario_critico_do_feminismo%202009.pdf. Acesso em 01/08/2019.

participação. Desse modo Pereira e Thomé (2018:150), descrevem que a partir da conquista do direito de votar e ser votada, as mulheres brasileiras passaram a ter “um instrumento para interferirem no espaço político”. A contextualização histórica trazida por Pereira e Thomé (2018:150:151), acentua o quão “partida era a cidadania das mulheres”, sem relativizar a classe social. Na linha que prossegue cada conquista, observa-se que foram muitos anos até que as mulheres deixassem de ser consideradas como incapazes, o que se deu através do Estatuto da Mulher Casada (Lei nº 4,121) em 1962, onde, pelo menos, na força da lei, estariam igualadas aos maridos e mais tarde, no ano de 1977, com a conquista do direito ao divórcio.

Em tempos mais recentes, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) se apresenta como um marco quanto à incorporação dos direitos das mulheres, conquistados e ali contemplados. O Artigo 5º da Constituição Federal de 1988, apregoa que “todos são iguais perante a lei” e ainda sob a forma constitucional, afirma que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”. Um avanço ao que se configura no reconhecimento na igualdade de direitos entre homens e mulheres.

A Constituição acolheu a ampla maioria das demandas dos movimentos de mulheres e é uma das mais avançadas no mundo. A partir de então, legislação regulamentando direitos constitucionais e criando e ampliando direitos vem sendo aprovada, como será visto nos itens subsequentes. (CFMEA, SPM,2006. Pag.14).

Sobre a participação política das mulheres, ainda está muito longe de alcançarmos patamares mais elevados de igualdade de gênero na esfera pública representativa, embora, sob a forma da lei, alguns avanços foram constituídos:

A Lei nº 9.100 de 1995 estabeleceu que 20% das vagas nas listas partidárias para as Câmaras de Vereadoras deveriam ser preenchidas por mulheres, independente do critério de cor/raça, por partido ou coligação.

A Lei nº 9.504, de 1997, aumentou para 30% a cota e expandiu para todas as assembleias e Câmara de Deputados.

A Lei 1.034 de 2009, determinou que os partidos políticos devem preencher minimamente de 30% das vagas com as candidaturas femininas. Esta legislação também é conhecida como minirreforma eleitoral. Por esta lei, foram destinados pelo

menos 5% do fundo partidário para programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, assim como pelo menos 10% do tempo de rádio e TV para promover a participação política feminina.

No último pleito – eleições gerais de 2018 -, o Brasil elegeu para a Câmara Federal 77 mulheres, um aumento de 26 mulheres nos assentos do parlamento federal. Ainda assim, elas compõem somente 15% das cadeiras da Câmara Federal. Se comparar com os países das Américas, pelo ranking da União Internacional de Parlamentos (IPU- sigla em inglês), o Brasil só está melhor que o Haiti e a Guatemala em termos de representação feminina no parlamento.

No que concerne aos mecanismos de enfrentamentos das violências contra a mulher, no Brasil em tempos mais recentes, é importante salientar que a instrumentalização das leis Maria da Penha⁹ e do Feminicídio¹⁰, se alinham às lutas pelo direito das mulheres, sobretudo o direito a uma vida sem violência praticada pelo machismo e pelas práticas misóginas dominantes.

A partir do marco histórico – a Declaração dos Direitos da Mulher, de Olympe de Gouges – até os dias atuais, já houve em nosso país muitas conquistas em relação à cidadania feminina e à implementação de políticas públicas. Inicialmente, foi a conquista pelo direito ao voto feminino e, mais recentemente, com a Constituição de 1988 houve a incorporação de pontos fundamentais dos direitos políticos e sociais, sexuais e reprodutivos da mulher. O movimento de mulheres teve e tem papel fundamental nestas conquistas, construindo uma história de lutas que procedem a partir das demandas do cotidiano e de situações enfrentadas pelas mulheres. Atualmente, as reivindicações se pautam na consolidação e garantia de acesso aos direitos previstos em lei, na ampliação da democracia,

9 Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006- Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 10/05/2019

10 Lei 13.104 de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm Acesso 10/05/2019

igualdade de oportunidades com respeito às diferenças. LISBOA, MANFRINI¹¹ (2005:71).

Na próxima seção analisamos a perspectiva da cidadania perpassada pelas questões de gênero e pela identidade das mulheres e as afirmações históricas que impulsionadas a partir da Declaração dos Direitos da Mulher de Oympe de Gouges (1792).

1.2.3 Gênero e cidadania, diferenças e reconhecimento, questões além do tempo

Nos mais diferentes tempos da história que concentram a história de luta das mulheres do mundo, a cidadania sempre foi negada às mulheres, dada a condição imposta pelas sociedades patriarcais de subordinação masculina. Era papel da mulher cuidar do espaço privado, que inclui a família, as tarefas domésticas, os filhos, a igreja, os serviços sociais e ensino.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 promove o nascimento da noção de cidadania, “universalmente reconhecida como momento fundador dos modernos direitos à liberdade e à igualdade” (Medeiros,2016:119). Porém, o documento promulgado causou também insatisfações uma vez que era destinado ao homem, excluía as mulheres e outros grupos de minorias, como escravos e os homens negros livres.

Em contrapartida, se acentuavam as reivindicações femininas, atraindo notoriedade e organização, surgindo neste contexto a Declaração do Direito da Mulher e da Cidadã, formulada por Olympe de Gouges em 1792. No ano seguinte, Mary Wollstonecraft produziu o documento Defesa dos Direitos das Mulheres.

11 Cidadania e Igualdade de Gênero: Políticas Públicas para as Mulheres Excluídas dos Direitos Mínimos. Teresa Kleba Lisboa e Daniele Beatriz Manfrini. Katálysis V.8 nº1 Jan/Jun 2005. Florianópolis – SC (67:77). Acesso 05/03/2019

Nesse contexto, foram elaboradas várias declarações feministas, mas segundo Scott a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã publicada por Olympe de Gouges, se tornou a mais representativa declaração, tanto para as feministas quanto para os historiadores, pois questiona a restrição masculina do conceito de igualdade, constituindo a mais orgânica crítica contemporânea ao pretenso universalismo da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. (MEDEIROS, 2016:120).

Segundo Groppi (1995:14), tanto para Olympe de Gouges como para Mary Wollstonecraft, as declarações formuladas, para além do enfrentamento ou de provocar choques antagônicos, seriam a afirmação por igualdade e por dignidade para ambos os sexos. “Deve-se sobretudo sublinhar o fato de que as mulheres, quando põem em discussão o pretenso universalismo dos direitos, falam expressamente para ambos os sexos e mencionam os dois lados, masculino e feminino, discorre Groppi (1995)”. A autora prossegue neste pensamento,

Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft citam os dois sexos e reivindicam uma co-presença no terreno político. Co-presença que vai numa direção de uma complementariedade não mais entendida como justificação de uma relação desigual entre ambos, mas com a possibilidade de uma relação igualitária mesmo que não necessariamente simétrica, baseada no fato de que a diferença no sexo não pode justificar a exclusão das mulheres do poder político e da cidadania social. (GROPPI, 1995:14)

Nesta perspectiva, para além do debate da igualdade, é necessário que essa abordagem dialogue também na esfera das diferenças e reconhecer que as mulheres foram historicamente excluídas da condição de cidadãs, uma vez que ao longo do tempo, nas mais diversas sociedades patriarcais, apenas seu papel de mãe, cuidadora e esposa foi assegurado. Este arranjo, que caracterizava o papel exercido pelas mulheres, era uma das questões que causavam a impossibilidade de as mulheres serem “consideradas cidadãs, conforme debatem os autores da cidadania” (MEDEIROS, 2016:121).

A conquista da autonomia das mulheres reforça também sua condição cidadã, como elucida Soares (2003:95), “a luta para alcançar a cidadania é uma luta pela autonomia, diante das restrições e barreiras impostas ou assumidas”. É a luta das mulheres ao longo da história e nas diversas sociedades.

Além disso, quando tratamos da cidadania das mulheres negras ela se apresenta ainda de maneira mais restrita. É o efeito da baixa escolaridade, dos últimos lugares nas filas de oportunidade de emprego, da atividade que exige estereótipos estéticos e padronizados que valorizam a dita beleza eurocêntrica. Gonzalez (1984:226) refletia os estereótipos do mundo privado ou não das mulheres negras que “naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados” e assim, afirma Werneck (2009)¹² “os desafios não mudaram, continuam os mesmos de antigamente” uma realidade difícil de ser alterada mesmo em tempos atuais.

O racismo executa a dignidade de muitas mulheres e reforça a desigualdade social. Quando uma mulher revela que passa por situações racistas na casa da patroa e ao mesmo tempo se cala, ela reconhece a ação de racismo, porém por vezes, acredita que manter o emprego e sustentar o filho a faz uma vencedora e, assim, se generaliza a restrição de sua cidadania. Neste sentido Werneck (2009) pondera que é preciso confrontar o racismo e a forma como o racismo atua negativamente sobre as desigualdades impostas pelo sexismo.

As intelectuais negras como Jurema Werneck, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Angela Davis, entre outras intelectuais feministas negras, nos ajudam a refletir sobre as questões históricas e a intercessão do racismo, classe, sexismo, opressões diversas vivenciadas pelas mulheres negras.

Além dos estudos e das pesquisas acadêmicas, essas autoras nos referendam também nas lutas e nas trajetórias das mulheres brasileiras. Sejam nas marchas, no movimento negro, nos coletivos, na política, nas mais diversas expressões artísticas e de comunicação e, certamente estarão colaborando para as análises deste estudo após a escuta direta das mulheres envolvidas nesta pesquisa.

A narrativa histórica nos ajuda a compreender a profundidade das exclusões nas quais as mulheres sempre estiveram inseridas. Observamos a partir dessas leituras a resignificação da concepção de cidadania e a dialética das diferenças e igualdade, constituídas no reconhecimento da identidade feminina.

12 Visto em: CFEMEA – 143-Número159-Jan/Fev/Mar2009. <https://www.cfemea.org.br/index.php/mobile-colecao-femea-e-publicacoes/colecao-femea/143-numero-159-janeirofevereiromarco-de-2009/1302-os-direitos-das-mulheres-negras-e-suas-lutas-por-cidadania-respeito-e-saude>

Para Lisboa e Manfrini (2005:69) o conceito de cidadania, dimensionado em gênero, tem uma marca histórica de exclusão das mulheres:

As mulheres foram por muito tempo excluídas da cidadania não só por causa dos interesses da comunidade familiar, mas também pela sua diferença em relação aos “iguais” – os homens. A diferença em relação aos homens cidadãos foi política e simbolicamente construída com a noção de cidadania, de tal modo que a exclusão feminina aparece na própria origem dessa noção. LISBOA, MANFRINI (2005:69).

As autoras evidenciam que as mulheres eram consideradas “não-cidadãs” dadas as relações formadas pelos papéis de esposa, mãe, cuidadoras e responsáveis pela harmonia familiar, o que descreve a condição de incapazes à cidadania.

“Desta forma, “as necessidades” das mulheres demoraram em ser reconhecidas como direitos individuais e, ao contrário, foram definidas como um limite para a capacidade de cidadania; por sua vez, os deveres das mulheres foram utilizados como razão da sua exclusão da própria cidadania” LISBOA e MANFRINI, 2005:69.

Neste sentido, o diálogo travado aqui decorre da discussão do tema da cidadania no Projeto Mulheres da Paz, onde Sorj e Gomes (2011:148) argumentam que se aplicaram “novos conceitos de “cidadania ativa” que se baseiam na ideia de investir nos sujeitos como indivíduos e na valorização da autonomia e do autodesenvolvimento, o chamado empoderamento”.

A contribuição de Iris Marion Young (2000) e Nancy Fraser (2002) para este campo de debate se configura como uma das mais amplas visões para se estruturar e pensar a perspectiva da cidadania das mulheres/gênero. Compreendendo o ponto de vista das duas teóricas feministas, ao que pese a disputa conceitual e de concepção do feminismo para a igualdade e para a diferença:

Young defende que é somente por meio da participação dos grupos oprimidos na política e nos processos de tomada de decisão que é possível fazer com que a perspectiva antes adotada como universal seja percebida como particular e o ponto de vista dos grupos oprimidos passe a influenciar as decisões. Temos, assim, que, para Young, a política não deve nem pode, para que seja justa, deixar de considerar as diferenças; pelo contrário, é somente a partir do momento em que todas as diferenças forem levadas em conta que ela poderá ser considerada legítima. BRESSIANI, 2007:87.

Em contraponto, a teoria de Fraser aponta as contradições que surgem entre as políticas de reconhecimento e redistribuição e considera que a justiça se dá quando as duas dimensões são alcançadas.

É preciso que haja igualdade material de modo a garantir aos participantes, independência e voz, assim como padrões institucionalizados de valor cultural que expressem respeito igual a todos os participantes. Portanto, afirma Fraser, tanto redistribuição quanto reconhecimento se colocam como necessários para que se obtenha uma sociedade justa, de maneira que o importante agora seria analisar como se relacionam, na prática, redistribuição e reconhecimento. (BRESSIANI, 2007:92)

Tomamos também por conceito, as significativas contribuições de Fleury (2002:11) que elucidam o debate sobre cidadania considerando as “singularidades dos sujeitos” e a “necessidade de considerar as diferenças”. Neste sentido, Fleury - referência para os diálogos que permeiam sobretudo as minorias (mulheres, homossexuais, negros...) - nos conecta a uma reflexão atual e que deve ser incorporada nos estudos que definem os conceitos de cidadania e seus aspectos,

Se o conceito igualitário da cidadania serviu para encobrir a exclusão, a homogeneidade do tratamento por meio da administração impessoal e burocrática dos serviços do Estado de Bem-Estar Social normalizaram a sociedade, negando diferenças nas demandas e singularidades dos sujeitos. Assim, a cidadania universalista é denunciada como sendo, nos dias atuais, um impedimento à expansão da democracia (Mouffe, 1996) na medida em que é incapaz de incorporar as reivindicações atuais como a de igualdade complexa, proposta por Walzer (1993) e a cidadania diferenciada, proposta por Young (1989). (FLEURY, 2002:11)

Considerando a pauta do projeto Mulheres da Paz, Sorj e Gomes (2011), apontam que havia uma disputa de feminilidades que aprofundam o debate sobre a maternagem e o cuidado com o outrem, como no caso, o cuidado com os jovens do Protejo.

Refletindo a trajetória política e profissional da consultoria, boa parte dos cursos oferecidos às mulheres abordava assuntos como “cidadania”, “direitos humanos”, “juventude” e “cultura de paz”, e uma parte menor estava ligada ao chamado currículo feminista,

com temas como “gênero”, “violência contra a mulher” e “direitos sexuais e reprodutivos”. (SORJ e GOMES, 2011:154).

No Mulheres da Paz, a questão do público (rua) passa a ser um lugar de exercício da cidadania e de pertencimento comunitário. A esfera da rua foi um dispositivo da/para realização do projeto em análise, como criação de laços, vínculos e possibilidades de autonomia. É possível refletir sobre o efeito disso sobre a vida das participantes, como direitos humanos das mulheres, no sentido de reconhecer e buscar suas garantias de ir e vir e dar fluxos às suas representatividades.

Prá e Epping (2012:42) afirmam que os anos 1990 foram incipientes para dimensionar a cidadania na agenda das políticas para as mulheres, enquanto Pereira e Thomé (2018:150:157) classificam “o período de 2003-2010 como o melhor período das políticas com viés de gênero” no Brasil, o que nos instiga ainda mais a estudar os processos e concepções do projeto Mulheres da Paz, iniciado em 2008.

Na realidade atual brasileira as políticas públicas para as mulheres também são afetadas pelo retrocesso e engessamento das ações neste campo. Antes, a SPM foi uma conquista no governo Lula, sendo transformada em ministério. Mesmo unindo segmentos, permaneceu com o status de ministério e com respeito a agenda institucional de políticas voltadas às mulheres, porém, no governo Temer a pauta foi destituída, tal como a institucionalidade desta política.

No atual governo federal, apesar de manter o nome de mulheres na pasta, o ministério se efetivou também como da família e dos direitos humanos. A diferença está na condução, na formulação e na entrega das políticas públicas para as mulheres, na perspectiva do combate as violências, da autonomia, da cidadania, dos direitos sexuais e reprodutivos e das identidades de gênero.

1.3 Questões metodológicas deste estudo.

Três hipóteses foram levantadas neste estudo e deram suporte a nossa pesquisa. Ao longo de nossas análises buscamos responder esses argumentos aqui descritos:

Hipótese 1: que o projeto Mulheres da Paz, como uma política de recorte de gênero, contribuiu para que as mulheres beneficiárias alcançassem empoderamento, autonomia, consciência de cidadania e efetivas relações igualitárias de gênero, na perspectiva da equidade.

Hipótese 2: que o projeto Mulheres da Paz, apesar da oferta do percurso formativo, não foi um projeto articulador, suficiente para que as mulheres beneficiárias alterassem suas trajetórias de vida, ou;

Hipótese 3: que apesar da execução do projeto através de uma extensa carga horária de formação e atividades, na perspectiva de uma política de gênero, o projeto não foi capaz de alterar as trajetórias das beneficiárias, uma vez que dependeria de outros fatores, possivelmente alheios à condução do projeto, ou;

Essas hipóteses foram discutidas a partir da pesquisa empírica, realizada com as Mulheres da Paz. Embora não se trate de um estudo experimental que possa provar ou refutar as hipóteses, elas serviram como guia analítico dos dados levantados na pesquisa de campo.

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste estudo é identificar em que medida o projeto Mulheres da Paz influenciou a promoção de empoderamento, autonomia, ampliação de cidadania e relações para equidade de gênero, entre as mulheres participantes no Território de Miguel Couto (2008-2018).

1.3.2. Objetivos Específicos

2. Descrever o perfil das participantes do projeto Mulheres da Paz;
3. Realizar estudo sobre políticas públicas e gênero, referenciando o projeto Mulheres da Paz;

4. Realizar o levantamento de dados, que constem do histórico do programa, desde a sua formulação nacional ao desenho local no estado do Rio de Janeiro, tal como a matriz de formação continuada;
5. Identificar mudanças ocorridas nas trajetórias cotidianas das mulheres participantes, após a conclusão do projeto, considerando as dimensões estudadas.

1.3.3. Procedimentos Metodológicos:

O presente estudo possui natureza qualitativa e como descreve Mynaio (2002: 21, 22), “a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. A autora pondera que este nível de realidade trabalha com um “universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes” que não se traduzem em variáveis. Dessa forma, procuramos trazer esse “universo” com o intuito de buscarmos o imperceptível e os “significados das relações humanas” ao decidirmos ouvir em campo as beneficiárias desta política.

Sob este aspecto escolhemos por métodos: a revisão de literatura, análise do marco legal do programa e projeto, entrevista de campo e análises dos resultados. A referência inicial que deu luz a este trabalho, foi o artigo acadêmico denominado “*O Gênero da Nova Cidadania*” formulado pelas pesquisadoras Bila Sorj e Carla Gomes (2011) que captaram as impressões de formulação e execução do projeto Mulheres da Paz no estado do Rio de Janeiro. Baseadas nas concepções empreendidas por estas autoras, buscamos analisar outras pesquisas e referências acadêmicas que versam sobre a temática escolhida – gênero e política pública.

Foram selecionadas 20 mulheres (ex-participantes do MPAZ em Miguel Couto) para a amostragem da pesquisa de campo. Na composição da amostra consideramos a diversidade e representatividade de perfis levando em conta variáveis como: faixa geracional, incluindo as mulheres que eram jovens à época do projeto; religião e local de moradia. Após a realização da pesquisa piloto com 3 participantes, com o intuito de explorar o roteiro, pudemos avaliá-lo para possíveis correções, adaptações e reelaboração das demandas que surgiram.

O contato inicial foi realizado por telefone e, em alguns casos, por meio de visita domiciliar para agendamento da entrevista. O fato de a pesquisadora residir no centro do bairro facilitou alguns desses contatos. Para alguns casos as próprias mulheres indicavam o contato e ou endereço atualizado de suas colegas de projeto. Assim, conseguimos alinhar os contatos e os agendamentos com as 20 mulheres que participaram. Nem sempre foi fácil, pois, apesar do amplo número de participantes, era preciso considerarmos a diversidade de perfil previamente descritos.

A escolha das nossas informantes ocorreu e se deu pela verificação da participação das mesmas durante o projeto, uma vez que tínhamos acesso aos relatórios de frequência. Pela via das entrevistas, era necessário alcançarmos ao máximo, informações que dialogassem com os objetivos deste estudo.

Tabela 1. Perfil geral das mulheres entrevistadas.

MPAZ	IDADE	COR RAÇA	RELIGIÃO	ESCOLARIDADE	ESTADO CIVIL
MPAZ 1	61	NEGRA	CATÓLICA	ENS. MÉDIO	SEPARADA
MPAZ 2	30	NEGRA	NENHUMA	ENS. MÉDIO	SOLTEIRA
MPAZ 3	52	NEGRA	ENVANGÉLICA	ENS. MÉDIO	CASADA
MPAZ 4	53	BRANCA	CATÓLICA	ENS. MÉDIO	CASADA
MPAZ 5	50	NEGRA	ENVANGÉLICA	SUPERIOR EM CONCLUSÃO	CASADA
MPAZ 6	56	NEGRA	CATÓLICA	ENS. MÉDIO	CASADA
MPAZ 7	47	PARDA	CATÓLICA	ENS. MÉDIO	CASADA
MPAZ 8	39	NEGRA	EVANGÉLICA	ENS. MÉDIO	VIÚVA
MPAZ 9	50	NEGRA	ENVANGÉLICA	ENS. MÉDIO INCOMPLETO	CASADA
MPAZ 10	39	PARDA	CATÓLICA	ENS. MÉDIO	CASADA
MPAZ 11	37	NEGRA	CATÓLICA	ENS. MÉDIO	SOLTEIRA
MPAZ 12	44	PARDA	EVANGÉLICA	ENS. MÉDIO	CASADA
MPAZ 13	64	NEGRA	EVANGÉLICA	ENS. MÉDIO	SOLTEIRA
MPAZ 14	35	NEGRA	EVANGÉLICA	ENS. MÉDIO	CASADA
MPAZ 15	57	PARDA	EVANGÉLICA	SUP. INCOMPLETO	CASADA
MPAZ 16	51	NEGRA	CATÓLICA	ENS. MÉDIO	SOLTEIRA
MPAZ 17	62	BRANCA	EVANGÉLICA	ENS. MÉDIO	CASADA
MPAZ 18	28	PARDA	JUDAISMO	ENS. MÉDIO	CASADA
MPAZ 19	36	BRANCA	NENHUMA	ENS. MÉDIO	CASADA
MPAZ 20	33	PARDA	NENHUMA	ENS. MÉDIO	CASADA

Elaboração própria – perfil descritivo das entrevistadas.

Realizamos em campo a pesquisa qualitativa que foi conduzida por um roteiro de entrevista semiestruturado, aplicado em dois momentos: 1º Momento: entrevista piloto com três Mulheres da Paz; 2º Momento: entrevista com mais dezessete Mulheres da Paz.

O roteiro foi elaborado em três partes sendo:

Parte 1: Introdução e objetivo da entrevista, que foi lido a cada nova entrevista para as participantes quando era solicitada uma permissão para uso dos depoimentos;

Parte 2: Identificação e perfil das mulheres entrevistadas;

Parte 3: Enquete composta por quatro blocos de questões, assim organizados: Percepção geral do projeto e atuação; Empoderamento e autonomia; Cidadania das Mulheres; Relações de gênero.

O desenho do roteiro levou em consideração questões pertinentes aos marcadores deste estudo, dessa forma e ao seguirmos o roteiro, buscamos desenvolvê-lo por meio de uma comunicação simples, direta e que permitisse as entrevistadas posicionarem-se de maneira confortável nos locais em que ocorreram as gravações. As questões buscaram evidenciar os aspectos relevantes da participação das mulheres no projeto, tal como o cotidiano atual das mesmas e de que maneira conduziram suas rotinas sem a agenda de tarefas do projeto.

Para as análises, utilizamos a transcrição das entrevistas, destacando parte das falas que foram inseridas num mapa descritivo (Figuras 1,2,3,4) e esse mapa foi dividido em quatro partes, de acordo com os marcadores de análises: percepção geral do projeto, empoderamento e autonomia; cidadania das mulheres; relações de gênero. Foram inseridas as informações manualmente. Sendo assim, não houve a utilização de software. O mapa foi construído em tamanho A3 para facilitar a leitura e permitir uma ampla visão dos elementos de estudo que estão ali descritos.

Dessa forma, na coluna vertical constam as mulheres entrevistadas, caracterizadas de MPAZ1 a MPAZ20 e na horizontal as questões foram distribuídas conforme os blocos do roteiro de entrevista, com as informações condensadas e sintetizadas.

Ressaltamos que uma parte das informações do roteiro de entrevista foi utilizada na descrição que apresenta os perfis da MPAZ no capítulo 4. No mapa constam na horizontal, as seguintes informações:

FIGURA1- Percepção Geral do Projeto: Como você chegou ao projeto Mulheres da Paz? // Quais lembranças do projeto mais marcaram a sua vida? // Em qual área da sua vida, você acredita que foi mais impactada pelo projeto Mulheres da Paz?

FIGURA 2: Empoderamento e Autonomia: Aqui se a entrevistada estiver trabalhando, dialogar sobre o trabalho dela, a rotina, que horas sai, quantas horas trabalha. Caso não, dialogar sobre o sentido de entender se é por vontade própria, ou está desempregada a procura de... // A bolsa recebida de 190,00 fez alguma diferença na sua vida, durante os 3 anos do projeto? Te ajudou a realizar algo? E depois que acabou, você buscou algo?

FIGURA3: Cidadania das Mulheres: “Uma vez mulher da paz, sempre mulher da paz”? // Você já teve algum conflito, ou situação sua ou de algum familiar, vizinho, parente que você precisou recorrer à justiça ou aos órgãos de proteção, de defesa, ou algo semelhante? Como foi? // Você alguma vez já percebeu uma situação de preconceito ou alguém te tratou mal por alguma característica sua?

FIGURA4. Relações de Gênero: Quem mais toma das decisões em casa? // Quem cuida mais das tarefas da casa? // Cada um tem uma tarefa, ou não? Como funciona no dia-a-dia, você tinha alguma dificuldade para participar das atividades do projeto?

Figura 1: Mapa Descritivo- Percepção Geral do Projeto

PERCEPÇÃO GERAL DO PROJETO

MPAZ	Como você chegou ao projeto Mulheres da Paz?	Quais lembranças do projeto mais marcaram a sua vida?	Em qual área da sua vida, você acredita que foi mais impactada pelo projeto Mulheres da Paz?
MPAZ 1			
MPAZ 2			
MPAZ 3			
MPAZ 4	Alguns passos aqui e ali, até foi a Teresa. Tem uma relação em falta do trabalho voluntário que eu fiz na creche da Casa do Menor. Na época eu não tinha mais horas vagas, meus filhos frequentavam a Casa do Menor. Meu filho que está preso, ele fez curso de psicofarmacologia.	Os internacionais de mulher que teve a caminhada em Copacabana. O café de manhã na Evróto...	Falo jovem. Alguém que foi pelo jovem, quando a gente encontra, algo que mudou, faz a gente ter mais coragem. Independentemente de ter alguém ou não
MPAZ 5	Eu não sei muito lembrada de como a gente chegou não (sorriendo).	De como os jovens tinham uma vontade de crescer profissionalmente. A vontade delas de crescer, elas estavam indo ali, as vezes num colégio e elas estavam lá. E é... "arruava as maninhas, eu vou ter o meu salário", "vou trabalhar, vou ajudar a minha família". Era um projeto de crescimento, queriam crescer.	A independência. Acho que de correr atrás. Não era muita gente. Eu me achava muito limitada "Será que posso fazer isso...". "Será que posso fazer aquilo?". O Mulheres da Paz, me fez ter uma visão diferente.
MPAZ 6	Eu lembro que a inscrição foi no colégio Viscontina, então uma foi e ficou cobrando e falou com as monitoras aqui na rua.	Os eventos, passeios, Planejamento. Esse do Planejamento foi maravilhoso. Olha, tinha coisas boas que a gente vivia neste projeto. A parte que eu mais gostei foi quando começou a falar da Lei Maria da Penha.	Na hora de ir pra algum lugar, porque eu tinha muito medo de ir à rua sozinho. A parte do trabalho, porque até ali eu não tinha nenhuma coragem de dizer, ou trabalhar.
MPAZ 7	Foi uma mulher daqui daqui, disse que estava abrindo inscrição para a MPAZ e disse que era do governo né. Ai eu fui lá e fiz a inscrição e fui falando para as outras mulheres também.	Tive muitas lembranças boas. Passeios. As lembranças com os jovens. Ah e Criança Esperança, eu pensava nele a noite toda. Sonhava e tudo (risos). Foi o show, foi muito legal.	Tu dá um grão de guerra ali. Foi uma mudança porque eu ficava muito preta dentro de casa e eu arrumava meu trabalho depois do projeto. Comecei a conversar com as pessoas, quase não conversava com as pessoas, elas não conversavam com as pessoas, elas não conversavam com as pessoas.
MPAZ 8	Foi uma prova municipal, lembra? Minha colega minha, a Silvia, tem foi a Silvi, foi a Viana, que disse que ia ter um projeto, via ter um negócio lá para as mulheres que não estão trabalhando para serem beneficiadas mas tem que fazer uma prova... eu disse: vou, foi a prova e passou: "não deviam passar".	Do CIEP, das coisas que tinha, tipo as feiras, era muito bom, quando a gente tinha que sair... o Criança Esperança de Globo (riso), isso tudo foi marcante. A gente também participou do curso voalier, foi muito bom. Eu não costumava a sair por tudo que passava, achava tudo para mim foi muito tudo novo. Tudo que eu vivi dentro do projeto, eu não vivi. Principamente com crianças pagando.	Me tornei mais independente. Ser mulher guerreira, tipo aquela que a gente não depende de ninguém, se a gente quiser a luta a gente consegue.
MPAZ 9	Só que porque a Verônica conseguiu comigo, aí eu fiquei mais animada, pois nunca tinha trabalhado em projeto com jovens. Ai eu falei: "gente como é trabalhar com jovens?" Porque como eu tinha da comunidade, eu via os jovens lá né. A Verônica falou, vamos a Rose viu variação. Por curiosidade eu fui.	Eu gostava das reuniões. Quando as mulheres iam dar um curso ou dar informação de algo, achava importante. Eu, Rose eu era muito sigla das coisas.	Olha vou te falar uma coisa, eu já é muito pessoal né... sobre o projeto Mulheres da Paz, me ensinou em relação aos jovens, eu tinha outra visão sobre os jovens. Hoje em dia as pessoas falam muito de discriminação, né? Do preconceito e racismo... ali eu conheci uma moçambicana, então, eu aprendi a olhar com outros olhos, ali eu aprendi muito coisa, inclusive isso, porque a gente julga muito as pessoas.
MPAZ 10	Uma vizinha minha falou do projeto, que tinha que ir lá na Viscontina fazer a inscrição, aí eu fui sem saber do que se tratava. Cheguei lá tinha uma	Muitas lembranças. Os encontros, as palestras, as visitas para buscar os jovens, foi uma coisa nova, pois mesmo a gente morando no bairro há muitos anos, a gente	Acho que o projeto mexeu no despertar da mulher que eu sou. De ter as possibilidades que a gente tem. Eu estava no meu mundinho. Através dos passeios,

Fonte: elaborada pela própria autora.

Figura 2: Mapa Descritivo - Empoderamento e Autonomia.

MPAZ	Aqui se a entrevistada estiver trabalhando, dialogar sobre o trabalho dela, a rotina, que horas sai, quantas horas trabalha... Caso não, dialogar no sentido de entender se é por vontade própria, ou está desempregada a procura de...	A bolsa recebida de 190,00 fez alguma diferença na sua vida, durante os 3 anos do projeto? Te ajudou a realizar algo? E depois que acabou, você buscou algo?
MPAZ 1		
MPAZ 2		
MPAZ 3		
MPAZ 4	No momento não estou trabalhando, pois, a minha paciente morreu. Amanhã vai fazer 6 meses. Ai eu faço um freelance com a filha dela, sou diarista em apartamento de temporada. Já tinha trabalhado em loja. Eu trabalhei de bebê por muito tempo. Quando tive meus filhos eu deixei de ser bebê, pois eu achava que dava mais carinho para o filho dos outros (risos). Ai continuei, tire um bar durante 3 anos, como se diziam, eu fui barraqueira. Ai eu senti vontade de voltar a estudar, terminar meu segundo grau. Terminei o meu segundo grau, no São Teodoro. Ai veio o projeto, precisei cuidar do meu neto, meu filho preso , ainda está preso pois ele não assinou em 2017, ele estava solto na condicional, mas a cabeça e tudo, ele não escutava, foi pego como foragido.	Ajudava muito. A gente comprava o lanche do grupo, mas ajudou muito no período do meu neto, para comprar fralda, leite.
MPAZ 5	Eu sempre quis ser professora, sonho de criança mesmo. Porque aos 13 anos já alfabetizei dentro da minha casa. / 2 fui bebê, fui doméstica, fazia biquinhos na casa de família, dando faxina, já fui várias coisas... Foi a primeira vez que comeci a trabalhar (quando fazia os biquinhos). Eu tinha 30 anos. Meu primeiro emprego. Meu marido não deixava eu trabalhar.	Ajudou bastante. Tanto na minha autoestima, porque eu podia comprar o que eu quisesse, era pra mim, mas ajudei em casa, ajudei meus filhos, meus filhos fizeram cursos com esse dinheiro. Minha filha se formou em "enfermeira" com esse dinheiro. Hoje minha filha é técnica de hemodiálise.
MPAZ 6	Trabalho como limpadora numa firma de limpeza há 8 anos- desde que saiu do MPAZ, que comeci a trabalhar como limpadora. // Na época (do projeto) eu não procurava porque eu tinha uns problemas particulares, que me atrapalhavam um pouco, ai quer dizer, por isso eu não procurava trabalhar a semana toda, porque quando eu casei eu parei de trabalhar para cuidar das minhas filhas , depois (ela fez uma pausa e pergunta se pode falar, eu afirmo que sim), chimes de marido, não deixava eu trabalhar fora . Por isso eu não trabalhava fora. Ai fui conseguindo a trabalhar duas vezes na semana, para ir depois eu continuar assim. Ai depois do Mulheres da Paz, eu criei coragem e fui embora trabalhar mesmo. Peguei para trabalhar a semana toda mesmo.	Olha, eu na época, eu cheguei a pagar um curso de cabeleireiro para mim com o dinheiro da bolsa, mas assim... eu não fui adiante. Eu me sentia insegura em relação a profissão escolhida e o apoio em casa é muito importante né? E não tinha. Por isso não fui adiante. A bolsa me ajudou muito.
MPAZ 7	So trabalhava em casa vendendo roupa. Hoje trabalho como operadora de caixa. Neste trabalho tem dois anos e pouco. Trabalhei 6 anos em outro. Assim que acabou o MPAZ eu arrumei um trabalho.	A bolsa me ajudou muito. Comprei um monte de coisa para a minha casa, televisão, secador, comprei bastante coisa. Na época eu recebia o Bolsa Família, das minhas filhas. Isso me ajudou bastante
MPAZ 8	Sempre na casa de família. (Sempre trabalhou de doméstica).	Me ajudou muito, muito. Muita coisa, muita coisa. Era o dinheiro que estava no lugar certo, na hora certa pois como diarista a gente não tem nada certo. Recebia também o Bolsa-Família, então quando eu não era chamada, era isso que me ajudava financeiramente em casa.

Fonte: elaborada pela própria autora

Figura 3: Mapa Descritivo – Cidadania das Mulheres

Cidadania das Mulheres

MPAZ	“Uma vez mulher da paz, sempre mulher da paz”?	Você já teve algum conflito, ou situação sua ou de algum familiar, vizinho, parente que você precisou recorrer à justiça ou aos órgãos de proteção, de defesa, ou algo semelhante? Como foi?	Você alguma vez já percebeu uma situação de preconceito ou alguém te tratou mal por alguma característica sua?
MPAZ 1			
MPAZ 2			
MPAZ 3			
MPAZ 4	Marcou para sempre. Eu tenho algumas coisas, a carteirainha.	A situação do filho preso. Aprendi muito. A lidar com o emocional, com as atrocidades que a gente vê, as pessoas veem as mães de delinqüente como mal vistas, as pessoas tratam a gente como culpadas pelo que o filho faz. Aprendi a lidar mais com a razão. A gente vê que se não agir assim, eles acabam continuando, hoje vejo por uma outra forma. Antes eu ficava desesperada e fazia tudo, hoje não. // Faço visita periódica uma vez no mês. Para ele sentir. Uma vez no mês, pois a despesa para manter lá é alta. A única pessoa que visita ele sou eu. // Antes da prisão do meu filho, nunca tinha ido a um presídio e antes do projeto MPAZ, nunca tinha ido numa DEAM, pois achava que só poderia ir para fazer denúncia. Quando estava no projeto, com todas as mulheres, a gente conhecia mais a comunidade. Com o grupo dava mais coragem, dava mais autenticidade na visita. A gente ia no Amajari , no Conselho Tutelar.	Não. Comigo diretamente não.
MPAZ 5	Orgulho. Porque eu aprendi que a MPAZ é ajudadora, cuidadora, auxiliadora, orientadora, tudo isso que eu aprendi com a MPAZ hoje levo para meus alunos.	Sim. Eu tenho um sobrinho e assim, a gente ajudou tantos jovens, ele foi Evotóia , aprendeu tudo mas infelizmente ele seguiu um caminho que não tinha mais volta para ele. Ele entrou para vida do tráfico, já foi preso, ele hoje não pode estar no convívio da família, mas sempre que possível a gente traz ele, mas a gente não pode estar com ele por aqui, em Miraflores. Mas em outros lugares sempre que possível a gente está com ele. (fala bem baixinho). Eu não consegui ajudar ele. Ele não concluiu o Protejo.	Não.
MPAZ 6	Porque isso aí vai ficar na história. Inesquecível. Sabe porque? Por que lá no projeto eu aprendi assim, ser uma MPAZ assim... eu era muito estourada né, não aceitava opinião de ninguém, hoje em dia sou bem mais calma e mais maleável. Eu aprendi a ser lá muito mais calma, porque eu era uma pessoa ignorante.	Eu não me lembro não.	Já passei e as vezes passo no meu trabalho. Inclusive no outro dia, logo assim que entrei lá, neste trabalho, a questão de uniforme né. Já chegou um entregador de pizza e depois das 19h quem assumiu tudo, sou eu. // Já eu falei com ele, da próxima vez que você for entregar alguma coisa, depois das 19h sou eu, venha falar comigo. Ele me elou de cima embaixo, devido a roupa que eu estava usando. // Outro dia, lá, a gente tem que comer tudo junto, adrogado, tudo junto, não importa. Pode ser juiz e advogado e temos que comer tudo junto. Ai teve um que chegou um dia, ai ele ficou enrolando, esquentando a comida dele no micro-ondas, // Então, é um tipo de preconceito que ainda acontece.
MPAZ 7	Significa muito, hoje em dia ainda digo... sou uma MPAZ. MPAZ nunca caba para mim.	Conflito dentro de casa, minha filha engravidou e aí, muita briga dela com meu marido, teve muito conflito dentro da minha casa. Eu que tive que entrar no meio e conversar. Eu também fiquei muito chateada, mas tive que segurar para mediar a briga, para não ser pior.	No trabalho mesmo, porque eu trabalho no caixa e tem cliente que joga o dinheiro, porque não quer encostar na sua mão, só isso mesmo.
MPAZ 8	Mulher guerreira, sempre mulher guerreira.	Não. No caso assim, só a violência doméstica que eu presenciei e falei...“oh, vai pela Lei maria da Penha que você vai conseguir.	Sim. De racismo que acontece muito. Não fala diretamente, mas você saber que uma palavra que fala, o preconceito está lá. Mas

Fonte: elaborada pela própria autora

Figura 4: Mapa Descritivo- Relações de Gênero.

Relações de gênero

MPAZ	Quem mais toma das decisões em casa...	Quem cuida mais das tarefas da casa? Cada um tem uma tarefa, ou não? Como funciona...	No dia-a-dia, você tinha alguma dificuldade para participar das atividades do projeto?
MPAZ 1			
MPAZ 2			
MPAZ 3			
MPAZ 4	Sou eu. Sempre fui eu.	Sou eu quem cuido das tarefas. Eu fiz o curso no MOVA (um curso de Nova Iguaçu), depois que a minha mãe ficou doente. (Relata que fez o curso para cuidar da mãe). A única pessoa que visita ele sou eu. Ele hoje só tem a mim para contar. O pai dele faleceu há 3 anos (em relação ao filho preso). Ainda ajudado a menina que é filha dele e o que eu crio. Quando a gente foi para o Criança Esperança, corri para deixar a janta pronta.	
MPAZ 5	(Muitos risos). Tem sido eu atualmente. Não que eu tire a autoridade do meu marido, entendo? Acho que essa situação de desemprego dele, tá deixando ele desestimulado, porque ele sempre foi o provedor e ele me ver no lugar dele tá sendo difícil. Se fosse o inverso você acha que seria diferente? É. Muito diferente. Porque eles quando tem uma posição melhor que a nossa, eles se sentem muito superiores. nós e nós quando estamos, não achamos que somos superiores a eles.	Eu tenho uma adolescente de 17 anos, que me ajuda. Meio preguicosa mas me ajuda muito, se não fosse ela. Seu esposo tem tarefa em casa também, vocês dividem isso? Risos. É muito difícil. Eu eduquei ele de um jeito errado? Risos Você educou? (Entre risos). Sim, eduquei. Então eu não brigo muito não, porque a culpa foi minha. E hoje ele é o que é dentro de casa.	As vezes tinha sim. Porque eram 5 crianças. As vezes ficava até um pouco ausente. Tinha os dias que tinha recesso e aí eu precisava ficar em casa com eles. As vezes o marido reclamava um pouquinho também (risos).
MPAZ 6	Ele. Ele que ainda está cantando de galo (muitos risos). Mas hoje em dia a gente chega num consenso melhor. Um diálogo melhor que antes. Agora ele me escuta um pouquinho a mais, porque ele não bebe.	E muito corrido. Eu saio 7h da manhã, volto 11 horas da noite e em casa minha rotina em casa só dá para ser sábado e domingo. Então eu tenho que me virar no domingo mesmo, pois trabalho de segunda a sábado, então no domingo eu tenho que fazer tudo em casa. Como a minha filha tá desempregada ela me ajuda. Mas quando ela voltar a trabalhar, fico pensando no que fazer. Ela faz a comida para mim, bota a roupa na máquina. Risos. Ele lava a louça e diz que já me ajuda muito.	No projeto ele reclamou um pouco. Mas geralmente o projeto sempre caiu num momento que ele não estava né. Então ele não implicava muito. Na época ele bebia muito, então eu tinha medo dele chegar nos lugares e fazer escândalos né, então eu evitava muito. Mas mesmo assim nos horários do projeto, ele não implicava muito porque eu não sabia toda hora de dentro de casa. Eu não ia muito lá agora, pra cidade, porque ele tinha a opinião que mulher que trabalha fora, trai. Essa opinião ele sempre teve. O projeto ele não implicava muito porque era perto de casa. (tenho vontade de chorar quando leio esse trecho).
MPAZ 7	E uma briga ferrada, dois teimosos. Eu falo, ele fala. Ai no final, tem que ser ele né? Tem coisa que eu consigo, tem coisa que é ele né.	Eu. Trabalho de 7 as 14h, chego em casa faço as coisas e ainda vou para casa do meu pai fazer a comida para ele. Arrumar a casa dele e cuidar dele né. // Cuido do meu pai. Sozinha sem ajuda e vou cuidar até o final. Eu não descanso, Vanessa. Eu chego do trabalho, eu não sento, eu não descanso, não durmo. Em casa consigo dividir as tarefas (filha e esposo).	A minha dificuldade era meu esposo. Ele reclamava de eu ir, não aceitava que fosse. Reclamava muito, muito. Deixei de ir a muitos passeios por causa dele, porque ele reclamava e eu acabava aceitando, não deveria ter aceitado né?
MPAZ 8	A própria	Eu faço porque a casa é pequena, mas meu filho ajuda a lavar louça. Mas eu	Não.

Fonte: elaborada pela própria autora

Esse método utilizado propiciou um olhar amplo sobre as vozes ali transcritas, o destacamento em vermelho era para chamar atenção sobre alguma fala. A comparação entre os relatos, demonstrou como cada mulher percebeu o projeto, o que pensavam sobre o término e quais questões mais afetaram suas vidas e o que mais ficou como lembrança. Ao todo, foram 9 páginas no formato A3, neste desenho metodológico das análises.

Sobre as dificuldades na realização da pesquisa de campo, foi necessário enfrentarmos alguns desafios neste período do estudo. O fato de a pesquisadora ter sido parte da gestão poderia gerar alguma tendência na formulação das etapas da pesquisa. Por outro lado, havia uma compreensão positiva de que o acesso a dados armazenados em arquivos pessoais poderia trazer informações importantes e peculiares ao processo de elaboração da dissertação, junto aos conteúdos bibliográficos. Justamente por esses arquivos conterem informações de relatórios, planejamentos, organização de atividades, convites, fotos, avaliações da época da execução das ações do Pronasci nos territórios.

Ainda assim, no momento da elaboração do desenho da pesquisa e na formulação das questões do roteiro até a aplicação do projeto-piloto, foi necessário criar um distanciamento entre pesquisadora e entrevistadas. A construção de instrumentos de coleta e análise dos dados à luz das discussões teóricas foi realizada com rigor para permitir esse distanciamento. A relação efetiva e também afetiva com parte das mulheres poderiam ser um entrave para o diálogo e as gravações. Com algumas das mulheres foram estabelecidos vínculos mais próximos, com outros apenas raros contatos pelo bairro ou pelas redes sociais. Neste sentido, foi necessário enxergar que a condição acadêmica de quem se coloca como pesquisadora, deveria estar acima das lembranças vividas como coordenadora local e também da referência de parte dessas mulheres.

Neste aspecto, caracterizamos que essa fase foi de fato um desafio a ser enfrentado, pois a memória do cotidiano, o sorriso distribuído, a expressão de angústia, a timidez, a insegurança, os depoimentos mais íntimos, o olhar de ternura, as gargalhadas vindas das lembranças mais engraçadas, estavam ali a compor um roteiro de entrevista. E, ainda que a isenção fosse uma premissa para a realização do campo, surgia também a certeza que o mergulho nos depoimentos voluntários dessas mulheres viria no decorrer das transcrições e, mesmo ali, foi preciso colocar

o olhar acadêmico sobre o coração de ex-coordenadora. Uma tarefa de pouca facilidade, porém, necessária e de muita riqueza.

Dessa forma buscamos mapear as práticas de vida das MPAZ refletindo seus valores, suas crenças, limitações e experiências vivenciadas.

Após a realização de todas as entrevistas, o método desenvolvido foi de transcrição das entrevistas e mapeamento das informações obtidas para que pudéssemos chegar as análises dos depoimentos conectando aos objetivos e as hipóteses do estudo.

No capítulo 3 desta dissertação, apresentaremos de forma detalhada o perfil das mulheres participantes, assim como o detalhamento da inserção da pesquisadora no campo e a construção das 20 entrevistas alcançadas.

No fechamento das análises no capítulo 4, incluímos um quadro-síntese em duas colunas, sendo, a primeira, referente ao ano de 2009 e a segunda, ao ano de 2019. O que trazemos neste quadro é uma questão levantada numa avaliação realizada com as MPAZ no ano de 2009 no território, onde se questionava as mulheres acerca do motivo pelos quais elas gostariam de permanecer no projeto no ano de 2010. Para 2019, sintetizamos em frases os relatos das MPAZ sobre as mudanças percebidas em suas vidas, após a conclusão do Mulheres da Paz. O objetivo, era contrastar esse período de uma década essas informações. Das 20 MPAZ respondentes, foram levantadas 18 informações.

No total foram cerca de oito horas e treze segundos de escutas gravadas em campo, somando, aproximadamente, 80 páginas de transcrição digitadas, considerando parte das falas, não usando a transcrição *verbatim* de todas as entrevistas. A decisão foi de usar fragmentos das gravações, sem que incidissem em prejuízo às falas e as narrativas que constituíram a essencialidade desse trabalho.

2. O PROJETO MULHERES DA PAZ

Enunciamos neste capítulo uma breve apresentação do Programa Nacional de Segurança com Cidadania, o Pronasci, e a partir dele, as concepções que formularam o projeto Mulheres da Paz, integrado como uma ação daquele programa. Posteriormente abordaremos o projeto Mulheres da Paz no estado do Rio de Janeiro e as características do desenho local, no âmbito da execução através do governo do estado e, na sequência, apresentaremos como se deu o desenvolvimento do projeto no território de Miguel Couto, local da pesquisa empírica deste trabalho.

2.1. Uma síntese do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – O Pronasci.

O Pronasci foi implantado a partir do segundo mandato do ex-presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva, através Lei Nº 11.530, de

24 de Outubro de 2007, alterado pela Lei 11.707/2008 e de acordo com os dados do Pronasci em Números elaborado pela Fundação Getulio Vargas (FGV 2009),

Destinava a articular as ações de segurança pública para prevenção, controle e repressão da criminalidade, estabelecendo ações de políticas sociais e ações de proteção às vítimas, sendo esse estruturado, no Plano Plurianual 2008-2011, com previsão anual de alocação no Orçamento Geral da União de 1,4 bilhão. (FGV, 2009:5).

O ex-ministro da justiça do governo Lula, Tarso Genro, em seu depoimento ao CPDOC/FGV, 2010, relata sobre a criação do Pronasci e relaciona a criação do programa às análises que vinham realizando em torno da política de segurança pública que estava sendo conduzida no país. A partir do seu depoimento o ex-ministro teceu as seguintes reflexões: “como ter uma nova polícia que estabeleça uma relação de proximidade com a comunidade? Como integrar os municípios como sujeitos ativos de políticas preventivas? Como renovar a cultura de segurança pública no país? (Genro, 2010:29).

Nesta perspectiva, Genro (2010:29), elucida que, naquele momento, a inspiração que trazia para a formulação do Pronasci, foram as experiências de cidades de outros países, como Chicago, Medellín, Nova York e outros exemplos brasileiros, como o caso da cidade de Diadema. O entendimento explicado neste depoimento retratava que a segurança pública é caso de polícia, porém, não se forma exclusivamente sob esta ótica.

As análises construídas pela FGV Projetos (2008:11), órgão responsável desde o início pelo monitoramento das ações do Pronasci, sublinham que foi uma “mudança de paradigma” na estrutura do MJ, tanto pelo seu caráter federativo, que integrava todos os entes para a gestão o programa, como por estar “ancorada” em um projeto de desenvolvimento, que perpassava a lógica do policiamento e repressão ou no sistema penal brasileiro. Segundo o próprio idealizador do Pronasci, o ex-ministro Tarso Genro, trata-se de unir cidadania, justiça e segurança, permitindo, portanto, relacionar um conjunto de ações que constituíram o Pronasci.

Desta forma, conceitualmente explorando, o Pronasci, destinava-se à “prevenção, controle e repressão da criminalidade”, segundo dados disponíveis pelo Senador Federal¹³ que descreve os seguintes objetivos:

- Melhorar o sistema de segurança pública e prisional e valorizar seus profissionais.
- Ressocializar as pessoas com penas restritivas de liberdade e egressos, por meio da implementação de projetos educativos e profissionalizantes.
- Promover o acesso aos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade às políticas sociais governamentais, em territórios de descoesão social. (BRASIL, 2008).

Entre as 94 ações do Pronasci, destacam-se as ações territoriais locais que incluíam o projeto Mulheres da Paz, Protejo e Espaços Urbanos Seguros. Essa tríade, tinha como pilar de sustentação ou projeto principal, o Mulheres de Paz. Esse, gerou tensões e disputas em torno das concepções iniciais, que mais enxergava a face maternal e de cuidado das mulheres-mães-da-paz, do que efetivamente, o gênero em questão.

Sendo assim, é importante mencionar, que para além de descrever os processos que consolidaram as ações do Pronasci nos territórios, é necessário também refletir sobre as propostas e desenvolvimento do Mulheres da Paz, como uma política que destinada às mulheres, acima da sua condição de mãe e tutora ou madrinha dos jovens do Protejo.

2.2. O projeto Mulheres da Paz: uma ação do Pronasci.

O Projeto Mulheres da Paz é uma das ações formuladas pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania através da Lei Nº 11.530, de 24 de Outubro de 2007, alterado pela Lei 11.707/2008 e a partir do Decreto nº 6.490/2008, muito inspirado “nas mães” do Rio de Janeiro que perderam seus filhos nas guerras urbanas, nas periferias das grandes cidades. Também, é reconhecido como a ação do Pronasci, que envolve a comunidade, as mulheres, os jovens e as famílias, num contexto territorial.

¹³ Dados do Senado Federal, encontrado em https://www.senado.gov.br/comissoes/CE/AP/PDE/AP_08_MinisterioJustica.pdf. Acesso em 10/03/2019

O projeto Mulheres da Paz, capacita mulheres atuantes na comunidade para que se constituam, institucionalmente, como mediadoras sociais. Assim, dá-se o fortalecimento das práticas políticas e socioculturais desenvolvidas por elas a partir do empoderamento feminino. Além disso, constroem-se redes de prevenção da violência doméstica e enfrentamento às violências que compõem a realidade local e que envolvam jovens e mulheres. (BRASIL, 2008).

De acordo com Rios, Yasbek, Giovanni, 2010:26, as mulheres da paz eram selecionadas por meio de processos públicos realizados por gestores locais (municípios ou estados), com base em critérios definidos, nos quais constavam as informações de escolaridade, a trajetória da mulher na sua comunidade, local de moradia, apontando assim para o foco comunitário do Pronasci. Os autores ainda descrevem, que os gestores locais, eram responsáveis por todos os registros no sistema denominado SIMPaz, que fora desenvolvido pelo Ministério da Justiça para acompanhamento e controle de execução das tarefas das Mulheres da Paz, em cada local desenvolvido. A bolsa fornecida de R\$ 190,00 tinha como requisito para recebimento o cumprimento das tarefas organizadas.

Em 2009, os registros demonstram que foram beneficiadas 4.586 mulheres e no ano de 2010, apontavam 4.288 beneficiadas, segundo dados da Secretaria Executiva do Pronasci (Rios,2010:358). Neste tempo de iniciação do projeto, falava-se em “treinamento” das mulheres da paz. “Há um número significativo de mulheres que estão sendo treinadas”, analisava o ex-ministro Tarso Genro (FGV, 2010: 37).

Ainda persistindo nas concepções trazidas na Revista de Serviço Público (2010:359), Rios salienta que no âmbito do desenho institucional da política pública, este tema transversal ao Pronasci, entrou na agenda do MJ a partir da interlocução com a sociedade civil.

No começo de 2007, foram realizados colóquios temáticos, envolvendo governo, academia e sociedade civil, entre os quais mereceu destaque um encontro que tratou especificamente do papel das mulheres nessa nova fase de atuação do poder público no combate à violência. Além disso, na discussão com grupos como as “Mães de Acari” e a Central Única de Favelas (Cufa) foi levantado o conceito de comunidades “materno- centradas”, o que significa que a figura das mães carrega grande carga de respeito nas periferias metropolitanas. Com base nesse conceito, é

elaborado um primeiro projeto chamado “Mães Ouvidoras”, que posteriormente deu origem ao ‘Mulheres da Paz’. (RIOS, 2010:359).

Este modelo inicial do programa trouxe diversas discussões e contradições em torno da figura destas mulheres beneficiárias e a relação com a segurança pública, a política e a maternagem, influenciando até a proposta de nome para o projeto.

O nome ‘Mães da Paz’ foi colocado em questionamento pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e por parte da militância de defesa das mulheres, sob o argumento de que o termo ‘mães’ limitava o papel dessas mulheres na sociedade e de que a assistência aos jovens é obrigação do Estado e não de mulheres da sociedade civil. Esse primeiro obstáculo teve como resultado prático a troca do nome para “Mulheres da Paz”, pela Medida Provisória, nº 416, de 2008. (RIOS, 2010:359).

Em consonância a este debate, Sorj e Gomes (2011: 152) expõem de forma bastante acentuada que as disputas e tensões que precederam a versão final do projeto e a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM), tiveram um papel importante no debate, trazendo o viés feminista para a concepção. Neste sentido, buscava conscientizar estas mulheres sobre a cidadania, na tentativa de não apenas vincular as participantes ao papel do cuidado e da maternidade com os jovens de suas comunidades. As autoras exprimem que a ideia seria institucionalizar os movimentos de mães e atribuir a estas mulheres (operadoras da política) uma proposta de “cultura de paz”. Nesta perspectiva, elas ponderam que a feminilidade das MPAZ estava em disputa na mesa de formulação da política.

A SPM posicionou-se contrariamente a isso e defendeu que o projeto deveria promover o “empoderamento” das mulheres, o que significaria “tirá-las do lugar de cuidadoras”. A SPM sugeriu, então, que o programa deveria se chamar “Lideranças da Paz”, o que, além de contemplar a meta de “empoderamento”, admitiria também a possibilidade de inclusão de homens como operadores locais, enfraquecendo, assim, a associação entre o feminino e os cuidados. Este último ajuste não foi contemplado, e o programa ganhou o nome final de “Mulheres da Paz”. (SORJ, GOMES, 2011: 152).

Dados extraídos da Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ, demonstrados por Rios (2010:361), apresentam a estimativa de distribuição de Mulheres da Paz por região, para o período de início do projeto no Brasil. Desta forma, descrevem, Alagoas (300 MPAZ); Bahia (500); Ceará (300); Distrito Federal (300); Espírito Santo (500); Goiás (400); Minas Gerais (650); Pará (600); Paraná (750); Pernambuco (500); Rio de Janeiro (2.350); Rio Grande do Sul (950) e São Paulo (1900). Verifica-se, que o Rio de Janeiro foi o estado cujo convênio abrangeu o maior número de mulheres contempladas.

2.2.1. O Projeto Mulheres da Paz no Estado do Rio de Janeiro: cultura e territórios da paz.

Em dezembro de 2008 o MPAZ foi lançado no Complexo do Alemão - RJ, contando com a participação dos representantes dos 18 territórios participantes. Segundo Andréas (2010), a escolha dos chamados “Territórios da Paz”, baseou-se nos seguintes critérios: índices de violência locais, pobreza e pela presença das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Entre os anos de 2008 e 2010, havia oficialmente 18 Territórios da Paz, concentrados na Baixada Fluminense, leste Fluminense e Macaé e, na capital, nas favelas da Maré, Complexo do Alemão, Providência, Manginhos, Rocinha, Vila Kennedy, Pavão- Pavãozinho, Cantagalo e Tavares Bastos, totalizando cerca de duas mil e noventa e uma mulheres participantes.

Figura 5. Logomarca utiliza para todos os documentos dos projetos e programas do Pronasci.



Fonte: SEASD –Coordenação do Pronasci. - 2009

Conforme descreve a ex-coordenadora Cintia Rodrigues (2011. p.5), no Guia de Consulta das Mulheres da Paz, a premissa do projeto baseia-se no vínculo com o território e da atuação feminina como líderes.

O Programa Mulheres da Paz tem por objetivo capacitar mulheres, a fim de torná-las lideranças comunitárias capazes de atuarem com qualidade em seus territórios (...). A ideia é que as Mulheres da Paz contribuam para fazer de suas comunidades espaços onde a população esteja não só segura, mas onde haja também garantia de direitos humanos, civis sociais. (SEASDH,2011:5).

Somada a esta ideia de exercício comunitário, as Mulheres da Paz também estavam vinculadas aos jovens do Protejo, desenvolvendo atividades ligadas à formação destes jovens no mesmo território, vivendo em condições vulneráveis à violência.

Sorj e Gomes (2011:153) descrevem a trajetória inicial do projeto Mulheres da Paz no estado do Rio de Janeiro que foi pioneiro na implantação do projeto no ano de 2008. A execução se deu por meio da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, cuja secretária, à época, era a hoje deputada federal Benedita da Silva, que esteve à frente da SEASDH, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), entre os anos de 2007 e 2010. As autoras Bila Sorj e Carla Gomes (2001: 153), traçam as memórias do projeto e identificam a ligação com as igrejas evangélicas na captação dessas mulheres participantes e os objetivos que conduziram a relação das futuras mulheres da paz com o território, com a juventude local e os afazeres comunitários.

Em 2008, abriu-se um edital que selecionou 2.550 mulheres em dezoito territórios do estado identificados com “altas taxas de violência e criminalidade”. As mulheres candidatas fizeram uma prova de seleção. Muitas delas já eram lideranças em suas comunidades, e foram indicadas por igrejas e associações de moradores. A forte participação de mulheres ligadas à Igreja, notadamente as Evangélicas, se deve à sua expansão e revitalização nas comunidades populares do país, sobretudo por meio dos movimentos carismáticos e pentecostais. (SORJ, GOMES, 2011: 153).

Pela Seasdh o projeto foi conduzido entre os anos de 2008 e 2011 e a execução foi em conjunto com os projetos Protejo e Espaços Urbanos Seguros (PEUS), que também se configuravam como ação do Pronasci. A partir do

depoimento de Andréas - (2010:298) que foi secretário executivo da Seasdh entre os anos de 2007 e 2010- ao Memórias do Pronasci (CPDOC, 2010), é possível buscar compreensão da lógica dos três programas nos Territórios da Paz,

Nos convênios, o estado entra com 2%, o que é absolutamente diferente de qualquer convênio. Nos convênios, o estado tem que entrar com 20% do valor e o governo federal entra com 80%. Mas nesse caso, nós recebemos 15 milhões para executar o trabalho durante um ano, e entregamos com 2% disso, que representam 300 mil reais. É insignificante. Depois, há uma metodologia que foi importante, porque foram feitos três acordos de cooperação com o Ministério da Justiça: um, para o projeto Mulheres da Paz; o segundo, para um projeto para os jovens, o Protejo; e o terceiro, para o projeto Espaços Urbanos Seguros. Eventualmente, alguns estados têm secretarias distintas que coordenam cada um desses projetos. Mas nós negociamos com o Ministério da Justiça os três projetos, e hoje eles estão presentes em 18 comunidades ao mesmo tempo. (ANDRÉAS, 2010:298.)

Sobre as escolhas das comunidades, Andréas (2010:298) aponta que estas designações passaram pelos critérios de “Índice de violência, pobreza, presença do Programa de Aceleração do Crescimento (Pac)”. Ainda, o ex-secretário executivo justifica a denominação de território para estas comunidades, como “lugar de concentração de políticas públicas num mesmo local” (ANDREAS, 2010:299).

Ainda no Rio de Janeiro, além da mudança conceitual das comunidades em territórios, outro conceito permeava as ações do Pronasci nestes locais e foi constituído no cerne da coordenação da Seasd, como demonstra Andreas (2010): “nós somos governo, tem um Programa Nacional de Segurança com Cidadania, mas a nossa marca é Rio, Cultura de Paz”. Essa marca fixou-se no desenvolvimento dos projetos e os territórios da paz absorviam em seus cotidianos o “Rio Cultura de Paz”. Esse chavão era encontrado nos materiais do projeto, na camisa dos beneficiários e das beneficiárias dos três projetos.

No que pese a importância do Mulheres da Paz neste convênio no Rio de Janeiro, o mesmo foi tratado como carro-chefe, em detrimento as outras duas ações, Protejo e Peus. Neste sentido, mesmo após as tensões e disputas que cercaram a concepção do projeto no contexto nacional, desde a formulação do nome, no estado

do Rio de Janeiro replicou-se a ideia da liderança feminina conectada a maternidade e aos cuidados, como premissa da vida das mulheres:

O Mulheres da Paz, para nós, é o coração do projeto. Por quê? Primeiro, pela significação da mulher na comunidade: ela zela pela família, crescentemente é de chefe de família. As Mulheres da Paz são moradoras da comunidade que foram selecionadas com critério de estarem morando na comunidade, há pelo menos dois anos. (ANDREAS, 2010:301).

Neste percurso que buscamos compreender a lógica inicial do projeto Mulheres da Paz no estado do Rio de Janeiro, o que se apresenta é uma configuração de uma gestão que experimentava como fazer na prática. Nas mais diversas comunidades, adotou-se esse modelo de políticas públicas que unia segurança pública com cidadania ao passo que também fomentava políticas para as mulheres, talvez, nunca antes executadas com esse aporte financeiro e forma de conveniamento, que o Pronasci trouxe, nos anos já mencionados. A estratégia de mobilização das mulheres era realizada nas comunidades selecionadas, para que candidatas acessassem o edital. Ao ser perguntado sobre o credenciamento das candidatas, Andréas (2010:301) destaca como foi este trabalho inicial, que aqui pontuamos em tópicos, de acordo com o depoimento do ex-secretário executivo da Seasdh:

- Não havia lista de indicação política;
- Um dos critérios era a mulher saber ler e escrever, minimamente;
- Edital público regendo o processo;
- Processo de formação para todas as mulheres selecionadas;
- Pré-estabelecimento do número de vagas por território;
- Prova escrita no lugar de entrevista, como condição de impessoalidade.

A despeito da agenda de atividades de formação das Mulheres da Paz, Sorj e Gomes (2011:153-154), apontam a importância dada ao “empoderamento” das participantes, potencializando-as como lideranças comunitárias, cuidadoras e referências maternas nos espaços públicos.

Trata-se de valorizar a participação pública das mulheres pobres nas comunidades como forma de “empoderamento”, como parte essencial de um projeto político de mudança das relações de gênero, que começa na transformação pessoal e se estende à família e ao ambiente em que atuam. Para tanto, educar as mulheres para temas como direitos, sexualidade e liderança comunitária, que as ajudem a superar formas opressivas de feminilidade e forjar novas subjetividades femininas, “modernas”, constitui o fulcro dos cursos de capacitação oferecidos às Mulheres da Paz antes e durante sua atuação em campo. (SORJ, GOMES. 2011: 153).

O conteúdo de formação proposto pela coordenação de formação, contemplava uma gama de conteúdos organizados em palestras e oficinas, com as seguintes temáticas:

- Ética, direitos humanos e cidadania;
- Diversidade: raça/etnia, gênero, gerações, orientação sexual, credo e classe social;
- Gênero e identidade feminina;
- Saúde da Mulher;
- Saúde e Direitos sexuais e Reprodutivos;
- Violência de Gênero;
- Violência Intrafamiliar;
- Mediação de Conflito;
- Lei Maria da Penha;
- Metodologia de Trabalho com os jovens;
- ECA- adolescentes e juventudes;
- Uso de substâncias psicoativas;
- Arranjos Familiares;
- Direito à Cidade;
- Segurança Pública;
- Meio ambiente e Qualidade de Vida;
- Empreendedorismo;
- Elaboração de Planos de Trabalho;
- Mobilização da Comunidade e atuação e redes.

Além dos temas que organizavam a grade de formação do Mulheres da Paz no estado do Rio de Janeiro, um leque de atividades era também ofertado, que se constituíam também como evento para aprendizados coletivos e outros configurados como programação cultural e como momento de interação entre os territórios.

Há também evidências pontuadas nas falas das Mulheres da Paz e nos relatos de supervisão, que as atividades de natureza política eram também realizadas no âmbito da coordenação estadual, como presenças de ministros e ministras em atos públicos do projeto, tal como a presença do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva entre outras figuras que à época lideravam a conjuntura política do estado e do país.

Nesta perspectiva, em abril de 2009, ocorreu no Circo Voador/RJ, um dos maiores eventos realizados durante o tempo de permanência das atividades do Pronasci nos territórios, que foi o evento denominado Rio Cultura de Paz, que contou com personalidades da política e com as Mulheres da Paz e os jovens do Protejo de todos os territórios. Um evento considerado de ampla dimensão para divulgação das ações e da institucionalidade dos projetos no estado do Rio de Janeiro.

Dessa forma, a organização das atividades para estimular a participação das mulheres e jovens se deu em torno das conferências, já que no período de execução das ações do Pronasci no território ocorreram as etapas livres para as conferências de segurança, das mulheres e da juventude. Vale destacar, que a mobilização para a Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg) foi levada ao território como proposta de formação nesta área e, dessa forma, cada participante recebeu uma cartilha com o texto base que alimentou as discussões territoriais, com a proposta final da indicação coletiva de uma Mulher da Paz e um jovem do Protejo para a etapa nacional que ocorreu em Brasília no ano de 2009.

A Conferência Livre é o espaço da troca dos trabalhos que as Mulheres da Paz já estão realizando em cada território com resultados significativos, o espaço do diálogo e do debate para que se definam as propostas que serão encaminhadas e debatidas na 1ª CONSEG – Conferência Nacional de Segurança

Pública. É o espaço para discussão e busca coletiva de soluções para grandes desafios. (SEASDH, 2009:6).

No projeto CPDOC (2010:301), essas mulheres eram descritas como valorosas e de autoestima elevada, garantindo dessa forma a consciência e reconhecimento, que elas, as mulheres da paz, estavam ali por capacidade e não por favores de terceiros. A carga horária era de 8 horas por semana e a bolsa de R\$190,00, era uma ajuda de custo, paga pela Caixa Econômica Federal (CEF).

Ainda, sobre a continuidade do projeto, Sérgio Andréas (2010:303), em seu depoimento afirmava que já havia sido realizada uma solicitação de ampliação do programa nos 18 territórios, por dois anos. O gestor apresentou um desenho para esta expansão que incluía formação permanente dinamizada em duas vertentes: geração de emprego e renda e terapia comunitária, como apoio psicossocial na comunidade.

A então coordenadora nacional do Mulheres da Paz, Neusa Muller e Milena Oliveira, coordenadora do Protejo, descrevem a realidade do estado do Rio de Janeiro, no âmbito do período de execução por meio do governo fluminense:

No Estado do Rio de Janeiro o Projeto Mulheres da Paz iniciou as atividades em 2008 e renovou sua continuidade em 2009, atendendo a 2129 mulheres em 21 territórios fluminenses, localizados em áreas de elevados índices de pobreza a violência: Rocinha, Manguinhos, Complexo da Maré, Complexo do Alemão, Vila Kennedy, Morro da Providência, Pavão-Pavãozinho, Cantagalo, Tavares Bastos, Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Macaé, Mesquita, Queimados, São Gonçalo e São João de Meriti. Além disso, está sendo feito um esforço para que nos próximos meses o programa chegue ao Complexo do Borel, ao Jardim Batan e ao Chapéu Mangueira/Babilônia. (SEASDH, 2011:31.)

Como o projeto Mulheres da Paz foi concluído no segundo semestre de 2011, neste tempo, ocorreram também mudanças na gestão da Seasdh. A então secretária Benedita da Silva, em consonância com a agenda eleitoral de 2010, deixou a Seasdh para se candidatar a deputada federal. Iniciavam-se neste período algumas mudanças nas equipes, consolidadas efetivamente no início do ano de 2011, com a chegada de uma nova equipe, sob a liderança do então secretário

Rodrigo Neves que, naquele momento, licenciava-se do seu mandato de deputado estadual da Alerj.

Com a nova equipe do Mulheres da Paz, identificava-se uma coordenação com perfil e propostas marcadas numa agenda mais voltada ao feminismo, o que também refletia na formação das Mulheres da Paz. Essas novas experiências foram relatadas no livro **Paz substantivo feminino: a experiência do Programa Mulheres da Paz** no Rio de Janeiro, organizado pela coordenação estadual e publicado pela Seasdh em 2011.

Esta publicação descreve algumas das atividades que foram propostas por esta nova coordenação, e, na oficina da temática sobre feminismo, a dinamizadora Patrícia Rangel (2011:35), relata que o objetivo era *“desconstruir os pré-conceitos que existem em relação às feministas, pois somente assim eu teria acesso aos ouvidos dessas mulheres tão diversas, em termos de idade, escolaridade, experiência de militância, orientação sexual, religião”*.

A descrição feita por Patrícia Rangel (2011:35) revela como foi pensada e ministrada a formação para o feminismo nos territórios e a relevância de se pensar o programa, na perspectiva de gênero. Outrossim, o que cada formadora encontrava nos territórios era essa diversidade feminina e tão pouco feminista. Por vezes, a religião e religiosidade das mulheres despontavam como um desafio importante a ser observado e enfrentado, dada a novidade e abrangência de temas, a exemplo da temática dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, que suscitava tabus e estigmas por parte das mulheres.

Dessa forma, é importante mencionar, que a coordenação estadual persistiu em novas propostas e abordagens, novas diretrizes para construir percepções, reconhecimentos, reflexões, afeições e quem sabe, militância sobre as pautas de gênero e feminismo, um desafio a superar no território. Era sempre muito importante ouvir as vozes de cada participante e como as mesmas se relacionavam com os novos aprendizados sobre tantos conceitos trabalhados a partir da perspectiva de gênero ao longo do projeto.

"A presença de uma feminista histórica à frente da coordenação de formação contribuiu para que as oficinas fossem pensadas de

forma a promover o empoderamento das mulheres, através de informação e ampliação de horizontes. As portas da Superintendência de Direitos da Mulher sempre estiveram abertas para os encontros e palestras". Cecília Soares- Superintendente do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres (SEASDH,2011:41).

Numa data emblemática, dia 25 de julho de 2011, em referência ao Dia Internacional da Mulher Negra Latina e Caribenha, foi realizada a formatura das Mulheres da Paz, de todos os territórios, na casa carioca de espetáculos Viva Rio. Foi um momento de fechamento dos ciclos das formações e das atividades, embora as participantes do projeto continuassem nos territórios até o final do ano de 2011.

A coordenadora estadual do projeto lançou o lema “uma vez Mulher da Paz, sempre Mulher da Paz” e foi na formatura de conclusão das 800 horas de formação, que as participantes receberam um kit que continha um Guia de Consulta –Mulheres da Paz, caracterizado como um instrumento de consulta sobre os assuntos abordados na formação do Mulheres da Paz, tais como: “Direitos Humanos e Cultura de Paz, Mediação de Conflitos, Juventudes, Enfrentamento a violência contra a mulher, entre outros”¹⁴.

As mulheres também receberam uma carteirinha, espécie de um documento de identificação, o livro **Paz, Substantivo Feminino** que relata as vivências do projeto Mulheres da Paz no estado do Rio de Janeiro e o certificado de conclusão. Tanto o livro, quanto o Guia de Consulta, são ilustrados como fotos das Mulheres da Paz, dos diversos territórios.

Figura 6. Convite – Lançamento do livro do projeto Mulheres da Paz. 2011

14 Informação que consta no Guia de Consulta do Projeto Mulheres da Paz. Prefaciado por Cintia Rodrigues (ex-coordenadora do projeto), organizado pela Coordenação Estadual do projeto, na SEASDH, 2011:05.



Fonte: SEASDH – Coordenação do projeto Mulheres da Paz

Como parte das atividades de finalização do projeto, no dia 25 de novembro de 2011, foi realizado, no auditório da SEASDH, um seminário de balanço dos dois anos do projeto, promovido no mesmo dia que celebra a luta pela não violência contra a mulher. Na ocasião, participaram Mulheres da Paz, representantes de cada território.

2.2.2 A Avaliação final do projeto Mulheres da Paz no estado do Rio de Janeiro.

No ano de 2011 quando se apontava a finalização do Mulheres da Paz pela condução da SEASDH, foi realizado, em cada território com um grupo focal das mulheres beneficiárias, uma avaliação que tinha por metodologia a aplicação de um questionário aberto ao grupo de Mulheres da Paz, coordenado pela pesquisadora da equipe de coordenação, Ane Lise (2011).

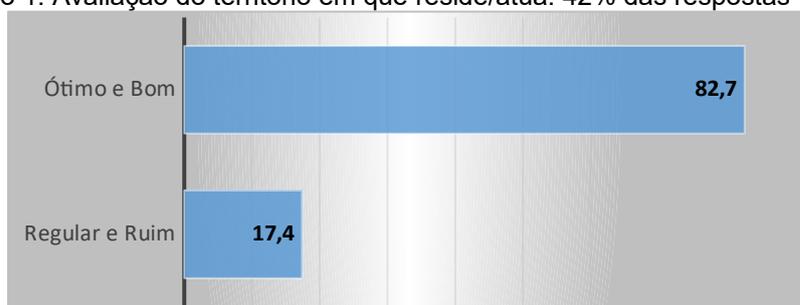
O resultado da avaliação foi compartilhado com todas as equipes e, no arquivo disponível, relata-se o perfil das mulheres caracterizando raça, religião, escolaridade, renda família, inserção no projeto, participação, percepção sobre o território e as temáticas transversais como violências, direitos e um olhar reflexivo sobre a avaliação de políticas públicas.

Importante mencionar alguns elementos dos resultados captados nos 21 territórios do estado do Rio de Janeiro, que se conectam com os levantamentos realizados no campo em Miguel Couto, ilustrando os perfis e as trajetórias de vida das Mulheres da Paz.

Segundo os dados do relatório da avaliação final, que é um documento que foi elaborado pela coordenação estadual do Mulheres da Paz, no âmbito da SEASDH, em 2011 foram realizadas 237 entrevistas, um total correspondente a 10% do total de mulheres participantes no estado do Rio de Janeiro. O questionário aplicado em grupos focais, foi estruturado com 5 questões fechadas e 14 abertas. Foram aplicados em 11 territórios, sendo: Providência, Niterói, São Gonçalo, Itaguaí, Cantagalo, Pavão-Pavãozinho, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Rocinha, Maré e Manguinhos. O objetivo da avaliação foi de estimar o impacto do projeto na vida das beneficiárias.

Os gráficos¹⁵ apresentados constam no relatório final de avaliação do projeto Mulheres da Paz, realizado pela SEASDH por meio da coordenação estadual do MPAZ, em novembro de 2011 e foram extraídos de arquivo pessoal da pesquisadora. No território de Miguel Couto, a entrevista foi realizada no dia 16 de junho de 2011.

Gráfico 1. Avaliação do território em que reside/atua: 42% das respostas válidas.



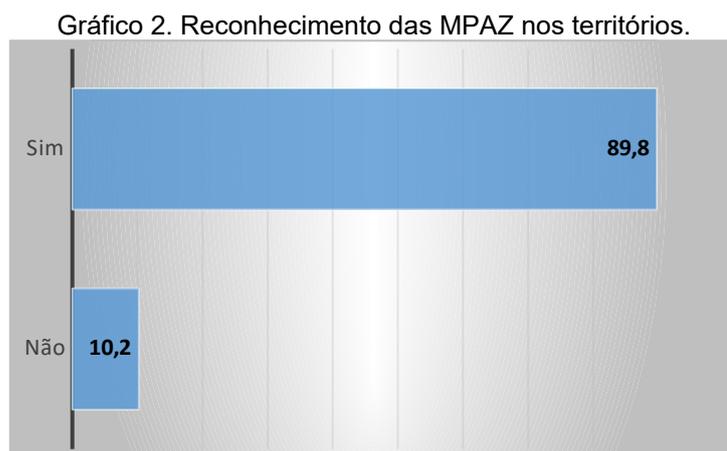
Fonte: SEASDH- Coordenação Projeto Mulheres da Paz -2011

Nesta questão, foi apontada que a maioria das mulheres se recusou a responder, não querendo demonstrar a percepção sobre seu território, se era um lugar, ótimo e bom ou regular e ruim, para se viver. Ao analisarmos parte do relatório, verificamos que a questão da violência foi vista como o principal fator

¹⁵ Gráficos elaborados com as respostas válidas. Responsável pela pesquisa de campo:

negativo desses lugares, seguido do tráfico de drogas e do lixo, o que explica o temor de responder certas questões.

Sobre o reconhecimento das Mulheres da Paz nas suas comunidades, território, para aquele momento do ano de encerramento do projeto, a maioria respondeu que elas eram reconhecidas. Neste quesito, a entrevistadora obteve 87% das respostas válidas.



Fonte: SEASDH- Coordenação Projeto Mulheres da Paz -2011

Sobre a forma de acesso das mulheres ao projeto em seus bairros, em relação à forma que foi comunicada, percebemos que desde então, eram entre os próprios moradores, vizinhos, amigos que repassaram as informações e divulgaram o Mulheres da Paz, com 81% das respostas válidas.

Gráfico 3. Comunicação: as formas como as MPAZ acessaram ao projeto.

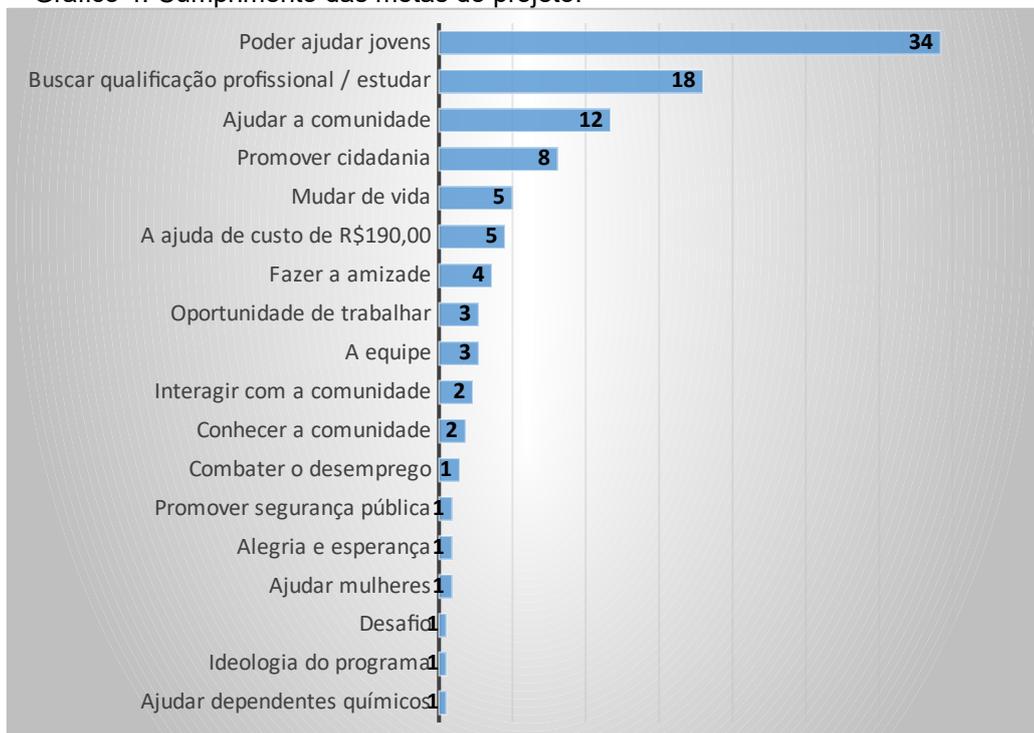


Fonte: SEASDH- Coordenação Projeto Mulheres da Paz -2011

Quanto ao cumprimento das propostas do programa/projeto, tendo 94% das respostas válidas, 90% considerou que foram alcançadas e 10%, disse não terem sido cumpridas.

Ao olhar a motivação para atuar no Mulheres da Paz, a entrevistadora colocou a questão aplicada como “trabalhar no Mulheres da Paz”, o que chama a atenção para a caracterização do termo, trabalhar x participar. Houve 99% de respostas válidas, respondidas de forma aberta. O gráfico a seguir demonstra as principais motivações apontadas pelas mulheres:

Gráfico 4. Cumprimento das metas do projeto.



Fonte: SEASDH- Coordenação Projeto Mulheres da Paz -2011

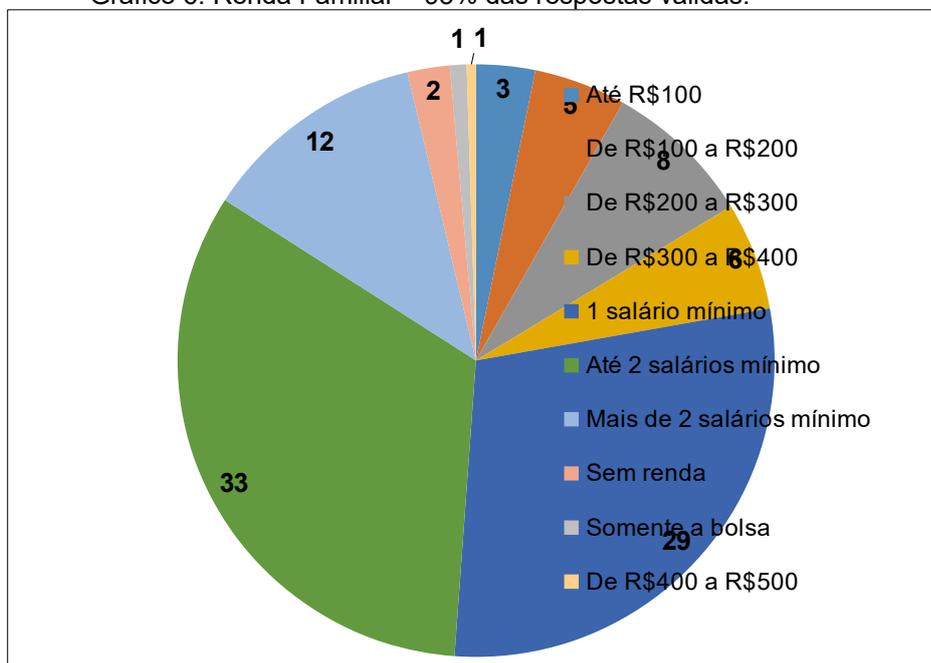
Em referência aos perfis das 237 Mulheres da Paz que responderam à pesquisa, considerando a amostra extraída de 11 territórios, o Gráfico nº 1 demonstra o cenário daquele período de 2011. Alguns destes dados convergem com as informações e que encontramos em campo neste ano de 2019.

Gráfico 5. A estrutura familiar - Considera-se 84% das respostas válidas.



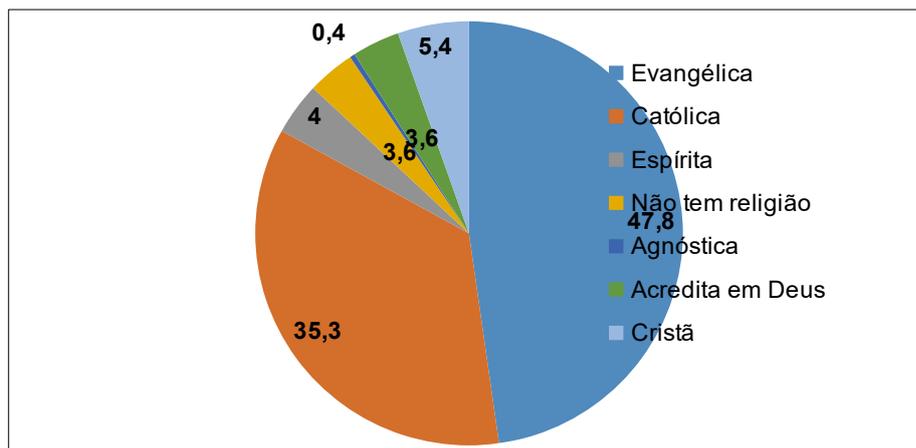
Fonte: SEASDH- Coordenação Projeto Mulheres da Paz -2011

Gráfico 6. Renda Familiar – 93% das respostas válidas:



Fonte: SEASDH- Coordenação Projeto Mulheres da Paz -2011

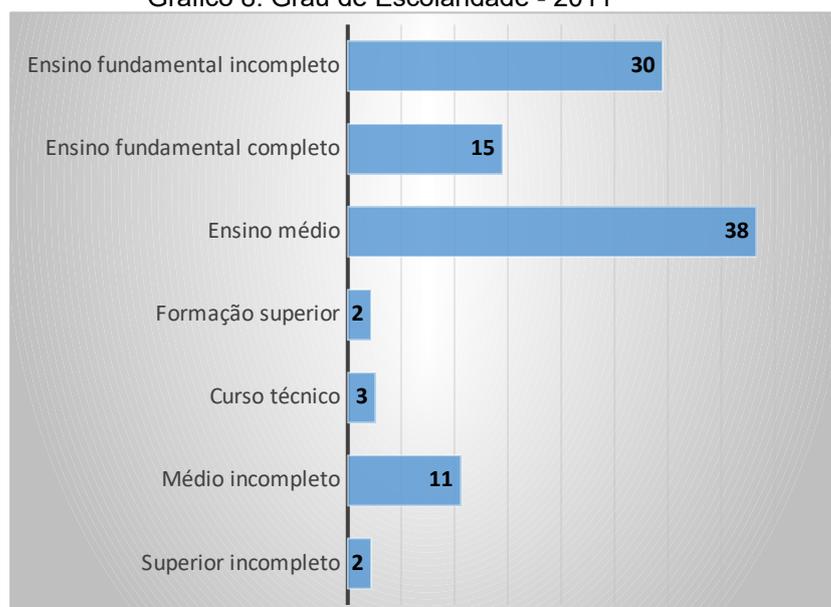
Gráfico 7. Religião – 95% das repostas válidas foram consideradas.



Fonte: SEASDH- Coordenação Projeto Mulheres da Paz -2011

Sobre o grau de escolaridade, a maioria possuía ensino médio completo, entretanto, este percentual estava próximo ao patamar de mulheres com ensino fundamental incompleto. Constatam-se 96% das respostas válidas.

Gráfico 8. Grau de Escolaridade - 2011



Fonte: SEASDH – Coordenação do projeto Mulheres da Paz

Gráfico 9. Situação Estudantil – 2011



Fonte: SEASDH – Coordenação do Projeto Mulheres da Paz

A produção deste relatório final, que buscou verificar o impacto do projeto na vida das mulheres participantes, apresentou dados importantes para aquele cenário, que foi de finalização do projeto e com uma amostra que correspondia a 10% do total de mulheres e 50% dos territórios.

Mais uma vez, compreendemos a importância de analisar empiricamente e aprofundar outras questões a partir deste conteúdo apresentado, que tanto colaborou para o andamento de nossas análises e compreensão do lugar que estava o horizonte das Mulheres da Paz ao final do ano de 2011.

Nas reuniões com as equipes dos territórios, eram debatidas as questões inerentes a cada realidade, como também a prestação de contas das atividades locais, com a apresentação das iniciativas e realizações do projeto nos 21 territórios do estado do Rio de Janeiro. Os desafios também eram apontados, tais como as dificuldades administrativas, de violências e conflitos, de precariedades de espaços entre outros.

Em registro de arquivo pessoal da pesquisadora, consta uma apresentação feita para a reunião das equipes no dia 28/04/2011 e no último slide, posterior as apresentações dos territórios, foi apresentado um relatório compilado das dificuldades enfrentadas pelas equipes locais, a saber:

NOTAS GERAIS DOS TERRITÓRIOS

1. Em todos os territórios há relato de dificuldades estruturais cotidianas para que se garanta a manutenção e a mobilização das Mulheres da Paz em torno do programa. Os principais problemas relatados são: falta de

- telefone/internet, inadimplência nos espaços alugados, falta de material de limpeza, instalações precárias e/ou inadequadas às demandas das atividades do programa.
2. Em diferentes territórios, as mulheres têm questionado o porquê de não terem acesso à formação/capacitação profissionalizante e à inclusão digital, nos moldes do que é oferecido aos jovens do Protejo.
 3. A demora na contratação das organizações que ministrarão as formações 2011 tem gerado uma crescente desmobilização das mulheres nos territórios. O processo de finalização do recebimento das bolsas é outro fator de desmobilização.
 4. As equipes de território relatam um grande interesse das Mulheres em participar de atividades culturais. A coordenação tem buscado parcerias para viabilizar esta possibilidade. (SEASDH, 2011).

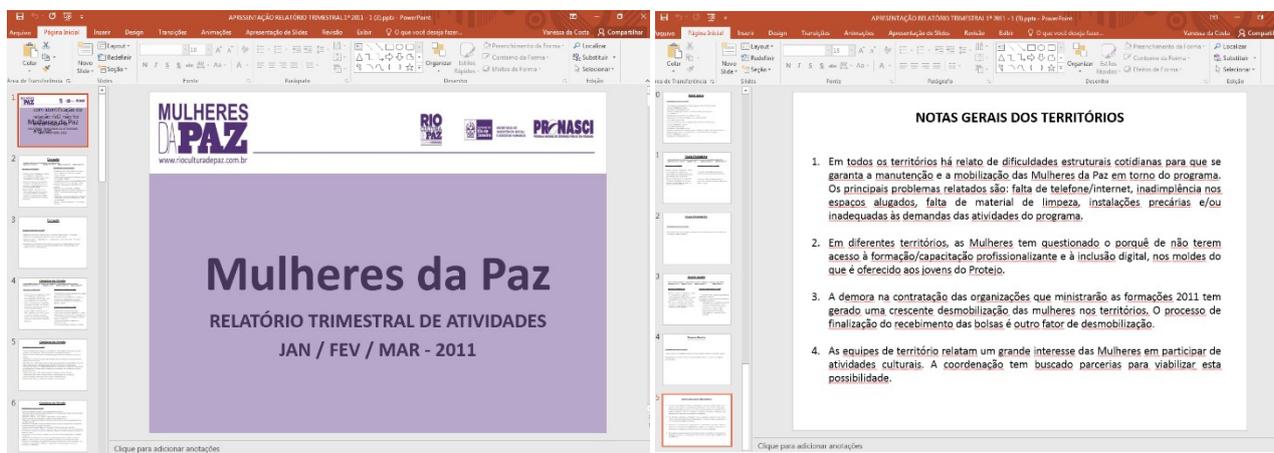


Figura 7. Apresentação para reunião com equipes dos territórios – Abril/2011

Fonte: SEASDH – Coordenação do Projeto Mulheres da Paz.

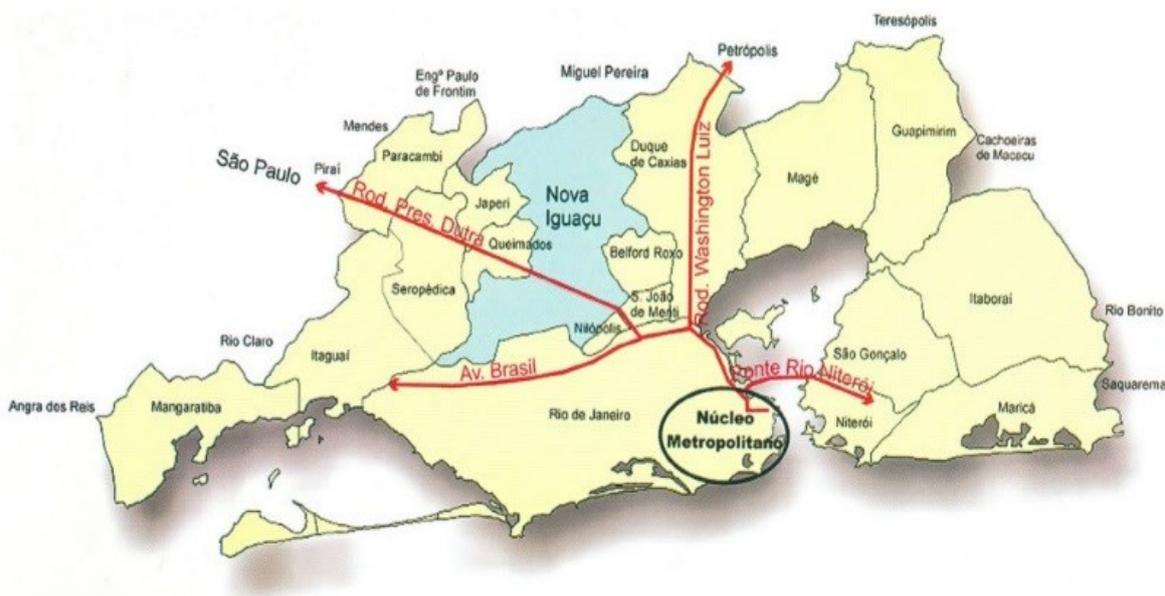
2.3 O projeto Mulheres da Paz em Nova Iguaçu e o Território de Miguel Couto.

Nova Iguaçu compõe o conjunto de municípios que formam a Baixada Fluminense sendo parte da região metropolitana do Rio de Janeiro. No Censo de 2010, a população estimada foi de 796.256 mil habitantes e a população estimada em 2018, foi de 818.875 mil habitantes, segundo dados do IBGE.¹⁶

Simões (2006) salienta que a composição da Baixada Fluminense pode ser interpretada de formas diferentes a partir do lugar de observação, não havendo um consenso sobre o que é a Baixada. Logo, Simões (2006:2), argumenta que Nova Iguaçu e a cidade de Duque de Caxias, são apontadas como cidades centrais e ao entorno estão as cidades de São João de Meriti, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, Queimados e Japeri. Simões (2006:2), ainda salienta que, dependendo das interpretações de autores diversos, Magé e Guapimirim constituem-se ou não, como parte da Baixada, tal como Paracambi, Seropédica e Itaguaí.

Dados da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, da Câmara de Vereadores descrevem que o município de Nova Iguaçu foi fundado em 15 de janeiro de 1833, como Vila de Iguaçu sendo que em população Nova Iguaçu é a segunda maior cidade da Baixada, atrás de Duque de Caxias. A cidade de Nova Iguaçu é reconhecida como um dos polos comerciais mais importantes do estado.

Figura 8. Mapa de Nova Iguaçu.



16 IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-iguacu/panorama>. Acesso em 04/07/2019.

Fonte: Fonte: http://www.cmni.rj.gov.br/nova_iguacu/mapa_regional/

O município de Nova Iguaçu possui uma área territorial de 521 km², sendo o maior município da Baixada em extensão territorial. A divisão administrativa compõe as chamadas URG (Unidades Regionais de Governo), divididas em nove unidades regionais. Com mais de um terço coberto por florestas da vegetação de Mata Atlântica, constitui-se, portanto como uma região de grande abrangência de área de proteção ambiental, representada em 67% do total de sua área. Neste amplo domínio verde, encontra-se, por exemplo, a Reserva Biológica Federal do Tinguá (Rebio). Vale ainda mencionar, que as principais bacias hidrográficas da cidade são os Rios Iguaçu, Sarapuí e Guandu¹⁷.

Em relação às políticas públicas para as mulheres na cidade de Nova Iguaçu, dois equipamentos são destacados: a Coordenadoria de Políticas para as Mulheres, que pertence à estrutura da prefeitura municipal e o Centro Integrado de Atendimento à Mulher da Baixada (CIAM Baixada), sob o comando do governo do estado, que atende aos 13 municípios da Baixada. Este hoje funciona de forma precária, dado que teve sua sede fechada e depois cedida a outro projeto da cidade, enquanto o reduzido atendimento do CIAM ocorre em outro espaço, pertencente também ao governo do estado, nas mediações da 58ª Delegacia de Polícia, no bairro da Posse, em Nova Iguaçu. Desde 2018, os grupos feministas da Baixada, lutam pela retomada e pela devolução do espaço do CIAM, às mulheres dessa região.

2.3.1. O Bairro de Miguel Couto

O bairro de Miguel Couto pertence à Unidade Regional de Governo (URG)¹⁸ VIII que abrange os bairros de Boa Esperança, Parque Ambaí, Grama e Geneciano¹⁹. O bairro possui um comércio de médio e grande porte e está entre os bairros iguaçuanos que mais arrecadam em impostos para a cidade. Miguel Couto é

¹⁷ Fonte: <https://web.archive.org/web/20120621130111/http://www.novaiguacu.rj.gov.br/apresentacao.php>

¹⁸ As URGs são as 9 divisões administrativas da cidade de Nova Iguaçu.

¹⁹ Fonte não atualizada, extraída do site:

<https://web.archive.org/web/20120619201146/http://www.novaiguacu.rj.gov.br/bairros.php#>

um dos principais Bairros de Nova Iguaçu na Baixada Fluminense, com uma população de aproximadamente 90 mil moradores, uma economia sólida proporcionada por um comércio bem desenvolvido²⁰.

O bairro é considerado o segundo centro comercial do município e conta com redes diversas de grandes supermercados, lojas de departamento e uma ampla oferta de serviços que incluem ensino público e privado, unidades médicas privadas e públicas, escolas privadas de línguas, consultórios dentários, clínicas de estéticas, redes bancárias e de dezenas de bares e restaurantes.

É no bairro de Miguel Couto que está à sede da Casa do Menor São Miguel Arcanjo (há outras unidades pelo Brasil), mencionada por algumas das mulheres entrevistadas para essa dissertação. A CMSMA atua desde 1986 sob a tutela da igreja católica, tendo como presidente-fundador o Padre Renato, figura conhecida nacionalmente e internacionalmente, dada sua origem italiana e sua dedicação aos jovens e menores da Baixada e moradores de rua. Esta instituição, que abriga crianças e adolescentes até os 18 anos de idade, nasceu do enfrentamento à violência que atingia a Baixada Fluminense na década de 1980, com ocorrência de diversas chacinas. A CMSMA conta com uma grande escola de profissionalização que oferece cursos diversos para a juventude da região.

No aspecto da religião e religiosidade, a igreja Matriz de São Miguel Arcanjo se destaca no bairro, pela grande arquitetura e sua torre e tem por vizinhas igrejas evangélicas em grandes números pelo bairro. Miguel Couto também é conhecido como o lugar de mãe Beata de Iemanjá, figura referência do candomblé e do ativismo dos direitos humanos e do combate ao racismo.

O bairro faz divisas com o município de Belford Roxo, que já foi fruto de disputa geográfica e pertencimento e é uma referência para os sub-bairros que estão em seu entorno. O transporte é alimentado por linhas que levam ao centro de Nova Iguaçu e para o metrô da Pavuna, cidades vizinhas como Mesquita e Nilópolis e para a cidade do Rio de Janeiro, por meio de ônibus e vans do transporte alternativo.

2.3.2 O território de Miguel Couto

²⁰ Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Miguel_Couto_\(Nova_Igua%C3%A7u\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Miguel_Couto_(Nova_Igua%C3%A7u)) Acesso em 28/07/2019.

O território é utilizado como conceito central na implantação de políticas públicas e privadas nos campos, nas cidades e nas florestas, promovidas por transnacionais, governos e movimentos socioterritoriais. Essas políticas formam diferentes modelos de desenvolvimento que causam impactos socioterritoriais e criam formas de resistências, produzindo constantes conflitualidades. (FERNANDES, 2009:200)²¹.

O projeto Mulheres da Paz no território de Miguel Couto teve início em dezembro de 2008, tendo como marco de abertura um período de divulgação e inscrição, prova de seleção e início propriamente dito do Mulheres da Paz. De acordo até com os relatos das Mulheres da Paz nas entrevistas, as igrejas foram locais de divulgação, assim como o colégio Estadual Vicentina Goulart, que foi ponto para receber as inscrições das candidatas. Ao todo, foram selecionadas 150 mulheres inscritas para participarem do projeto, que até então, era muito conhecido, como um projeto de mulheres com os jovens (Protejo).

A equipe do território era composta pela supervisora local, uma educadora que desenvolvia também a função de coordenadora pedagógica para o Protejo e dois auxiliares.

Ao final da execução do projeto, 143 mulheres estavam avaliadas positivamente, o que permitia receber a bolsa de R\$ 190,00. Essa avaliação era realizada mensalmente, por meio de uma planilha que cada supervisor/a local, assinalava positivo ou negativo, condicionado à participação da Mulher da Paz, naquele determinado mês.

Na realização do Protejo, houve dois processos seletivos, com total inserção das mulheres nesta dinâmica de indicação dos jovens, organização da seleção, acolhimento e acompanhamento. Entre os anos de 2009 e 2010, participaram do Protejo cerca de 300 jovens do bairro e região de Miguel Couto.

Nesta perspectiva, do cuidado com os jovens, acompanhamento dos mesmos durante os cursos e fora das ações do território, uma parte das Mulheres da Paz, durante as entrevistas de campo, relatou a importância do Protejo para elas, a

21 Encontrado em FERNANDES, Bernardo Mançano . Sobre a Tipologia de Territórios In: SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Saverio. (orgs.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-216.

descoberta de trabalhar com os jovens e a interação entre os/as beneficiários dos projetos do Pronasci

O território ficou conhecido como um território de muitas atividades culturais, eventos, participação das mulheres nas agendas da cidade, do bairro e organização das mesmas por grupos e comissões. Houve mudança de coordenação local, denominada de supervisora de território, após três meses do início do projeto e depois desta alternância, até o final do projeto, houve apenas alteração na equipe que fazia composição da Casa da Cidadania, que era o local de referência das Mulheres da Paz.

No território de Miguel Couto foram realizadas as atividades das Mulheres da Paz e dos jovens do Protejo, até a conclusão das atividades e o local de funcionamento, inicialmente ocorreu em uma pequena sala, alugada para o projeto. Por meio de uma parceria e muitos diálogos a Casa da Cidadania foi transferida para o CIEP 333 Cacilda Becker, que fica no bairro de Miguel Couto, geograficamente, porém, no sistema de organização da educação, este CIEP pertence ao Município de Belford Roxo. A equipe do CIEP cedeu o antigo posto médico e dental e as mulheres participantes com a equipe da coordenação, reorganizaram todo o espaço, que estava fechado por muitos anos.

A interação com o CIEP colaborou para a consolidação do projeto em Miguel Couto, dado o espaço de acolhimento, a total parceria com a direção da unidade escolar e toda equipe, além da utilização de outros espaços do colégio. Como metodologicamente essa dissertação utiliza também pesquisa documental, acessar os relatórios de Miguel Couto, por meio dos arquivos pessoais e documentos recebidos da coordenação estadual da SEASDH, colaborou com a elucidação do desenvolvimento do projeto.

As mulheres, em uma assembleia geral em Miguel Couto, foram divididas em comissões. Estas comissões foram criadas com apontamento do interesse das participantes, sendo:

Comissão de rede: articulava as redes locais e fomentava parcerias, sobretudo aos órgãos de proteção à mulher, de saúde e educação;

Comissão de eventos: atuava com a equipe no planejamento das atividades e eventos do território.

Comissão de Educação: as participantes em sua maioria eram as mulheres professoras ou estudantes e colaboravam com propostas pedagógicas e de formação no território;

Comissão de Infraestrutura: direcionava ao grupo de mulheres que atuava na organização dos espaços onde ocorriam as atividades, cuidava dos equipamentos da Casa da Cidadania e patrimônio;

Comissão de Resgate: uma comissão voltada a atenuar as desistências dos jovens, a evasão, propondo medidas que prevenção e manutenção dos jovens no Protejo;

Comissão de Talentos: unia as mulheres com perfil mais empreendedor, ou que já faziam alguma atividade manual e artesanal como fonte de renda ou ministravam atividades neste âmbito, no território;

Comissão de Comunicação: destinava-se ao grupo de mulheres que organizava toda a comunicação do projeto, por meio de elaboração de cartazes, convites, banners etc.

As mulheres elegeram uma líder para cada grupo que organizava as tarefas, participava das reuniões com a equipe da Casa da Cidadania e supervisora. Apesar da vocação de cada uma para atuar em determinada comissão, geralmente a escolha se dava pelas afinidades entre elas. Ao longo do tempo, os GT tornaram-se mais que encontros de organização das tarefas e do trabalho a ser feito a cada semana, era também, um momento de apoio entre elas, confraternizações e troca de experiências e vivências do cotidiano de cada uma, uma espécie de rede construída por elas na forma mais horizontal.

As agendas nos territórios eram intensas, pois era necessário conectar com a agenda da coordenação estadual do Mulheres da Paz, mais a coordenação do Protejo e do PEUS por um tempo e, dessa forma, havia uma certa cobrança das mulheres atuarem para a condução dos jovens nas salas de aula e nos cuidados que afetavam diretamente as tarefas diárias dos jovens do Protejo, como organizar lanche, cuidar de uniformes, material de aula, apoio ao professor do SENAC e das oficinas de cultura e esporte.

Dessa forma, a agenda da supervisora, que também atendia aos compromissos da SEASDH, deveria estar sempre em movimento para incluir, num mapa de território, todas as formas de produção de atividades e eventos, tal como alinhar a vasta matriz de formação das Mulheres da Paz e a manutenção das redes de parceria firmadas ao longo do desenvolvimento do projeto. As principais foram: CIEP Cacilda Becker, Escola Municipal Janir Clementino, Paróquia São Miguel Arcanjo, Casa do Menor São Miguel Arcanjo, Unidade Mista de Saúde 24 Horas (hoje não funciona mais), SESC de Nova Iguaçu, DEAM de Nova Iguaçu, CIAM Baixada, Conselho Tutelar de Vila de Cava, Cruz Vermelha Filial de Nova Iguaçu, SEBRAE de Nova Iguaçu e Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

Essas parcerias funcionavam como apoio nas atividades do território e também como fortalecimento das ações de proteção às mulheres, aos jovens; como espaços de formação, conectividade com outros conhecimentos, capacitações e para firmar relações com a cidade e com os equipamentos disponíveis, além das interações humanas. Acreditamos que as andanças das mulheres pelas ruas de suas comunidades fortaleciam também um novo olhar para os significados de um território. Nesta dimensão, para elas, *“cada lugar foi, à sua maneira, o mundo”*, como traduzia Milton Santos, 2002:213.

Essa rede auxiliava nas denúncias de violência contra as mulheres, na capacitação profissional, que resultou em empregabilidade, como o curso de cuidador de idosos ofertado pelo SESC de Nova Iguaçu, além das oficinas de artesanatos que qualificavam o trabalho de quem já desenvolvia, mas não tinha oportunidade de aprimorar e escoar. Os cursos oferecidos na área de empreendedorismo pelo SEBRAE, marcaram a vida de muitas mulheres, como elas reconhecem e demonstram nas entrevistas realizadas em campo. Além de melhorar a autoestima, valorizava o conhecimento com certificação reconhecida e estímulos a novos associativismos e formas de trabalho.

Talvez tenha sido uma das mais importantes parcerias realizadas para o território, pois havia uma reivindicação de cursos e capacitações para o trabalho, uma vez que tal grade oferecida era destinada apenas aos jovens do Protejo. Sendo assim, as Mulheres da Paz de Miguel Couto estavam inseridas em constantes movimentos realizados também por elas, para a expansão das atividades e conexões com uma rede de parceiros ativos. A expectativa gerada era de

proporcionar mais autonomia para as mulheres acessarem essas redes e fortalecerem conhecimentos, relações e colaborações mútuas.

Na parte cultural, as Mulheres da Paz também atuaram de forma intensa, participando dos mais diversos eventos internos e externos, tal como a visita ao Planetário da Gávea, Lagoa Rodrigo de Freitas, show do Criança Esperança da Rede Globo de Televisão. Esses são alguns exemplos que demonstram o quanto a mobilidade entre território e equipamentos culturais, julgados inacessíveis, conduziram também a história das beneficiárias do projeto, durante o percurso do Mulheres da Paz. Assim, foram introduzindo significados novos aos dias de quem estava acostumada com a rotina das tarefas domésticas, do cuidado com os filhos e ou alguém da família, do trabalho, dos compromissos religiosos e de quase nada de lazer.

As mulheres tiveram a oportunidade de participarem também das oficinas de sensibilização e arte, que trataram temas importantes como enfrentamento as violências, a tolerância, o afeto e realismo social, conduzida pelos formadores do Centro do Teatro do Oprimido.

A integração com o bairro se deu das mais diversas formas: além dos processos formativos, como parte obrigatória do calendário do Mulheres da Paz, as atividades culturais foram também apropriadas pelas participantes e protagonizadas por elas, quando pensavam e assumiam a elaboração dos afazeres culturais na perspectiva de conectar o projeto ao bairro, às pessoas, à comunidade. As principais atividades desenvolvidas foram: almoço comunitário com feijoada e roda de samba, organização de duas festas juninas, formatura do Protejo, festas de final de ano e baile de carnaval.

Na esfera cívica e acompanhando a tradição da cidade de Nova Iguaçu, por dois anos, o Mulheres da Paz e Protejo participaram do desfile cívico do bairro de Miguel Couto, considerado um dos maiores da cidade. Esses momentos eram vistos como uma oportunidade de apresentar os projetos à população local, levar algum mote que fosse relevante ao debate público, acompanhando o tema gerado pela organização dos atos cívicos na cidade, que eram promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, SEMED.

Sendo assim, no ano de 2011, as Mulheres da Paz desfilaram no centro de Miguel Couto, anunciando os 5 anos da Lei Maria da Penha e denunciando as diversas formas de violência contra a mulher.

“MULHERES DA PAZ CELEBRAM 5 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA
AS MULHERES DA PAZ CLAMAM POR SEUS DIREITOS, E DENUNCIAM A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, CELEBRANDO OS 5 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA.

QUEREMOS O PAÍS LIVRE DA VIOLÊNCIA, QUEREMOS GARANTIA DE DIREITO PARA AS MULHERES, QUEREMOS O FORTALECIMENTO DA LEI MARIA DA PENHA.

AS MULHERES DA PAZ DIVULGAM A REDE DE ATENDIMENTO A MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

SOMOS COMBATENTES, LEVAMOS A PAZ, QUEREMOS A PAZ E A IGUALDADE DE DIREITOS. UM PAÍS SEM VIOLÊNCIA É UM PAÍS LIVRE.

QUEM AMA NÃO MATA.

Local do Desfile: MIGUEL COUTO

Texto retirado do histórico do desfile cívico dos projetos Mulheres da Paz e Protejo, no bairro de Miguel Couto em 2011. Arquivo pessoal.

No cotidiano do território, as atividades com os jovens do Protejo eram intensas, sendo a primeira turma de 150 jovens dividida em dois CIEP e com uma certa distância geográfica, tendo como referência o centro de Miguel Couto. Pela manhã, as turmas funcionavam no CIEP Cacilda Becker e à tarde no CIEP Bertha Lutz, que já ficava no município de Belford Roxo. As Mulheres da Paz eram divididas para contribuírem com as tarefas diárias dos jovens. Já, a segunda turma do Protejo, iniciada em 2010, também com 150 jovens, foi comportada no CIEP Cacilda Becker e nas salas da igreja católica matriz, o que proporcionou melhores condições de organização de todas as atividades.

As formações das Mulheres da Paz ora eram realizadas no CIEP, ora no salão da igreja católica, de acordo com as disponibilidades dos espaços e da metodologia da formação. Sempre era solicitada a formação em dois turnos, para que todas as mulheres pudessem participar, dado que o percurso formativo era pré-requisito para a avaliação positiva e recebimento das bolsas. O aproveitamento se dava em torno de 70% a 80% das mulheres ativas no projeto.

Encontramos arquivo com as respectivas avaliações sobre as oficinas com as temáticas em: “Juventudes” de outubro de 2010; “Violência Doméstica”, “Violência Doméstica e Lei Maria da Penha” e “Gênero e Identidade”, que foram realizadas em novembro de 2010, enquanto a oficina de “Gênero e Masculinidade” foi desenvolvida em dezembro de 2010. Também foi identificada a oficina do Centro do Teatro do Oprimido – “sensibilização e aplicação da metodologia para refletir sobre o que é uma Mulher da Paz”, em fevereiro de 2011.

As dificuldades se apresentavam em torno do dia a dia do projeto no território, pois contava com uma equipe mínima para gerenciar um modelo de gestão local de duas grandes políticas destinadas às mulheres e aos jovens de Miguel Couto e região, que era o Mulheres da Paz e o Protejo. Elas eram relativas a: manter as atividades do território em pleno funcionamento mesmo quando ocorria atraso das bolsas-auxílios, pagamentos da equipe, materiais e até mesmo, as violências locais, como assaltos e furtos à Casa da Cidadania, que levou à perda de muitos pertences duráveis, como computadores, impressora, aparelho de micro-ondas e bens de consumo até, o lanche dos jovens. Foram duas ocasiões em que toda a equipe e participantes tiveram que enfrentar esse tipo de ocorrência. Isso resultou em perda de materiais, arquivos com fotos e um pouco da memória do Pronasci em Miguel Couto.

Dessa forma, é importante salientar que, embora a parceria com o CIEP fosse importante e imprescindível, era da SEASDH a responsabilidade pela segurança em torno de tudo que pertencia às ações locais do Pronasci. Neste sentido, todos os esforços realizados, investimentos e apoios, nem sempre eram suficientes para potencializar institucionalmente o planejamento. Algumas atividades como bazar, almoços, rifas eram realizadas e constituíam-se em fonte de arrecadação financeira local, que viabilizavam e garantiam algumas iniciativas fomentadas no território.

O “caixa” que formava retornava em materiais para as oficinas de artesanato, passagens para alguns eventos nas redes parceiras, café, lanches entre outros. Assim, o Mulheres da Paz, promoveu um outro espaço dessa política pública, que não se alicerçou apenas nas diretrizes e no jeito de coordenar o Pronasci no estado do Rio de Janeiro. Podemos considerar que cada território buscou uma forma de atuar e convergir com a diretriz macro do Pronasci. Buscou gerar encontros, criar

laços e dirimir conflitos de agendas, de investimentos, de ideias e outras questões intrínsecas no funcionamento do projeto.

As dificuldades inerentes ao projeto vinham também das inconsistências das relações entre estado e comunidade no que concerne à manutenção diária das ações propostas, sobretudo quando se apresentam como uma nova experiência, dado que este seria um dos maiores projetos sociais, na perspectiva de gênero, no estado e na região metropolitana do Rio de Janeiro. É pertinente considerar que as ações territoriais do Pronasci, foram inovadoras, na perspectiva da gestão, do financiamento e das linhas de condução. Era um novo modo de fazer com novos atores. As invenções e intervenções locais e as relações que se deram, certamente conduziram o Pronasci até o final de sua execução pelas regiões do estado do Rio de Janeiro, utilizando da criatividade, conhecimento, técnica e disposição das equipes.

Após quase dois anos de conclusão do projeto no território, ocorreu um processo seletivo pela Fundação Getúlio Vargas no ano de 2013 para que um grupo de 7 MPAZ voltassem à campo como pesquisadoras, para realizarem a avaliação de impacto do Protejo. A ex-coordenadora local foi convidada a participar e coordenar este grupo, e indicar um quantitativo de mulheres para entrevista e trabalho de campo. As sete MPAZ selecionadas atuaram cerca de 3 meses em campo. Este grupo deveria entrevistar 194 jovens dos quais foram alcançados 174 jovens, um resultado considerado muito satisfatório ao final da coleta. As mulheres que trabalharam nesta pesquisa receberam um auxílio financeiro que, para aquele momento, foi muito importante para elas.

Neste contexto, elas relataram que além das dificuldades de acesso, a aplicação de um longo questionário usando um Smartphone, foi uma experiência de reviver o território e a relação com os jovens do Protejo. Além disso, um tempo para estreitar o vínculo entre elas, apesar de ter sido um pequeno grupo, foi um trabalho interessante, mesmo com o passar de dois anos. Essa pesquisa de impacto do projeto Protejo, ocorreu em todos os territórios que foram coordenados pela SESDH.

3. O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA - A ESCUTA NO CAMPO.

A pesquisa se iniciou com uma revisão bibliográfica sobre as temáticas de gênero e políticas públicas. Além disso, foram levantados alguns estudos acadêmicos acerca do projeto Mulheres da Paz. Neste sentido, o trabalho da professora Bila Sorj (2001), foi uma das elaborações que passaram a nortear o que buscamos para essa dissertação. Contudo, dada a importância das construções realizadas nos territórios da Baixada Fluminense durante o tempo de execução das ações do Pronasci e, até do ineditismo desta política na região, compreendemos o quanto seria oportuno estudarmos a realidade das beneficiárias diretas, evidenciando este recorte geográfico.

São muitos espaços vazios na produção acadêmica, quando tratamos de um estudo dessa natureza na Baixada Fluminense. Ampliamos para além das questões das violências que acometem às mulheres de Nova Iguaçu e da Baixada. Voltamos também o nosso olhar aos pontos que cruzavam as diretrizes do projeto Mulheres da Paz, circundadas na perspectiva da discussão de gênero e políticas públicas, considerando a lógica do Pronasci. Podemos assim referendar, que esta política atravessou a fronteira da capital e foi até a região metropolitana e alcançou milhares de mulheres. A janela de oportunidades vista é também observada como lugar, como alcance, como chegada aonde pouco se encontra e pouco se oferta.

No âmbito da dimensão nacional do programa Mulheres da Paz, buscamos os conteúdos de domínio público como as leis, notícias, publicações nos sites do Ministério da Justiça, da SEASDH, jornais locais e publicações na temática. Em pasta de e-mail da pesquisadora, foram levantados 1710 (Hum mil e setecentos e dez) e-mails com o assunto Pronasci, envolvendo todas as trocas efetuadas com a coordenação, com os parceiros e equipe do Protejo.

Para compor a linha do tempo do desenvolvimento do projeto no estado do Rio de Janeiro e no território de Miguel Couto foram utilizados também documentos pessoais da pesquisadora, como relatórios, fotos, e-mails trocados com a coordenação, planejamentos de reuniões, formações, convocatórias, panfletos e as publicações realizadas pela coordenação estadual do Mulheres da Paz, no âmbito da SEASDH.

Tabela 2. Referências publicadas

Publicação	Ano
Edital Mulheres da Paz	2008
Mulheres da Paz – Texto Base para a Conferência Livre Rio Cultura de Paz	2009
Livro: Paz, substantivo feminino. A experiência do Programa Mulheres da Paz no Rio de Janeiro.	2011
Manual: Mulheres da Paz. Rio Cultura de Paz	2011

Fonte: Elaboração da própria autora a partir de arquivo pessoal.

Foi também realizada uma visita ao CIEP 333 – Cacilda Becker, onde funcionou o projeto entre os anos de 2009 e 2011, para verificação de documentos. O local onde foi abrigada a Casa da Cidadania, mantinha um espaço reservado com os documentos do Pronasci. O acesso foi autorizado pela direção do colégio. Em

meio de tanta poeira e milhares de papeis, relatórios, avaliações, trabalhos das mulheres e dos jovens, fotos, livros, elaborações de planejamentos, ofícios, entre outros, levantamos e separamos os documentos que poderiam colaborar com este estudo. Esse momento de estar no CIEP, falar com a diretora, equipes, lembrar as memórias, trouxe um instante de muita nostalgia, sobretudo, pelos relatos que ouvimos a respeito do desenvolvimento, naquela unidade escolar, das ações do Pronasci, do Mulheres da Paz e do Protejo.

Neste sentido, alinhamos a trajetória da pesquisadora, que participou diretamente do Pronasci, como supervisora local do projeto Mulheres da Paz, no território de Miguel Couto e que, apesar da aproximação, do acúmulo, do acervo pessoal de documentos e fontes, buscou manter-se isenta na escuta do campo, no intuito de unir esforços para analisar através de uma “lente externa”, as questões trazidas pelo problema que ora se apresenta nesta dissertação e para buscar sentido, ineditismo, protagonismo e produção do conhecimento, em cada entrevista realizada.

Nosso interesse foi analisar os efeitos de uma política pública para as mulheres no Estado do Rio de Janeiro e os possíveis desdobramentos e impactos na vida das beneficiárias, após dez anos de lançamento desta política. Neste sentido, o campo-tema, norteou metodologicamente este trabalho, pois ele foi a tradução das vozes das MPAZ de Miguel Couto, considerando suas percepções, trajetórias pós projeto, autonomia de vida, as relações de gênero, sua cidadania, empoderamento, além da escuta de muitos sonhos de nossas entrevistadas.

3.1. O campo-tema no Território de Miguel Couto

Para Spink (2003:28), o campo-tema não é um *universo “distante”* do pesquisador e afirma que não é um *espaço criado voluntariamente*, pois vai além do espaço, é o assunto e ele se dá de diversas maneiras. O autor explica que o campo-tema é um “complexo de redes de sentidos que se interconectam”, um lugar de debate e de negociação e ele exprime a importância do negociar que parte da relação da pesquisadora com as participantes da sua amostra. Um ir e vir de

conversas, de explicações dos objetivos até a efetivação da agenda. Neste sentido, Spink (2003), aponta que,

Nada acontece num vácuo; todas as conversas, todos os eventos, mediados ou não, acontecem em lugares, em espaços e tempos, e alguns podem ser mais centrais ao campo-tema de que outros, mais acessíveis de que outros ou mais conhecidos de que outros. Algumas conversas acontecem em filas de ônibus, no balcão da padaria, nos corredores das universidades; outras são mediadas por jornais, revistas, rádios e televisão e outras por meio de achados, de documentos de arquivo e de artefatos, partes das conversas do tempo longo presentes nas histórias das ideias. Alguns até podem acontecer com hora marcada, com blocos de anotações ou gravadores. Entretanto, esses lugares não são contextos; os blocos de anotações, os gravadores, o ônibus, a padaria, a universidade, os jornais, o rádio, os documentos, os achados e artefatos são, como materialidades, também partes das conversas. SPINK (2003:29).

Nesta concepção, o campo-tema realizado em Miguel Couto, apresentou o desafio de ir ao encontro das Mulheres da Paz, nos lugares mais longínquos, em morros, vielas e a conversa se deu de forma próxima, mesmo quando a entrevistada solicitava (por motivos pessoais), que o encontro se desse na casa da pesquisadora. A escuta no território proporcionou aproximação e identificação ao campo gênero e políticas públicas e foram as vozes das mulheres que ecoaram para que fosse feito sentido a construção desta imersão em campo.

Após 8 anos de encerramento do projeto Mulheres da Paz, voltar às memórias do projeto, ao que ele representou para essas mulheres, foi uma das principais considerações e vínculo ao tema. Ainda sob a reflexão de Spink (2003:31), ele pondera que “o passado está no presente pelas muitas falas e em tempos diferentes”. Observamos no decorrer das conversas gravadas que o passado elaborado por estas beneficiárias e pelo coletivo, ainda reverberam o tempo presente na saudade sentida, na crítica feita, no afeto demonstrado e nas incertezas que geram o fim de uma política pública.

3.2. O reencontro em campo com as Mulheres da Paz.

Conforme já visto anteriormente, esse trabalho tem a intenção contribuir com as diversas leituras encontradas na temática gênero e políticas públicas, porém, pensando esta contribuição a partir da lógica da pesquisa de campo, realizada com o público alvo do projeto em estudo. Neste sentido, é intenção, responder as questões que se apresentam e dão centralidade a esta dissertação, porém, ressignificando a literatura encontrada até aqui. Buscamos compreender o papel de continuidade ou descontinuidade desta política pública, o projeto Mulheres da Paz, na trajetória de vida das participantes, após o encerramento do percurso do projeto que durou cerca de 33 meses, entre os anos de 2009 e 2011.

A pesquisa de campo, desde o desenho inicial dessa dissertação, era certo que seria realizada e para isso, seria necessário mapear os endereços, contatos e perfis das mulheres que foram participantes do projeto, em Miguel Couto. Foram utilizados arquivos antigos de cadastros das mulheres, relatórios da época da execução das atividades, fotos entre outros documentos que compunham o arquivo pessoal da pesquisadora, a época supervisora local. Neste sentido, foi necessário organizar o tempo, uma vez que um período entre 30 e 60 dias poderia não ser o suficiente para buscar o contato com as 20 mulheres pré-selecionadas para a entrevista.

A primeira tarefa foi organizar o roteiro de entrevista para ser executado numa pesquisa piloto, com as três primeiras mulheres que foram entrevistadas. Este piloto foi realizado no início do mês de fevereiro de 2019, em um único lugar, escolhido pelas participantes. Foi explicado o motivo inicial da entrevista, “a negociação” entre as partes e o estabelecimento de um pacto simbólico, dando a elas todo o protagonismo da entrevista. Ali, o que interessava era a histórias daquelas mulheres, suas narrativas e impressões. A partir dos relatos delas, foi possível alterar o roteiro por meio de uma avaliação, gerar novos significados para as questões abordadas e a continuidade do trabalho, dado o ritmo encontrado neste pré-teste do instrumento em campo.

A forma de contato se deu pela pasta de cadastro das Mulheres da Paz de Miguel Couto, onde constam nome, telefone, data de nascimento, CPF (Cadastro de Pessoa Física) e endereço. Alguns contatos já estavam salvos nos contatos telefônicos e eram as mulheres que mantiveram de certa forma, alguma relação. A

rede entre elas também funcionou. Dessa forma, uma sinalizava para a outra sobre as entrevistas, traziam telefones, endereços atualizados e davam até dicas de horários, visto que uma parte das mulheres trabalha.

Na mensagem do WhatsApp, ou na ligação, ocorreram em alguns momentos suspiros de surpresa. Isso demonstrou o quanto todo o período do projeto não foi o suficiente para conhecer a realidade local das participantes. Algumas avisavam que o morro era bem alto, que a casa estava em lugar difícil acesso e até perguntavam mais de uma vez, se de fato, ocorreria a “visita”. Outras solicitaram vir na própria casa da entrevistadora, pelo acesso ou pela facilidade com o horário de trabalho.

Houve acordo, apesar de saber que seria o melhor lugar, a sala, o quintal, a varanda, o terraço, a cozinha, o lugar de cada entrevistada. Acertar a agenda levou também um tempo. Alguns encontros precisaram ser desmarcados. Com duas Mulheres da Paz, não funcionou o agendamento. Uma pela questão de horário de trabalho e outra, que foi selecionada também pelo perfil, uma grande liderança religiosa do bairro, cancelou a entrevista, sem muita explicação. Causava certo desconforto, dado que as relações pareciam tão próximas.

Em contrapartida, foi um verdadeiro reencontro e descobertas, em cada visita realizada e em cada entrevista concretizada. Algumas foram subidas a pé, para chegar à última casa do morro, outra, recebeu no terraço de casa, com bolo e café, outra, deixou o tanque com roupas, secou as mãos e veio conversar, houve também quem desse uma pausa na faxina e nos cuidados com o filho, e também, quem disse que não tinha muito tempo, mas fez questão de dobrar a hora ofertada, para aumentar a conversa e também, falar um pouco da vida, das dores, das alegrias e da imensidão de histórias construídas após o tempo de projeto. Foram muitas lembranças acendidas.

Nestas conversas, algumas mulheres não sabiam da partida de algumas das colegas e nem das mudanças de cidade, de bairro. Foi de fato um reencontro e de saudade sentida e de vivências rememoradas. Talvez, o que seria material para discutir nesta dissertação, foram também momentos de muitas trocas e com muitos afetos lançados.

Em nenhum momento foi imposta alguma contrapartida. Ainda assim, pela conjuntura e pela perspectiva de vida, algumas das participantes pediam indicação de trabalho, ou entregaram o currículo de filho, ou pediam ajuda para resolver problemas familiares no âmbito da saúde ou educacional, por exemplo. Sempre na forma do diálogo, era colocado que, embora a demanda fosse recebida, não havia nenhuma garantia de concretização, mas certamente, existia a boa vontade de colaborar com as questões postas por elas.

As dificuldades encontradas se associavam ao escasso tempo que deveria se conectar com os horários disponíveis das mulheres, além da distância do local de moradia, entre outros dessa natureza. Entretanto, ainda que alguns desafios se apresentassem, foi possível cumprir a meta esperada, ou seja, alcançarmos as 20 entrevistas. Após toda pesquisa realizada e escuta no campo, seguimos em análise das falas, apontando-as de acordo com as questões que orientam este trabalho.

4. TRAJETÓRIA E COTIDIANO DAS MULHERES DA PAZ DE MIGUEL COUTO. ANÁLISES REFLEXIVAS.

Este capítulo está baseado nas entrevistas realizadas com as Mulheres da Paz no Território de Miguel Couto. Vai além de um produto da escuta, do diálogo, é a construção de percepções, impressões, desabafos, histórias de vida, sentimentos em relação ao projeto, os sonhos ainda não concretizados, as dores, alegrias e as vivências que perpassam e perpassaram as trajetórias e cotidianos destas mulheres.

As análises e discussões alinham as dimensões definidas neste estudo como empoderamento e autonomia; cidadania e relações de gênero, que acreditamos ser base para pensarmos o papel das mulheres neste projeto, e se, de fato, o Mulheres da Paz, pela ótica das beneficiárias de Miguel Couto, constituiu-se em uma política

de gênero. Quais impactos foram percebidos e quais mudanças marcam ainda seus cotidianos, após oito anos de conclusão deste projeto, no estado do Rio de Janeiro.

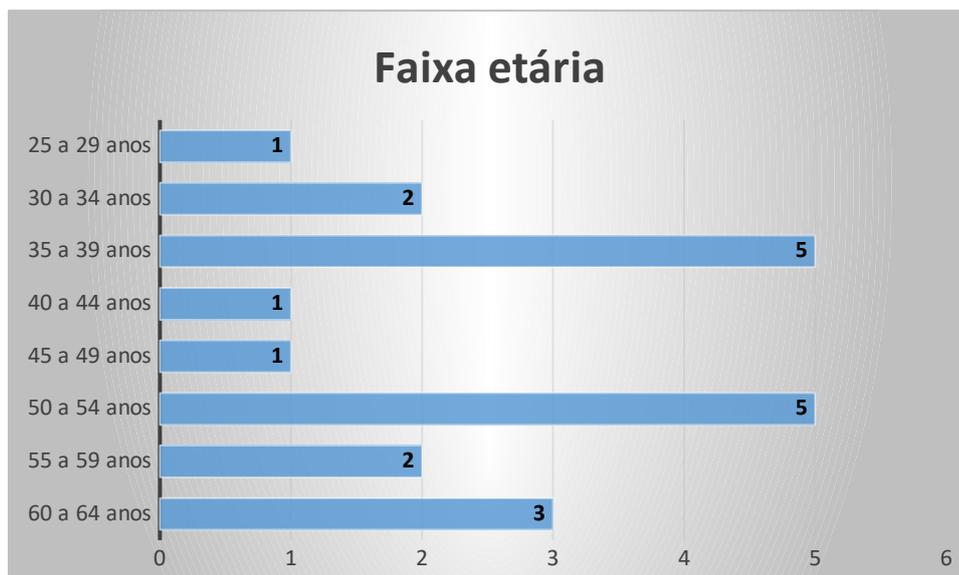
Dessa forma, este capítulo se estrutura em três partes sendo: a primeira parte descreve o perfil das mulheres participantes das entrevistas; na sequência, a percepção geral das mulheres sobre o projeto, a participação delas e a relação no território, entre as mulheres e com os jovens do Protejo; e na terceira parte, as análises da pesquisa de campo, considerando as dimensões estudadas.

4.1 Traçando perfis. Quem são as Mulheres da Paz de Miguel Couto?

O levantamento realizado no campo limitou-se às entrevistas com mulheres que haviam participado do projeto Mulheres da Paz, no território de Miguel Couto, na cidade de Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro. Logo, buscamos aqui identificar as características e os perfis destas beneficiárias, considerando os marcadores deste estudo, sendo: idade (perfil geracional), local de moradia (acesso ao projeto) e religião. Além disso, buscamos identificar o recorte de raça, considerando a importância de intercessão com a categoria de gênero, sublinhando que o Mulheres da Paz era, em sua totalidade, um projeto desenhado e destinado às pessoas do sexo feminino

A faixa etária que predominou entre as entrevistadas compreendeu os 29 e 39 anos, seguida a faixa entre 40 e 54 anos e um grupo que estava entre 55 e 64 anos de idade. No grupo minoritário estavam as mulheres mais velhas. Identificamos também às jovens mulheres à época do projeto, as mulheres adultas e as mulheres idosas. Entretanto, durante a entrevista, conforme desenho do perfil metodológico descrito, a mulher mais idosa do projeto, havia falecido no ano de 2018, nenhuma delas foi identificada como idosa no período de execução do projeto.

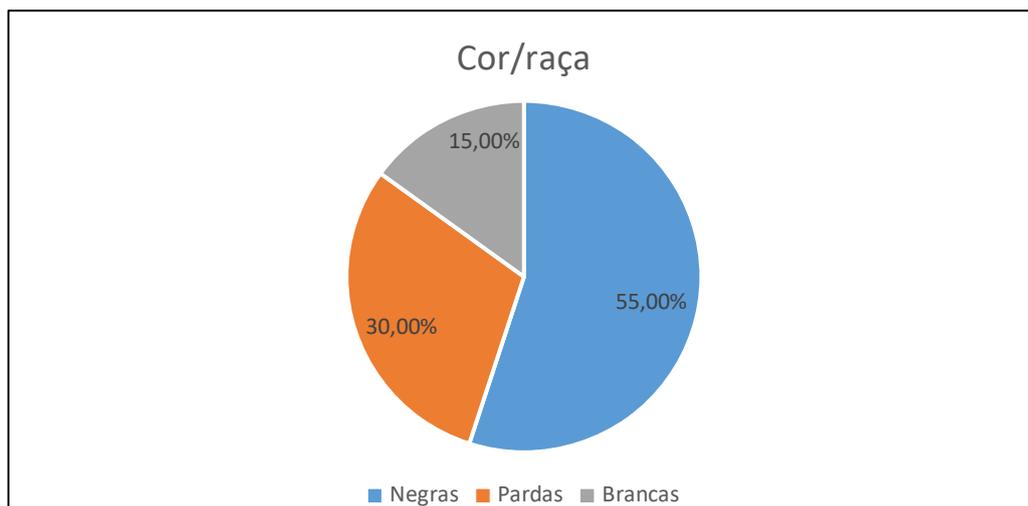
Gráfico 10. Faixa Etária



Fonte: Elaborado pela própria autora

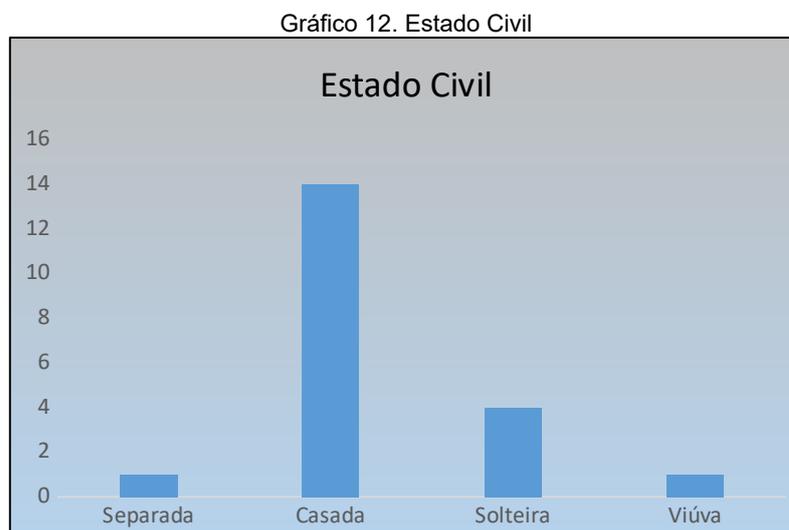
No que tange às características étnico-raciais, a maioria se autodeclarou negra, o que corresponde a 55% das entrevistadas, seguida das mulheres pardas, 30% e a minoria, mulheres brancas, equivalente a 15%.

Gráfico 11. Cor/Raça



Fonte: Elaborado pela própria autora

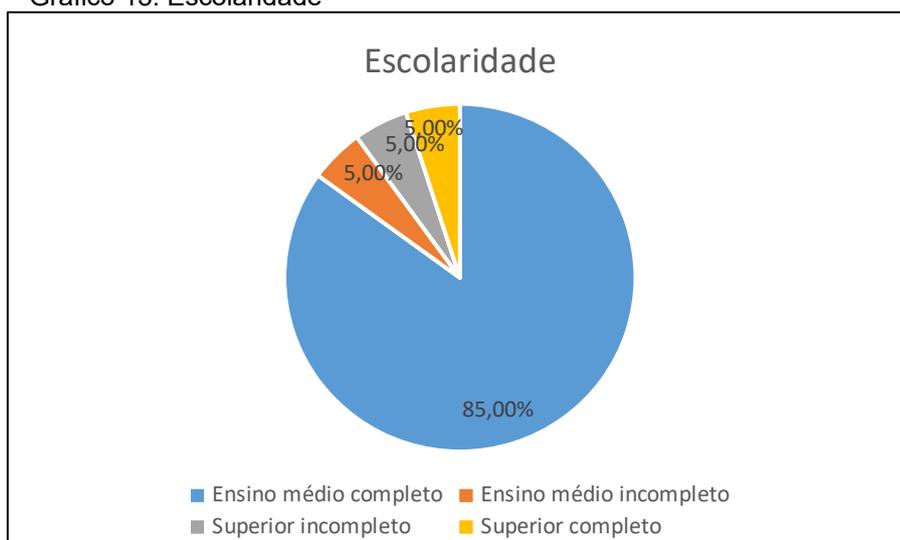
Quanto ao estado civil, entre as 20 mulheres entrevistadas, encontramos uma mulher separada, 14 mulheres casadas, 1 mulher viúva e 4 mulheres solteiras.



Fonte: Elaborado pela própria autora

Quanto a escolaridade das entrevistadas 85% declararam ter ensino médio completo, sendo que 5% possuem ensino médio incompleto e a mesma proporção foi encontrada para ensino superior completo e incompleto.

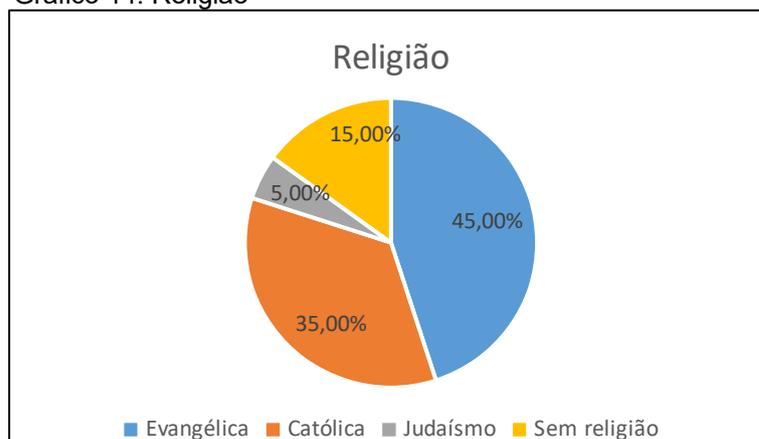
Gráfico 13. Escolaridade



Fonte: Elaborado pela própria autora

Com relação a religião, as mulheres disseram ser praticantes em sua maioria das religiões evangélicas (45%), seguida da religião católica, praticante ou não, o que corresponde a 35%, outros 5% praticam a religião judaica e 15% disseram não ter religião. Importante mencionar que na tarefa da seleção das entrevistas, a intenção era de pluralizar os perfis sobre religião, ainda assim, não conseguimos a partir dos esforços realizados, entrevistar alguma mulher que praticasse as religiões de matriz africana. Por isso então, a ausência de menção dessas religiões no levantamento realizado.

Gráfico 14. Religião

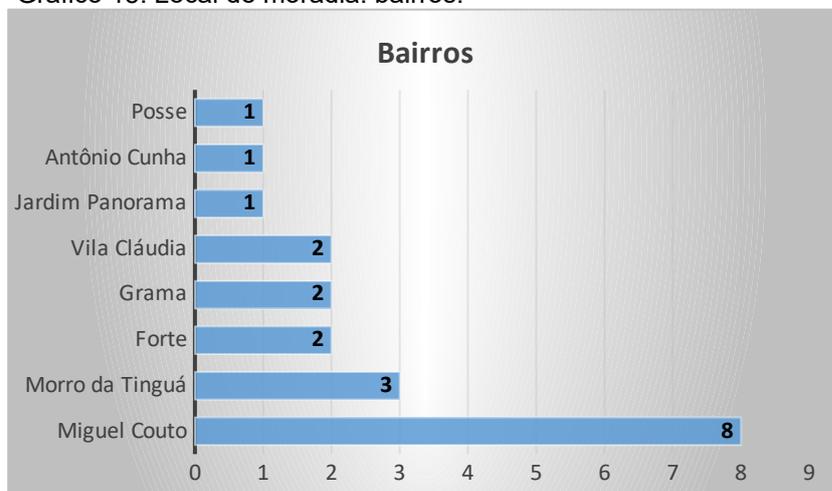


Fonte: Elaborado pela própria autora

Quanto ao quesito local de moradia, buscamos compreender em quais locais de moradia essas mulheres concentravam-se, considerando os locais de funcionamento do projeto, ao analisarmos as distâncias percorridas e as dificuldades possivelmente encontradas.

A maioria concentrava-se no centro do bairro de Miguel Couto, totalizando 7 mulheres. Nas regiões mais próximas, 3 disseram que moravam ou moram no Morro da Tinguá, sendo que 2 responderam que são do bairro da Grama, mesma proporção para o morro da Vila Cláudia, 1 moradora da localidade de Jardim Panorama, 1 mulher da paz da região do Forte, a mesma proporção para o bairro da Posse e Antônio Cunha, que são as regiões mais distantes do território de Miguel Couto.

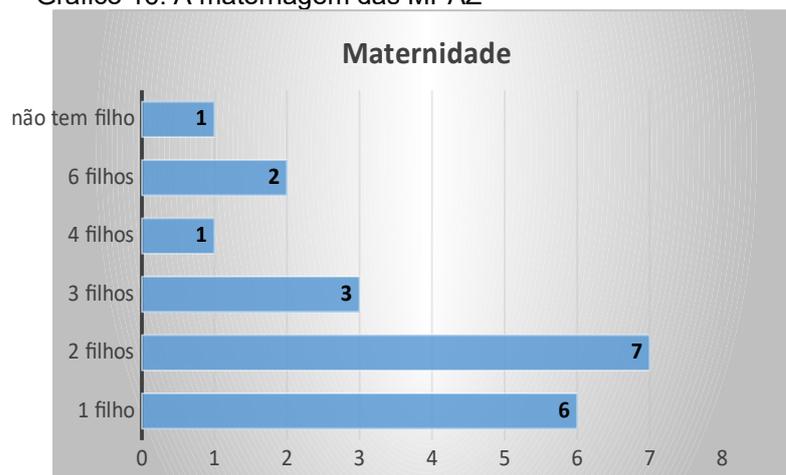
Gráfico 15. Local de moradia: bairros.



Fonte: Elaborado pela própria autora

No que tange à maternidade, uma mulher disse não ter filho/s enquanto duas declararam ter 6 filhos. Compreende-se então que a maioria é mãe e o número de filhos, varia entre 1 a 6 filhos.

Gráfico 16. A maternagem das MPAZ



Fonte: Elaborado pela própria autora

Após traçarmos o perfil social das mulheres entrevistadas, é importante mencionar que apesar de não termos encontrado nenhuma mulher com a escolaridade abaixo do ensino médio, ainda é acentuada a precariedade na força de trabalho e que a maioria delas não conseguiu avançar nos estudos para o alcance do ensino superior, ainda que, por exemplo, a entrevistada MPAZ18 refute a ideia da “necessidade” do diploma universitário ao afirmar: “não tenho vontade de fazer faculdade”. Ainda assim, entre elas tem quem leve o sonho adiante, como a entrevistada MPAZ12, que exprime o desejo de ainda se tornar psicóloga.

O desemprego entre as mulheres reforça a face da atual realidade brasileira, onde são as mulheres, sobretudo as mais pobres e negras, que ocupam as maiores filas de desemprego. Algo que se aproxima do perfil da maioria das participantes do projeto Mulheres da Paz.

Em relação ao que as entrevistadas pensam sobre o término do projeto, a maioria relata que, apesar de ter sido um programa governamental, elas reconhecem que também foi o governo quem encerrou o projeto e ligam o término à não prioridade governamental ou à falta de recursos. Identificamos também num aspecto geral nesta análise descritiva, que as capacidades ligadas ao cuidar, ainda são bastante destinadas às mulheres, de maneira em geral.

4.2. Os passos iniciais e a percepção geral das Mulheres da Paz sobre o projeto.

O bloco inicial do roteiro de entrevista trouxe a percepção geral das MPAZ sobre o desenvolvimento do projeto e a sua própria participação. Foi possível analisar a forma como elas chegaram ao projeto e como se deu o processo de recrutamento, ambos momentos significativos para a maioria delas. Percebemos que a divulgação aconteceu no chamado “boca a boca”, uma avisava à outra, sem mesmo entender de fato qual era a proposta.

“Alguém passou aqui e falou..ah foi a Joana²². Teve uma redação eu falei do trabalho voluntário que eu fiz na creche da Casa do Menor. Na época eu tinha umas horas vagas, meus filhos fizeram curso na Casa do Menor. Meu filho que está preso, ele fez curso de panificação lá.” (MPAZ 4)

“Fiz a prova e pensei: não devo nem passar” (MPAZ 8)

“Foi uma mulher daqui da rua, disse que estava abrindo inscrição para o MPAZ e disse que era do governo né. Aí eu fui lá e fiz a inscrição e fui falando para as outras mulheres também”. (MPAZ 7).

“Ah, foi muito interessante, muito interessante mesmo. Eu estava vindo de uma audiência com meu esposo, ele estava saindo de uma empresa que trabalhava há 14 anos. Minha vizinha, disse que estava me procurando desde cedo, ela me disse da inscrição no Vicentina. Eu vim no mesmo dia, passei em todos os processos, ela também fez. Só que eu fui aprovada e ela não. Ela veio na intenção de ajudar né, e eu fui aprovada e ela não” (MPAZ 15).

“Ela (a irmã mais nova) não conseguiu entrar, tadinha, ela queria tanto entrar. Raquel: ela ficou sabendo do projeto e ligou para gente. Debaixo de chuva, rapidinho correndo com o documento, ela já estava lá. Ela foi a primeira, depois fomos nós duas. Quando foi chamado (saiu o resultado), ela chorava muito. Ela não foi.” (MPAZ 20).

22 Joana, nome fictício para não divulgar o real nome narrado pela entrevistada.

Esse relato da MPAZ 20 traz uma lembrança afetiva para as duas irmãs que participaram do projeto, pois a irmã mais nova que divulgou não conseguiu entrar e choraram com o resultado. O sentimento de ir e outra ficar demonstrava na fala delas que faltou mais informação sobre as escolhas, mas ao mesmo tempo, estavam felizes por pelo menos uma das duas ter sido selecionada.

Havia entre a maioria delas a convicção que o projeto era destinado aos jovens e, por isso, deveriam trabalhar com eles diretamente. Tal persuasão devia-se também às informações iniciais do projeto “são as Mulheres da Paz que identificam esses jovens, encaminham-nos ao Programa Protejo e acompanham sua trajetória, aconselhando-os e orientando-os (Gomes, Sorj, 2011:151). Talvez, fosse este um dos poucos conhecimentos sobre o desconhecido projeto em Miguel Couto.

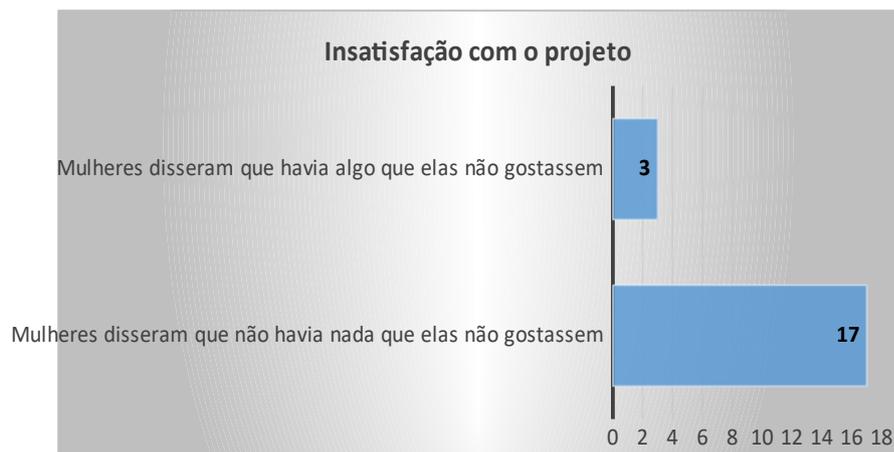
“Soube porque a Lourdes²³ comentou comigo, aí eu fiquei meio assim, pois nunca tinha trabalhado em projeto com jovem. Aí eu falei: “gente como é trabalhar com jovem?” Porque como eu vinha da comunidade, eu via os jovens lá, né? A Verônica falou, vamos lá Rose vai ser legal. Por curiosidade eu fui”. (MPAZ 9).

“Uma vizinha minha falou do projeto, que tinha que ir lá no Vicentina fazer a inscrição, aí eu fui sem saber do que se tratava. Cheguei lá tinha uma explicação né, falava que era pra ir buscar os jovens no bairro de Miguel Couto, ai me apaixonei pelo projeto”. (MPAZ 10).

As mulheres também puderam opinar sobre algo que trouxe insatisfação em relação ao projeto. Entre as 20 que responderam, 2 disseram que havia algo que não gostaram e 18 disseram que não havia nada que trouxesse insatisfação.

Gráfico 17. Grau de insatisfação com o projeto.

23 Lourdes: nome fictício citado pela MPAZ 9.



Fonte: Elaborado pela própria autora

Ao tratarmos da finalização do projeto e o seu desfecho, a maioria debitou o término na conta do governo, sendo 11 mulheres que emitiram essa justificativa; uma mulher disse que muitas mulheres não davam valor, justificando assim o motivo do encerramento ser as próprias mulheres, enquanto outras citam a questão política como fator de encerramento do projeto, o que relaciona também à descontinuidade governamental.

Gráfico 18. Motivo pelo término do projeto.



Fonte: Elaborado pela própria autora

Ainda sobre a percepção geral que as MPAZ tinham sobre o projeto podemos relacionar as lembranças que mais afetaram e que reforçam a memória de suas trajetórias e o percurso feito por elas nos 3 anos de suas participações.

Evidenciamos em suas narrativas as lembranças vindas das relações com os jovens, da interação e vivência entre elas e das atividades do projeto.

De como os jovens tinham uma vontade de crescer profissionalmente. A vontade deles de crescer, eles estavam indo ali, as vezes num sol quente e eles estavam lá. E, é...”eu vou ser manicure, eu vou ter o meu salário”, “vou trabalhar, vou ajudar a minha família”. Era um projeto de crescimento, queriam crescer. MPAZ5

Olha, tanta coisa boa que a gente viveu neste projeto. A parte que eu mais gostei foi quando começou a falar da Lei Maria da Penha. MPAZ 6

Eu gostava das reuniões. Quando as mulheres iam dar um curso ou dar informação de algo, achava importante. Eu, MPAZ9, eu era muito leiga das coisas. MPAZ 9

Muitas lembranças. Os encontros, as palestras, as visitas para buscar os jovens, foi uma coisa nova, pois mesmo a gente morando no bairro há muitos anos, a gente não sabe a dimensão da sociedade ao nosso redor. Então, você buscar, não qualquer jovem, mas aquele que estava em situação de vulnerabilidade, foi muito marcante. MPAZ 10

Ah, acho que as amizades, aquela aliança que formou ali, era muito forte. Na verdade, aquele projeto era ligado ao Protejo, mas eu via, mais uma integração das mulheres. Tinha o Protejo, mas era mais as mulheres, a coisa de compartilhar, de estar junto...de repente, sem a gente perceber, alguém estava ali descobrindo algo novo. Estava com o interesse de crescer, de mudar de vida, eu observava muito essa questão. Seria muito importante eu viesse um outro projeto, acho que para maior integração e em questão principalmente sobre os direitos das mulheres e sobre essa questão hoje que está sendo tão debatida e falada, que é a questão do feminicídio. MPAZ 15

Outras lembranças estão relacionadas com a mobilidade desenvolvida no projeto. As entrevistadas apontam a importância de sair do seu território para conhecer outros lugares, pessoas, culturas, incorporando em suas narrativas o

ineditismo e as descobertas encontradas em alguns dos eventos trazidos por elas, como memória importante do projeto e como conquista alcançada.

Sob o olhar da pesquisadora, paira também a reflexão sobre como o “direito à cidade” (Lefebvre, 1968) chegou a estas mulheres ao longo de suas vidas sobre qual a perspectiva de gênero (Casimiro, 2018)²⁴ foi lançada sobre os espaços aos quais elas acessaram durante o projeto

Palácio Guanabara...não é qualquer pessoa que pode entrar ali.
MPAZ2

A gente passeava muito, conhecia muitos lugares. Só saía pelo projeto mesmo. Lugar que eu lembro muito, era aquele que tinha um espelho. Tinha um monte de desenho. (Planetário). MPAZ 17

A gente saía muito né? A gente ia conhecer lugares que eu nunca tinha ido. MPAZ 13

Ah quando fui contemplada (sorrindo) para ir para Brasília né?
MPAZ11

Eu lembro um dia que a gente foi na lagoa, muita gente já foi na Lagoa, tão fácil ir na Lagoa, não paga, não precisa de dinheiro, mas eu nunca tinha ido mesmo morando aqui. Foi um momento muito prazeroso e marcante. A gente foi ao Planetário que eu também nunca tinha ido. MPAZ 10

As cidades estão distantes de oferecerem condições e oportunidades equitativas aos seus habitantes. A população urbana, em sua maioria, está privada ou limitada – em virtude de suas características econômicas, sociais, culturais, étnicas, de gênero e idade – de satisfazer suas necessidades básicas²⁵. (Carta Mundial Pelo Direito à Cidade. 2006).

²⁴ Direito à Cidade: uma visão por gênero -Lígia Maria Silva Melo de Casimiro- 27/06/2018.

Disponível em: <http://observatoriodasmetrolopes.net.br/wp/livro-direito-cidade-uma-visao-por-genero/>. Acesso em: 06/08/2019.

²⁵ Parte da Carta Mundial Pelo Direito à Cidade. 2006. Acesso em: 06/08/2019. <http://www.polis.org.br/uploads/709/709.pdf>. Documento produzido a partir do Fórum Social Mundial Policêntrico de 2006 Carta Mundial pelo Direito à Cidade Fórum Social das Américas – Quito – Julho/ 2004 Fórum Mundial Urbano – Barcelona – setembro 2004 / V Fórum Social Mundial – Porto Alegre – janeiro 2005

A Carta Mundial Pelo Direito à Cidade apregoa em seu primeiro artigo a equidade e direitos iguais diante das cidades que reivindicam:

ARTIGO I. DIREITO À CIDADE 1. Todas as pessoas devem ter o direito a uma cidade sem discriminação de gênero, idade, raça, condições de saúde, renda, nacionalidade, etnia, condição migratória, orientação política, religiosa ou sexual, assim como preservar a memória e a identidade cultural em conformidade com os princípios e normas estabelecidos nessa Carta. (Carta Mundial Pelo Direito à Cidade. 2006).

Nesta perspectiva a mobilidade vivenciada durante o projeto, entre cidades, ou bairros e até mesmo, a circulação feita na própria cidade de Nova Iguaçu, denotam significados importantes para além do ir e vir incluindo a apropriação, independência, descoberta do outro e a vontade de explorar o que até então era desconhecido e inacessível.

Ah o Criança Esperança (show da Rede Globo), eu pensava nele a noite toda. Sonhava e tudo (risos). Foi o show, foi muito legal. MPAZ7

Ah quando fui contemplada (sorrindo) para ir para Brasília né? MPAZ11

Das saídas que a gente tinha. Eram muito importantes. Eu só saía até Nova Iguaçu e voltava. Planetário. Em Nova Iguaçu também, na Casa de Cultura. Fui há muitos lugares que nunca imaginava ir. MPAZ12

A gente saía muito né? A gente ia conhecer lugares que eu nunca tinha ido. O que mais gostei, foi na Lagoa” MPAZ13

A gente passeava muito, conhecia muitos lugares. Só saía pelo projeto mesmo. Lugar que eu lembro muito, era aquele que tinha um espelho. Tinha um monte de desenho. (Planetário). MPAZ17

4.3. Trajetórias, cotidianos e as narrativas das Mulheres da Paz. A percepção do campo-tema.

A partir das entrevistas, construímos um mapa baseado no roteiro das entrevistas e nas narrativas das entrevistadas. Neste mapa foi possível visualizar,

por dimensão, cada relato das entrevistadas e exigiu uma atenção maior, para que os limites entre as respostas fossem observados já que algumas informações se assemelhavam e outras, eram bastantes particulares, personificadas, ainda que as histórias de vida muitas vezes fossem próximas.

Buscamos problematizar as questões trazidas pelas mulheres, com o intuito de alcançarmos, ao máximo, possíveis respostas às questões apresentadas para este estudo. Dessa forma o processo de escuta, transcrição e análises deram todo o significado para a construção de todo este trabalho. A união das vozes, as particularidades encontradas, os saberes compartilhados nos enveredaram pelos temas que passam pela vida das mulheres e assim, ousamos “enxergar” essas vozes nas dimensões da autonomia e do empoderamento feminino, da cidadania das mulheres e dos simbolismos demonstrados nas relações de gênero.

4.3.1. A autonomia das Mulheres da Paz e questões sobre empoderamento feminino.

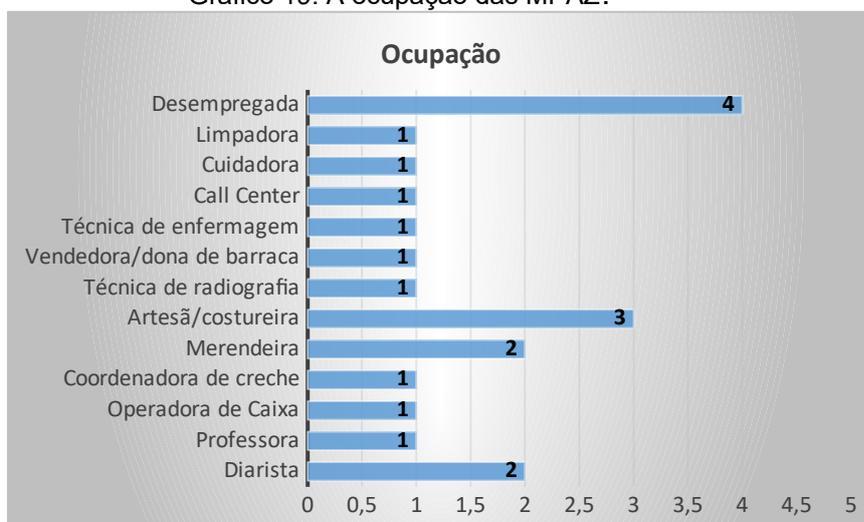
Nesta seção do nosso roteiro de entrevistas, conversamos com as mulheres sobre a sua trajetória de vida profissional, se estavam naquele momento trabalhando ou não, como atravessaram suas histórias a partir das conquistas financeiras, da autonomia, do empoderamento enquanto lideranças, ou atuantes de suas comunidades e como também o Mulheres da Paz contribuiu para essa perspectiva.

A autonomia, na perspectiva feminista, pressupõe as mulheres como sujeitos de direitos; é uma dimensão complexa cuja aquisição implica o desenvolvimento de processos de transformação em vários níveis. Pressupõe emancipação política que implica no acesso a direitos políticos básicos e na autodeterminação. (CARLOTO; MARIANO, 2010:6)

Sobre a ocupação das MPAZ, tema que representa uma das questões mais pontuadas pelas mulheres, traz o trabalho como fator de autonomia e independência. Verificamos que a maioria está trabalhando, seja de maneira informal ou formal por CLT. Nas funções que elas ocupam, se distribuem entre

cuidadora de idosos, técnica de enfermagem, técnica de radiografia, merendeira, operadora de caixa, diarista.

Gráfico 19. A ocupação das MPAZ.



Fonte: Elaborado pela própria autora

O gráfico aponta a ocupação ou desocupação das mulheres, no período específico das entrevistas, o mês de março de 2019. Observamos uma particularidade nas informações relativas às funções desempenhadas pelas mulheres que estão trabalhando formal ou informalmente, para além do trabalho doméstico.

A trajetória de trabalho das mulheres em sua maioria teve origem nas atividades das funções de doméstica, babás, cuidadoras e historicamente, estes eram os papéis destinados às mulheres negras, como descreve a escritora Lélia Gonzalez em entrevista ao Jornal O Pasquim em 1986²⁶,

26 Dados bibliográficos de Lélia Gonzalez. Visto em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1204-lelia-gonzalez>. Acesso em: 25 de março de 2020 (texto de revisão do estudo).

Quando criança, eu fui babá de filhinho de madame, você sabe que criança negra começa a trabalhar muito cedo. Teve um diretor do Flamengo que queria que eu fosse para casa dele ser uma empregadinha, daquelas que viram criada da casa. Eu reagi muito contra isso então o pessoal terminou me trazendo de volta para casa (O Pasquim, n. 871, 1986, p. 8).

Apesar da maioria afirmar que esse histórico reflete suas trajetórias, não consta no resultado deste levantamento, mulheres que trabalham formalmente, com registro via CLT, na função de empregada doméstica. As colocações análogas, são as funções de diaristas e limpadora.

Fui vendedora de café por 28 anos em garagem de ônibus.
MPAZ3

Eu trabalhei de babá por muito tempo”. MPAZ4

Fui babá, fui doméstica, fazia biquinhos na casa de família, dando faxina, já fui várias coisas. ” MPAZ5

Trabalho como limpadora numa firma de limpeza há 8 anos- desde que saiu do MPAZ, que começou a trabalhar como limpadora”. MPAZ6

Sempre na casa de família”. (Sempre trabalhou de doméstica).
MPAZ8

Eu fazia faxina, tomava conta de criança, acompanhante de idoso”. MPAZ10

Já trabalhei como cuidadora de idoso, babá”. MPAZ14

Trabalhava em Nova Iguaçu, na casa de família. Eu cuidava do menino”. MPAZ17

Trabalhava na casa de família”. MPAZ19

As mulheres compõem os grupos de maior incidência de desemprego, de acordo com dados do IPEA²⁷, 2018. Esses grupos são demarcados por cor, sexo, escolaridade e idade e são impactados pelo tempo em que mais buscam trabalho e pelas variações e precarização do mercado de trabalho.

No trimestre encerrado em maio de 2019, a **taxa de desocupação** (12,3%) ficou estável em relação ao trimestre de dezembro de 2018 a fevereiro de 2019 (12,4%) e caiu na comparação com o mesmo trimestre de 2018 (12,7%), segundo dados do IBGE²⁸, representando 13 milhões de desempregados no Brasil, ao final do trimestre citado. Neste sentido, o Boletim Mercado de Trabalho (IPEA, 2018:71), aponta a realidade que afeta o jovem brasileiro e a mulher negra, perfis que alcançam índices mais elevados de desemprego e emprego precarizado.

Os jovens, de 18 a 29 anos, apresentaram o maior aumento absoluto, de 10,6 p.p.²⁹. No recorte por sexo/cor, as mulheres negras apresentaram o maior aumento da taxa de desemprego, de 8 p.p. No que tange à escolaridade, houve um aumento de 7 p.p. na taxa de desemprego dos trabalhadores com ensino médio incompleto e de 5,9 p.p. dos com o médio completo³⁰. (IPEA, 2018:71).

Em conformidade com esses dados, a trajetória pessoal das Mulheres da Paz que participaram da pesquisa de campo, reflete os demais perfis das beneficiárias do projeto. Evidencia, portanto, esse lugar de chefia das mulheres e, sobretudo das mulheres negras, provedoras, porém, muitas vezes, em condições precárias de trabalho.

Na realidade histórica, entretanto, as mulheres das camadas mais pobres sempre trabalharam, especialmente na agricultura e nos serviços – vendedoras ambulantes, serviçais, domésticas, professoras do ensino primário-, além de arcarem com as tarefas

27 Dados encontrados em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/181031_bmt_65.pdf - acessado em 13/08/2019.

28 Dados encontrados em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24908-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-3-e-taxa-de-subutilizacao-e-25-0-no-trimestre-encerrado-em-maio-de-2019> – Acessado em 13/08/2019.

29 PP: Pontos Percentuais

30 “A fonte de dados utilizada na análise é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período entre o primeiro trimestre de 2012 e o segundo trimestre de 2018.” (IPEA, 2018:71).

relacionadas ao cuidar das crianças, dos parentes doentes e dos mais velhos. (MORAES, 2013:501)

Ao longo da história a situação trabalhista das mulheres pouco mudou, sobretudo quando enfrentam dupla, tripla função e salários desiguais, considerando também o acúmulo das tarefas domésticas e de cuidados de maneira em geral. Da mesma forma, nas escutas no campo, parte das mulheres demonstra que, para além de enfrentar a rotina feminina laboral, era preciso também enfrentar o machismo, a limitação física, o preconceito, o autoritarismo e a dominação masculina.

Neste sentido, avaliam que o projeto foi um instrumento de empoderamento, na perspectiva de terem alcançado mais autonomia para suas vidas pessoais e profissionais:

Trabalho como operadora de telemarketing. MPAZ2 - (PCD).

Hoje sou merendeira na rede municipal de ensino da cidade de Mesquita. MPAZ2

Eu sempre quis ser professora, sonho de criança mesmo. Aos 13 anos já alfabetizava dentro da minha casa // aí fui babá, fui doméstica, fazia biquinhos na casa de família, dando faxina, já fui várias coisas // foi a primeira vez que comecei a trabalhar (quando fazia os biquinhos). Eu tinha 30 anos. Meu primeiro emprego. **Meu marido não deixava eu trabalhar.** MPAZ5

Trabalho como limpadora numa firma de limpeza há 8 anos- desde que saiu do MPAZ, que começou a trabalhar como limpadora. // Na época (do projeto) eu não procurava porque eu tinha uns problemas particulares, que me atrapalhavam um pouco, aí quer dizer, por isso eu não procurava trabalhar a semana toda, porque quando eu casei eu parei de trabalhar para cuidar das minhas filhas, depois (ela faz uma pausa e pergunta se pode falar, eu afirmo que sim), ciúmes de marido, não deixava eu trabalhar fora. Por isso eu não trabalhava fora. **Aí fui começando a trabalhar duas vezes na semana, para ir depois eu continuar assim. Ai depois do Mulheres da Paz, eu criei coragem e fui embora trabalhar mesmo. Peguei para trabalhar a semana toda mesmo.** MPAZ6

Só trabalhava em casa vendendo roupa. Hoje trabalho como operadora de caixa. Neste trabalho tem dois anos e pouco. Trabalhei 6 anos em outro. **Assim que acabou o MPAZ eu arrumei um trabalho.** MPAZ7

Bom. Ainda estou como coordenadora da creche, numa creche do bairro Figueira // Hoje foi tomada a decisão do fechamento dessas três creches. // Em junho completaria 9 anos. **Assim que terminou o projeto eu entrei.** MPAZ10

Trabalho como técnica, no hospital Moacyr do Carmo em Duque de Caxias. Trabalho na emergência e também particular fazendo curativos. MPAZ11

Quando eu fui para o projeto eu tinha até o quinto ano (antiga quinta série). **Através do projeto eu consegui emprego e aí o emprego te exige um conhecimento maior das coisas né? Porque você não pode ficar inferior ao mundo que te abraça.** // Não trabalhava. Eu só fazia artesanato. Mas era pouco valorizado né? As pessoas aqui não dão aquele valor, do quanto vale o artesanato. E assim, eu não tinha um trabalho, com meu artesanato. Digamos assim, vendia o almoço para comprar a janta. MPAZ12

Quando começou o projeto não (trabalhava), aí eu depois eu fui trabalhar em Niterói. **Fui trabalhar de gari em Niterói. Ai depois eu saí (por causa do meu bebê e pela distância).** MPAZ20

Os depoimentos das MPAZ5 (“meu marido não deixava eu trabalhar”) e da MPAZ6 (“ciúmes de marido não deixava eu trabalhar fora”) produzem reflexão sobre a questão da autonomia e, neste sentido, remetem também ao reconhecimento das diversas opressões vivenciadas pelas mulheres (Cisne e Gurgel, 2008:81)³¹.

Mas, não são raras as mulheres que buscam sua autonomia enfrentando os ciúmes do marido, os não e mandos, elementos de dominação masculina que balizam e reforçam a constituição de uma sociedade patriarcal, onde o trabalho remunerado era destinado e reproduzido pela mente e força dos homens,

Durante muitas décadas, as mulheres que trabalhavam fora de casa eram suspeitas de não serem “honestas”, vale dizer, castas e recatadas. Quando as mulheres de classe média quiseram trabalhar, tiveram de ouvir que “estavam tirando o trabalho dos chefes de família”. Assim, o trabalho remunerado manteve-se por longo tempo reprovado moralmente, pois submetia a mulher a

31 CISNE, M.; GURGEL, T. “Feminismo, Estado e Políticas Públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres”, in SER Social, Vol. 10, n. 22, 2008, p. 69- 96.

uma condição considerada “imprópria a seu sexo”. (MORAES, 2013:497).

Por outro ângulo, observamos o quanto ainda a maternidade determina a autonomia das mulheres, assim como o exercício de cuidados de familiares. No caso da MPAZ 20, que passou no concurso da cidade de Niterói para a função de gari, local muito longe de sua residência, terminou por desistir do emprego, sobretudo pelo pouco tempo que sobrava nesta rotina para se dedicar aos filhos, entre eles um bebê.

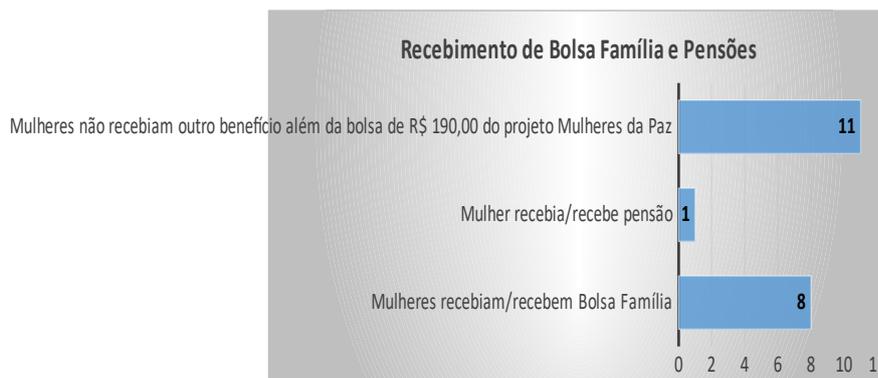
A decisão de abrir mão de um emprego, é reforçada pela “necessidade dessa mulher” em casa e isso no que tange à sua segurança futura.

A professora e pesquisadora Sônia Fleury (2007:76) evidencia que a seguridade na perspectiva de direito universal, exclui da reflexão e do debate as questões de gênero e maternidade, “só mais recentemente, essas questões estão sendo discutidas e incorporadas como direitos da cidadania”, no caso, a cidadania das mulheres.

Ainda assim, há um caminho a ser percorrido em relação às garantias de trabalho decente para as mulheres como também igualdade salarial, previdência e a proteção trabalhista ao retornarem das licenças maternidades, uma vez que as mulheres são às mais expostas às inseguranças trabalhistas após o tempo da licença. É necessário e urgente pautar as questões de justiça de gênero nas políticas públicas voltadas às mulheres.

No que concerne à autonomia econômica das mulheres, durante a entrevista verificamos se além da bolsa de R\$ 190,00 (cento e noventa reais) concedida pelo projeto, as mulheres participantes também acumulavam outro benefício do governo.

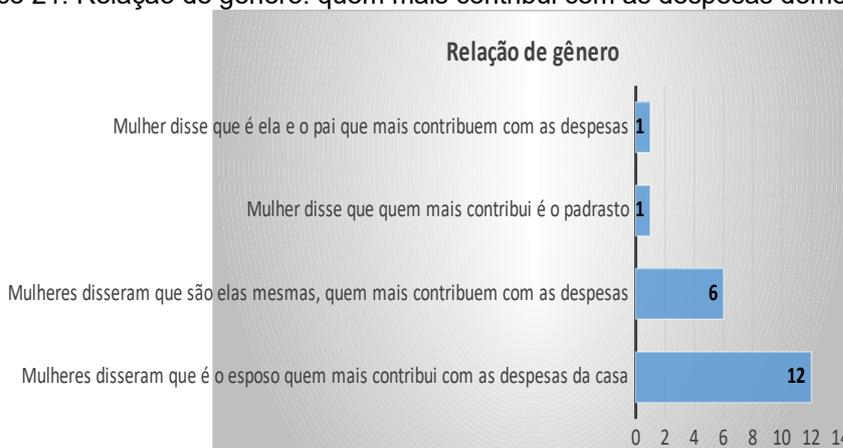
A maioria respondeu não receber outros benefícios (total de 11 mulheres), enquanto 8 responderam que recebiam junto o Bolsa-Família e uma respondeu que recebe pensão do pai.



Fonte: Elaborado pela própria autora

Sobre quem mais assume as despesas atuais da casa e do dia-a-dia, a maioria respondeu que são os homens que mais contribuem com as despesas. Porém, considerando o desemprego dos seus companheiros e/ou filhos, há uma forte contribuição das mulheres e essa participação advém muitas vezes dos chamados “bicos” e trabalhos informais.

Gráfico 21. Relação de gênero: quem mais contribui com as despesas domésticas.



Fonte: Elaborado pela própria autora

A dimensão do empoderamento e autonomia das mulheres se articula fortemente com as demais perspectivas analisadas neste estudo, uma vez, que podemos perceber que pela via da autonomia econômica, as mulheres alcançaram maior grau de liberdade, consciência de seus direitos, conquistas materiais e viabilidade de sustento e enfrentamento das violências, sobretudo, a violência doméstica.

Tal compreensão na esfera da autonomia, demonstra o significado do recebimento da bolsa-auxílio que as MPAZ recebiam.

Eu tinha uma amiga que não poderia ir para o projeto, eu disse a ela que se eu entrasse, durante 1 ano daria a ela a bolsa, pois ela precisava muito, assim eu fiz...Se eu tenho capacidade foi Deus quem me deu. Meu marido nunca soube o valor da bolsa...MPAZ3

Ajudou bastante. Tanto na minha autoestima, porque eu podia comprar o que eu quisesse. MPAZ5

Me ajudou muito, muito. Muita coisa, muita coisa. Era o dinheiro que estava no lugar certo, na hora certa pois como diarista a gente não tem nada certo. Recebia também o Bolsa-Família, então quando eu não era chamada, era isso que me ajudava financeiramente em casa. MPAZ8

Meu esposo trabalhava lá embaixo, mas a gente não tinha cesta básica. A gente veio para cá e não tinha nada dentro de casa. Então começo, esse 190,00 eu ia ao mercado e comprava umas coisinhas. MPAZ9

Ajudou muito, inclusive eu queria comprar uma máquina de overloque para começar a trabalhar e consegui com o dinheiro do projeto. Ela me vale muito. MPAZ13

Passei um período muito difícil com a saída do meu esposo do emprego. Lembra da audiência que te falei? Ela levou dois anos para receber a indenização. Então, foi muito (intenso), difícil. Contava muito com ele (com os 190,00). Meu marido entrou em depressão, pois tinha problema da tireoide. Ele tinha síndrome do pânico. Ele se aposentou. Eu ficava doente também. MPAZ15

Custeei parte do meu curso da radiologia. Só completava a passagem. MPAZ18

Me ajudou muito, para pagar minha passagem para ir para o meu curso técnico. Ajudou a mim e ao meu sobrinho. MPAZ11

Para mim ajudou bastante, eu consegui fazer um quartinho para o meu sobrinho. A gente até comprou uma porta. // trouxemos e depois voltamos para comprar a janela e carregamos tudo nas costas de novo. // A gente fez também, metemos a mão na massa. MPAZ20

As narrativas das mulheres em relação ao benefício recebido demonstram a realidade de parte das Mulheres da Paz, durante o decorrer do projeto. Há casos em que o recurso cobria alguma despesa a mais para a casa ou para um lazer e em

outras situações, observamos que foi o sustento de mãe e filho num caso de separação. Em outro aspecto, a bolsa de R\$ 190,00 (cento e noventa reais), viabilizou a compra de bens que para as mulheres eram importantes e talvez, inacessíveis.

“De alguma forma não, ajudou de tudo. Tanto para comprar móveis pois eu fazia as minhas prestaçãozinhas, comprei geladeira, televisão, tudo com esse dinheiro”, relato da MPAZ 16 demonstra uma certa “confiança” no recurso mensal. Falar em “prestaçãozinhas” é também dimensionar o poder de compra local, que o Pronasci proporcionou por quase longos 3 anos.

Como exemplo, a compra da máquina de overloque da MPAZ13, que buscou aumentar seus rendimentos produzindo em casa as peças de roupas íntimas. O valor agregado neste “negócio”, é a lembrança do projeto todas as vezes que se olha para a máquina de costura no canto da sala e com muito orgulho, durante a entrevista a MPAZ13, apontava para a “sua conquista”.

Percebemos também que o fazer pela família era equivalente a fazer para si mesma. A construção do quarto de um irmão ou reverter o dinheiro para a autoestima, caracterizam conquistas individuais das MPAZ.

Não é por acaso que nos programas de distribuição de renda, tão em voga, a grande maioria das usuárias são mulheres; concentração que se explica, também, pelo fato de quase todos estes programas vincularem o recebimento do benefício à responsabilidade familiar com o cuidado infantil, distanciando-se, a meu ver, de uma lógica universal do direito à renda, o que em nossa sociedade implica condições de vida. (GODINHO, 2004:59).

Observamos ainda que a bolsa recebida estava também muito ligada às despesas dos filhos, dada a condição da mulher ser a chefe de família ou porque assimilava como auxílio para a formação dos filhos.

Nos primeiros 4 meses de bolsa, foi o que sustentou eu e meu filho. Embora 4 meses de bolsa, se você for analisar, não dá para quase nada... “ah, ninguém vive com 190,00 reais...” vive sim. Nos primeiros meses, foi o que eu vivi. **Durante a separação, eu não**

tive ajuda de família, foi esse dinheiro aí, até eu conseguir alguma coisa, para fazer uma renda maior, foi isso que me sustentou. Eu e meu filho. MPAZ10

Ajudei em casa, ajudei meus filhos, meus filhos fizeram cursos com esse dinheiro. Minha filha se formou em “enfermeira” com esse dinheiro. Hoje minha filha é técnica de hemodiálise. MPAZ5

Ajudou muito no período do meu neto, para comprar fralda, leite. MPAZ4

Nossa, parecia que era R\$1.000,00. Comprava as coisas para as crianças, para os meus filhos. Ajudava muito. MPAZ12

A partir desses depoimentos, percebemos também o quanto os programas de transferência direta de renda às mulheres beneficiam seus dependentes diretos e por vezes, os indiretos. Neste sentido “a titularidade do benefício pelas mulheres é um indicador de autonomia” como analisam Carlotto e Mariano (2010:2)³². As autoras ainda argumentam que as condicionalidades desses benefícios ampliam também as responsabilidades das mulheres no âmbito familiar, uma vez, que é para ali que retornam as bolsas remuneradas que as auxiliavam no decorrer de suas participações nos projetos e programas.

As avaliações comumente feitas sobre os resultados na vida das mulheres a partir da inserção nos programas de transferência de renda têm enfatizado a conquista da autoestima, o exercício de cidadania, tendo como indicador a titularidade de um cartão de banco que possibilita um maior poder para mulher, no uso e aplicação dos recursos recebidos. Mulheres que nem sequer tinham documentos, passam a ter um cartão de banco. (CARLOTO e MARIANO, 2010:2).

As autoras tecem essas considerações a partir do fomento de pesquisas em relação à autonomia das mulheres tendo como partida o programa Bolsa-Família.

32 As mulheres nos programas de transferência de renda: manutenção e mudanças nos papéis e desigualdades de gênero. CARLOTO, Cássia M.; MARIANO, Silvana. As mulheres nos programas de transferência de renda: manutenção e mudanças nos papéis e desigualdades de gênero. Paper para o 10º Congresso Bien. São Paulo: 2010. Visto em: <http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/cassiacarlottoAsmulheresnosprogramasdetransferenciaderenda.pdf> -

Corroboram também a reflexão que trazemos na perspectiva do projeto Mulheres da Paz, uma vez que apontamos que parte dessas participantes também eram beneficiárias do Bolsa Família.

4.3.2. A dimensão da cidadania

Esta perspectiva é um dos mais importantes eixos neste estudo, e, talvez, pela lente da pesquisadora um dos mais complexos debates até aqui e seria difícil deixar de trata-lo em um trabalho que trata da história e trajetória de vida de 20 mulheres que representam outras mais de cem mulheres que levavam e ou levam o nome de Mulheres da Paz.

A cada análise dos depoimentos, outras questões foram permeando e traçando o desenvolvimento do lugar que pretendemos chegar: a discussão da cidadania das mulheres, para além da cidadania de direitos constitucionais. O que talvez parecia tão óbvio debate, tornou-se um debruçar sobre um aprendizado que se tornou caro a este trabalho. As mais diversas observações feitas pela orientadora desta dissertação, mostraram que nesta análise, trazemos o reflexo de todas as demais construções tecidas nas demais perspectivas. Certamente é um alento contemporizar esse tema, tendo como base empírica o projeto Mulheres da Paz.

Nesta perspectiva analisamos os depoimentos das mulheres que retratam as marcas e significados que o projeto imprimiu na vida das participantes ao longo do tempo, após o término, também as questões como racismo que transversalizam as questões de gênero e a atuação das mediações de conflitos.

Quando em nosso roteiro de entrevista perguntamos o que significava para as Mulheres da Paz, a frase “Uma Vez Mulher da Paz, sempre Mulher da Paz”, as expressões foram diversas e cada uma demonstrou o que guardou para si e como traduz isso em seu cotidiano:

Orgulho. Porque eu aprendi que a MPAZ é ajudadora, cuidadora, auxiliadora, orientadora, tudo isso que eu aprendi com a MPAZ hoje levo para meus alunos. MPAZ5

Porque isso aí vai ficar na história. Inesquecível. Sabe porquê? Por que lá no projeto eu aprendi assim, ser uma MPAZ assim...eu era muito estourada né, não aceitava opinião de ninguém, hoje em dia sou bem mais calma e mais maleável. Eu aprendi a ser lá muito mais calma, porque eu era uma pessoa ignorante. MPAZ6

Verdadeira. Uma Vez Mulher da Paz, sempre Mulher da Paz. Acho que nenhuma mulher, que foi Mulher da Paz, vai se sentir ex-mulher da paz, acho que é esse o sentimento. MPAZ10

A gente nunca mais vai deixar de ser MPAZ. Não consigo deixar de ajudar as pessoas...MPAZ12

Para mim, significa “uma vez guerreira, sempre guerreira, porque ser MPAZ tem que ser guerreira. Tivemos momentos muito bons, mas também difíceis, nem tudo são flores. Para ser MPAZ tem que ser guerreira. MPAZ14

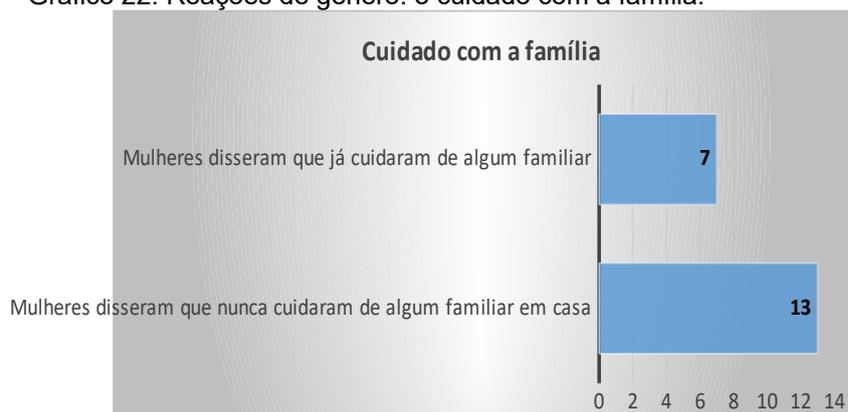
Cara, muita coisa, pois, espero que um dia a gente possa ter paz para viver. Então, a gente sendo mulher são dois adjetivos que se encaixam perfeitamente numa frase mulheres da paz. Vira e mexe a gente pensa se pode voltar ou não, a gente tá aqui. MPAZ18

A liberdade de expressão da mulher. Acho que antes do projeto, eu não prestava atenção num jornal, agora eu procuro ver. Procuro me orientar nos meus direitos. Acho que é isso, Uma Vez Mulher da Paz Sempre Mulher da Paz. Ajudar quem procura, não é só porque acabou o projeto, que eu não vou ajudar. MPAZ19

Acho que o MPAZ ficou no coração da gente. Quando alguém pede uma ajuda, mesmo a gente se saber, a gente vai e busca informação para ajudar. Antes a gente não sabia que pode ajudar. MPAZ20

Percebemos entre as falas que algumas palavras e expressões se repetem, como “cuidado”, “ser guerreira”, “ajudar”, “orientadora”, deram vozes às práticas destas mulheres durante o projeto. Neste sentido, sobre a tarefa do cuidado disponível a algum membro da família e ou à pessoa próxima, entre as entrevistadas 7 (sete) MPAZ disseram que já cuidaram de algum familiar diretamente ou cuidam, e 13 (treze) mulheres responderam que nunca cuidaram ou cuidam de pessoas próximas, diretamente em seus cotidianos, o que não implica em não cuidar nos locais de trabalho ou eventualmente nas relações familiares.

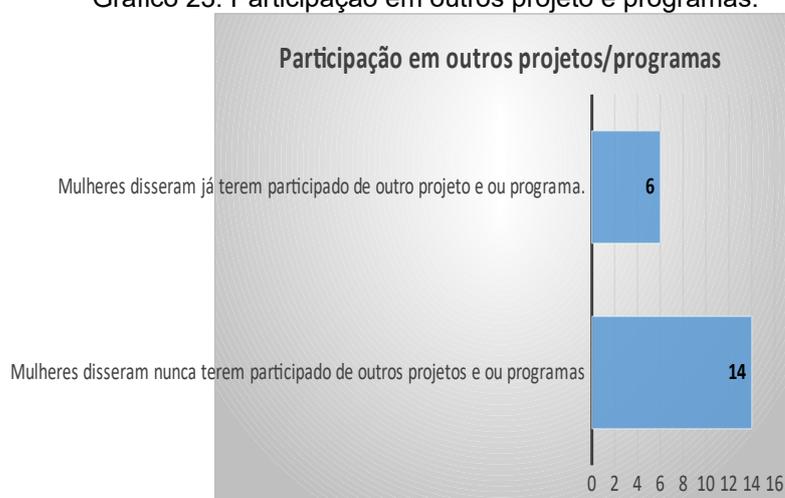
Gráfico 22. Reações de gênero: o cuidado com a família.



Fonte: Elaborado pela própria autora

Sobre participação e atuação em projeto comunitários e ou governamentais, a maioria das mulheres, disse que nunca havia participado de algum projeto e ou programa governamental ou privado. Ainda assim, apesar de considerarem o Mulheres da Paz como uma oportunidade de conhecimento, de interação com outras vivências, como o empoderamento com a elevação autoestima, percebemos que ainda é restrita a participação das mulheres na esfera pública, seja no âmbito do trabalho, seja na atuação política, das organizações de bairro entre outras formas de representação.

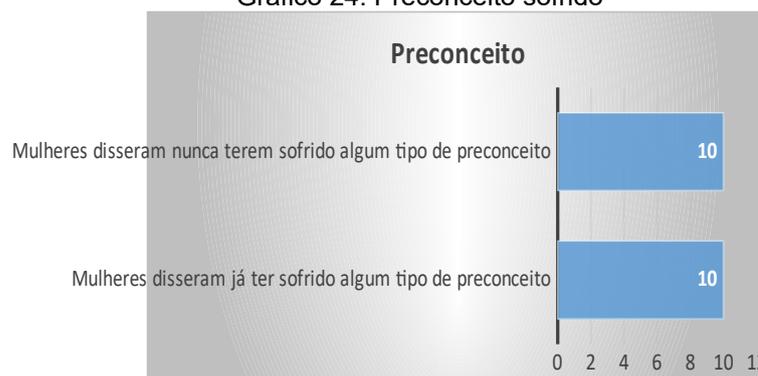
Gráfico 23. Participação em outros projeto e programas.



Fonte: Elaborado pela própria autora

Ainda no quesito cidadania e direitos, entre as 20 entrevistadas, 10 afirmaram que já sofreram com situações de preconceito e 10 disseram nunca terem passado.

Gráfico 24: Preconceito sofrido



Fonte: Elaborado pela própria autora

Os relatos sobre preconceitos sentidos e vividos pelas mulheres participantes, demonstram de certa forma que gênero, raça e classe não se dissociam nesta análise, ao contrário, essas identidades sociais se interseccionam e expõem as individualidades neste contexto e as histórias de vida e as diversas experiências dessas mulheres.

Importante notar o quão evidente o racismo e outras formas de preconceitos se expressam e afetam a cidadania das mulheres, uma vez que envolve relações de poder/subordinação, a questão etária, mercado de trabalho, religião, local de moradia, condições físicas, considerando as questões em torno da raça e do gênero. No contexto do Mulheres da Paz, a questão de gênero é uma dimensão que expõe as muitas formas de discriminação.

Por ser mulher já fui agredida. Lá na clínica, no meu trabalho, um homem me mandou fazer meu trabalho direito. Estava organizando os pacientes para serem atendidos pelo ortopedista e tinha uma idosa atrás de um senhor de uns 48 anos. Ela tinha uns 80 anos, eu passei ela na frente dele. Eu a levei, quando eu saí do consultório ele estava na porta. Ele me disse que era a última pessoa que eu colocaria na frente dele (havia muitos idosos) e deu um tapa no meu braço. Ele fez isso porque eu sou mulher e não tinha ninguém da segurança perto. Fez isso porque eu sou mulher. Ficou por isso mesmo. Eu ia denunciar na delegacia de mulheres, mas um colega meu disse que o cara era dali e disse que eu poderia ser atropelada “sem querer”. MPAZ12

Nesta perspectiva ressaltamos também que, a partir dessas histórias de vidas das mulheres entrevistadas, encontramos na reflexão da autora Heleith Saffioti

(2004:35-42), um destaque na categoria gênero, porém, sem tirar a visibilidade de raça e classe, como podemos observar,

A tripla constituição do sujeito-gênero, raça/etnia e classe afasta a ideia de sua unicidade. Ao contrário, ele é múltiplo e contraditório, mas não-fragmentado. Com efeito, esses três antagonismos constituem um nó (Saffioti, 1987; Saffioti et al., 1992) que potencializa o efeito dessas contradições tomadas, cada uma de per si, isoladamente. (SAFFIOTI, 2004:37).

Importante trazermos a este estudo a forma como as mulheres observam, sentem e enfrentam as múltiplas formas de discriminações e preconceitos. A questão de gênero abre as demais temáticas em debate e necessita estar em conexão.

“Ser mulher negra é resistir e sobreviver o tempo todo”³³ (Marielle Franco, 2017).

Sim. De racismo que acontece muito. Não fala diretamente, mas você sabe que uma palavra que fala, o preconceito está ali. Mas é na Zona Sul. Devido assim, eu sou muito de ficar calada, não revidava. Meu modo de reagir era chorar, eu chorava (falando de maneira mais baixa), mas aí Deus chegava e fazia justiça por mim, porque eu tinha medo de perder o serviço, eu pensava muito isso. Mas a pessoa calada sempre ganha, né? MAPZ8

Carneiro (2003:119)³⁴ elucida as questões que a MPAZ8 depõe ao afirmar que “racismo também superlativa os gêneros por meio de privilégios que advêm da exploração e exclusão dos gêneros subalternos”. Ou seja, parece inatingível a igualdade quando ela perpassa a condição de ser mulher, negra e pobre. Além disso, a precarização do trabalho e o emprego afetam mais diretamente a vida das mulheres que ainda estão expostas às violências produzidas pelo racismo e o

33 Entrevista da ex-vereadora feminista, mulher negra e brutalmente assassinada em 2018, Marielle Franco, ao site Brasil de Fato em 2017 e publicado em 15 de março de 2018. Encontrado em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/03/15/marielle-franco-or-ser-mulher-negra-e-resistir-e-sobreviver-o-tempo-todo/>. Acesso em out/2019.

34 CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. Estudos Avançados, 17(49), 2003, p. 117-132.

silêncio que o medo impõe, quando se precisa sustentar um filho e não se tem outra perspectiva.

Assim, essas mulheres vislumbram como solução a espera na justiça divina e no calar, como expectativa de vitória.

O racismo afeta e influencia também o cotidiano e as relações sociais das mulheres:

Dentro da família do meu primeiro esposo, eu tinha 18 anos e ele 17 e a família dele é toda branca, e o tio dele comentou, que ele era jovem, ele poderia ter arrumado uma menina branquinha, depois foi a bisa dele, que não gostava de preto. Ela me tratava bem, mas não aceitava. Porque era família de italianos. Eu me sentia muito triste. Hoje em dia não, a gente vai amadurecendo. Se acontecesse hoje ia reagir de outra forma. Eu sou cristã, mas a gente sabe que tem cristão com preconceito com homossexual, pessoas de religião, eu não tenho preconceitos. Eu jamais. MPAZ8

E outras formas de preconceitos foram e/ou são vivenciadas em seus cotidianos:

Na situação de você morar na Baixada. Já fui a entrevista de emprego e não conseguir porque a passagem era cara. Eu sei que isso é um preconceito. MPAZ10

Já. Preconceito racial onde eu morava, com um vizinho meu. Ele me chamou de macaca chita. Na época eu não tinha entendimento deixei pra lá. MPAZ11

Eu vejo assim, que algumas pessoas não se aproximam muito quando a gente diz que é evangélico. MPAZ15

Por causa de idade. Na escola quando eu voltei a estudar, eu tirava 10 em tudo e as meninas não aceitavam. Ai na prova de caderno, na formação geral, eu era roubada. MPAZ16

As narradoras apresentaram aqui as maneiras como já sofreram ou presenciaram as mais diversas formas de preconceitos e percebemos que ele recai sobre a condição de ser mulher, mas também de ser mulher negra, da Baixada, por ser religiosa ou pela faixa etária. A realidade econômica, o tecido social, as relações

de trabalho, a mobilidade e outros elementos deram sentido às análises nesta ampla categoria de debate. É a percepção e a vivência sobre preconceitos.

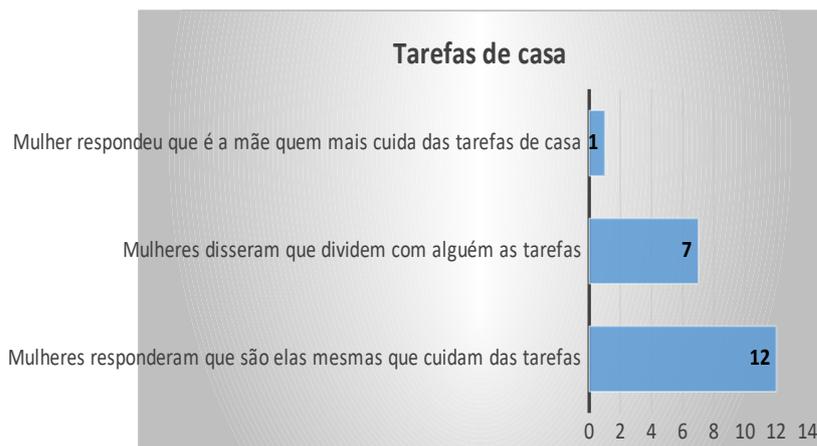
4.3.3 Relações de gênero: a percepção cotidiana das Mulheres da Paz.

A partir desta perspectiva, buscamos analisar no conjunto dos dados levantados, o cotidiano das mulheres participantes do projeto Mulheres da Paz e nas suas diversas e diferentes trajetórias a compreensão dos consensos familiares nas relações de gênero, da divisão sexual do trabalho, as referências de chefia e as desigualdades produzidas, ou não. Buscamos observar também os comportamentos e valores que as mulheres lançam sobre a esfera doméstica e, a partir de suas narrativas, a percepção do papel de gênero e as funções que constituem esses espaços familiares e neste sentido, a função da mulher neste âmbito.

O eixo de uma ação governamental orientada pela perspectiva de gênero consiste na redução das desigualdades de gênero, isto é, das desigualdades entre homens e mulheres (e entre meninos e meninas). Falar em reduzir desigualdades de gênero não significa negar a diversidade. Trata-se de reconhecer a diversidade e a diferença – entre homens e mulheres – mas atribuindo a ambos “igual valor”, reconhecendo, portanto, que suas necessidades “específicas” e nem sempre “iguais” devem ser igualmente contempladas pela sociedade e pelo Estado. (FARAH, 2003:127).

Na questão das relações de gênero e divisões de tarefas em casa, a maioria das mulheres participantes, disse que são elas mesmas que cuidam da maior parte das tarefas domésticas.

Gráfico 25: Divisão sexual do trabalho



Fonte: Elaborado pela própria autora

Na sequência do roteiro quando as mulheres são perguntadas sobre quem mais toma as decisões em casa, elas respondiam em muitas ocasiões com um sorriso e alguma frase que representasse de alguma forma o poder que elas exercem em suas casas. Entretanto, observamos o quanto é difícil para as mulheres afirmarem essa relação de que ela comanda a casa, os filhos, as tarefas e os cotidianos familiares.

Tem sido **eu atualmente. Não que eu tire a autoridade do meu marido, entendeu?** Acho que essa situação de desemprego dele, tá deixando ele desestimulado, porque ele sempre foi o provedor e **ele me ver no lugar dele tá sendo difícil. Se fosse o inverso você acha que seria diferente, pergunta a pesquisadora?** É. Muito diferente. Porque eles quando tem uma posição melhor que a nossa, eles se sentem muitos superiores a nós e nós quando estamos, não achamos que somos superiores a eles. MPAZ5

No depoimento da MPAZ5, que hoje apresenta a maior renda na casa, manifesta-se uma preocupação em não “tirar a autoridade” do marido, dada a situação de desemprego que ele passa. Nesta condição é importante relativizar a referência de poder na família que no momento tem a mulher como ponto focal, dada a sua condição de empregabilidade e viabilidade econômica. Ainda assim, há uma preocupação evidente, um receio de que a figura masculina perca esse domínio do chefe e provedor.

É nova essa dinâmica, onde a mulher também passa a chefiar, ainda que seu cônjuge componha também o núcleo familiar, ou sejam, que todos vivam juntos sob o mesmo teto. Conforme apontam os estudos do IPEA³⁵,2017:1, pode “haver uma mudança de autopercepção delas em relação à sua posição dentro da família, independentemente do que pensem os homens a respeito”,

Ele. Ele que ainda está cantando de galo (muitos risos). Mas hoje em dia a gente chega num consenso melhor. Um diálogo melhor que antes. Agora ele me escuta um pouquinho a mais, porque ele não bebe. MPAZ 6

É uma briga ferrada, dois teimosos. Eu falo, ele fala. Ai no final, tem que ser ele né? Tem coisa que eu consigo, tem coisa que é ele né. MPAZ7

Na questão de comando, a gente fica mais em casa, a gente lidera mais a casa. Meu esposo sempre ajudou, não tinha esse negócio não. MPAZ15

Ainda há situações em que as mulheres se vêm vencidas pela opinião masculina, como nos demonstra as MPAZ6 e MPAZ7. Evidenciamos nestes depoimentos, a reprodução do poder simbólico (Burckhart, 2017:222)³⁶ que o patriarcado reafirmou ao longo da história.

Neste aspecto, algumas mulheres mais jovens assumem a responsabilidade familiar face não só às condições econômicas, como também pelas circunstâncias repercutidas por uma situação de tragédia no âmbito familiar, como a perda de um ente. Dessa forma assumem outras responsabilidades no contexto doméstico e se colocam como apoio e sustentação.

No caso da MPAZ11, que perdeu o irmão, que foi um jovem do Protejo e foi assassinado em 2017, no próprio bairro de Miguel Couto, a mesma passou a exercer o papel de cuidadora e de mediadora, entre a depressão da mãe, revelada

35 Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015 http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf. Acesso em jun/2019.

36Burckhart, T. (2017). GÊNERO, DOMINAÇÃO MASCULINA E FEMINISMO: POR UMA TEORIA FEMINISTA DO DIREITO. *Revista Direito Em Debate*, 26(47), 205-224. <https://doi.org/10.21527/2176-6622.2017.47.205-224>

por ela e a criação não só de sua filha, mas de sobrinhos, já sendo esta uma tarefa constante em sua vida, desde a adolescência.

Eu (quem mais toma as decisões em casa). Uma família grande, você quem toma mais decisão (retruca a entrevistadora)? Eu. **Eu tomei essa força muito grande, depois da perda do meu irmão**
Era o caçula. MPAZ11

Enquanto fechávamos essas análises, a MPAZ11 noticiou o falecimento de seu pai. Acometido por uma doença e de forma repentina, veio a falecer. Se no depoimento ela narra que ela e o pai eram os apoios financeiros e ela ao mesmo tempo, também cuidava de todas as outras questões da casa e da família, passa então agora, a exercer a centralidade da casa e recaem sobre ela, todas as questões de sua família, que ainda não havia se recuperado da perda familiar anterior.

Sobre quem mais cuida das tarefas domésticas, as mulheres entrevistadas revelaram como se dá essa relação no cotidiano. O depoimento da MPAZ4, retrata a trajetória de quem não cuida só das tarefas, mas também da vida familiar, inclusive da relação com um filho que está na prisão.

Sou eu quem cuido das tarefas. Eu fiz o curso no MOVA (um curso de Nova Iguaçu), depois que a minha mãe ficou doente. (Relata que fez o curso para cuidar da mãe). A única pessoa que visita ele sou eu. Ele hoje só tem a mim para contar. O pai dele faleceu há 3 anos (em relação ao filho preso). Ainda ajudo a menina que é filha dele e o que eu crio. Quando a gente foi para o Criança Esperança, corri para deixar a janta pronta. MPAZ4

Eu tenho uma adolescente lá de 17 anos, que me ajuda. Meio preguiçosazinha mas me ajuda muito, se não fosse ela! **Seu esposo tem tarefa em casa também, vocês dividem isso?** (indagação da pesquisadora) **É muito difícil. Eu eduquei ele de um jeito errado. Você o educou?** (Pergunta a pesquisadora). **Sim, eduquei. Então eu não brigo muito não, porque a culpa foi minha. E hoje ele é o que é dentro de casa.**
MPAZ5

A dupla, tripla jornada de trabalho das mulheres que conciliam à vida profissional, ao cuidado doméstico, com os filhos e com parentes superam todo o tempo que os homens dedicam ao labor,

É importante ressaltar que exercer atividade remunerada não afeta as responsabilidades assumidas pelas mulheres com as atividades domésticas, apesar de reduzir a quantidade de horas dedicadas a elas. As mulheres ocupadas continuam se responsabilizando pelo trabalho doméstico não-remunerado, o que leva à chamada “dupla jornada”. Esta pode ser mensurada pela jornada total de trabalho, que considera a soma do tempo dedicado ao trabalho remunerado com o tempo dedicado ao trabalho doméstico não-remunerado (aos afazeres domésticos), partindo do pressuposto de que ambos produzem bens e/ou serviços necessários para toda a sociedade. Assim, em 2015, a jornada total média semanal das mulheres superava em 7,5 horas a dos homens (53,6 horas semanais a jornada média total das mulheres e 46,1 a dos homens). (IPEA,2017:4).

Neste sentido, podemos analisar os reflexos dos estudos que o Retrato da Desigualdade (2017) nos aponta, na própria fala e dinâmica da vida das mulheres.

É muito corrido. Eu saio 7h da manhã, volto 11 horas da noite e em casa minha rotina em casa só dá para ser sábado e domingo. Então eu tenho que me virar no domingo mesmo, pois trabalho de segunda a sábado, então no domingo eu tenho que fazer tudo em casa. Como a minha filha tá desempregada ela me ajuda. Mas quando ela voltar a trabalhar, fico pensando no que fazer. Ela faz a comida para mim, bota a roupa na máquina. (Risos). Ele lava a louça e diz que já me ajuda muito. MPAZ6

Eu. Trabalho de 7 as 14h, chego em casa faço as coisas e ainda vou para casa do meu pai fazer a comida para ele. Arrumar a casa dele e cuidar dele né? // Cuido do meu pai. Sozinha sem ajuda e vou cuidar até o final. Eu não descanso, Vanessa. Eu chego do trabalho, eu não sento, eu não descanso, não durmo. Em casa consigo dividir as tarefas (filha e esposo). MPAZ7

Não faz todo dia, mas fazem. Colaboram. Hoje por exemplo eu disse...hoje eu vou para a autoescola, adiantem a janta, se não vai ficar todo mundo sem janta. Aí dá certo. MPAZ10

Tudo é comigo. MPAZ12

Eu quem cuido. Eu e Deus. MPAZ13

Em alguns casos, as mulheres narram como dividem as tarefas com seus companheiros e filhos, considerando a antiga concepção do “eles fazem, mas a maior parte é a minha”, ou então, “eles me ajudam”.

Quando eu fazia bolo e salgado, ele ajudava. Lavava tudo. Meus filhos sabem cozinhar, lavar, passar, fazem tudo. Pregam botão na roupa. MPAZ15

Meu marido é cozinheiro. Ele me ajuda na faxina de casa. MPAZ17

As tarefas domésticas, o mais velho tem duas tarefas, varrer a casa e limpar onde fica o cachorro. O do meio manter o fogão e a pia limpos. Sujou vai limpar e minha sogra às vezes ajuda na roupa. Fora isso é comigo. Meu esposo fica mais na parte financeira. Mas ajuda, mas a parte maior é minha. MPAZ18

Lá no meu caso sempre foi dividido. Até meu esposo quando chegava do trabalho, tinha a tarefa dele. Ele cuidava da roupa. Até hoje é assim. Só não faz se tiver doente. MPAZ19

A partir da década de 2000, sobretudo após o Programa Bolsa-Família, as mulheres passaram a ser as maiores beneficiárias dos programas sociais de transferência de renda. Entretanto, há uma dificuldade em mensurar e encontrar referenciais sobre os desafios de participação destas mulheres nos programas sociais, onde, além de receberem a bolsa-auxílio, tem como condição o cumprimento de uma carga horária em serviços e formação.

Buscamos, através do projeto Mulheres da Paz, apontar algumas dessas dificuldades que as mulheres enfrentaram para participarem da rotina do projeto. Nos depoimentos que seguem, podemos observar os desafios dimensionados e a forma de como as MPAZ enfrentaram essas dificuldades, sejam essas o machismo, as tarefas domésticas, o cuidado dos filhos ou de mais algum familiar, entre outras adversidades do dia-a-dia.

Às vezes tinha sim. Porque eram 5 crianças. As vezes ficava até um pouco ausente. Tinha os dias que tinha recesso e aí eu precisava ficar em casa com eles. As vezes o marido reclamava um pouquinho também (risos). MPAZ5

No projeto ele reclamou um pouco. Mas geralmente o projeto sempre caía num momento que ele não estava né. Então ele não implicava muito. **Na época ele bebia muito, então eu tinha medo dele chegar nos lugares e fazer escândalos né, então eu evitava muito.** Mas mesmo assim **nos horários do projeto, ele não implicava muito porque eu não sabia toda hora de dentro de casa. Eu não ia muito lá pra baixo, pra cidade, porque ele tinha a opinião que mulher que trabalha fora, trai.** Essa opinião ele sempre teve. **O projeto ele não implicava muito porque era perto de casa. MPAZ6**

A minha dificuldade era meu esposo. Ele reclamava de eu ir, não gostava que fosse. Reclamava muito, muito. Deixei de ir à muitos passeios por causa dele, porque ele reclamava e eu acabava aceitando, não deveria ter aceitado né? MPAZ7

Minha casa não tinha escada. Eu ganhei a casa do pessoal da igreja, eu não tinha casa. O pessoal juntou e me deu a casa. Ai eu tinha uma escada de madeira. A minha filha era pequena. **A gente tinha que colocar e tirar a escada para sair. Eu tinha medo de sair e ela cair e eu ser processada por abandono de incapaz.** Porque eu aprendi isso na capacitação. Eu só isso mesmo, quando era para representar as mulheres. MPAZ12

O meu foi por causa do meu mais novo, porque ele era uma pimenta. Ele era muito doente quando era pequeno, ficava muito no hospital. MPAZ19

No início não, mas logo depois ganhei meu filho e ia assim mesmo. Arrumava a mala dele ia. As vezes a gente passava o dia todo na rua. MPAZ20

As narrativas das MPAZ 5, 6, 7, 12, 19, 20 trazem elementos que evidenciam o quanto essas mulheres de alguma forma vivenciavam e ou vivenciam relações machistas, de opressão, de obrigações com o cuidado familiares e, neste contexto, a dificuldade que havia de conciliar a maternidade com os horários das atividades do projeto. Dessa forma, observamos que nem sempre essa realidade era apresentada por elas no dia-a-dia do território. É evidente no depoimento da MPAZ7 o cerceamento do ir e vir, o impedimento de participação em atividades que a maioria delas prezava tanto, que eram os passeios, “deixei de ir a muitos passeios por causa dele” declara a MPAZ7.

Ao analisarmos esse tipo de informação no processo das transcrições, observamos que naquele momento nem sempre era possível saber dessa realidade: ouvir e procurar entender de perto o motivo pelo qual algumas mulheres não participavam dos passeios, das visitas, dos eventos fora do território. A ausência

delas em tempos prolongados resultava em suspensão da bolsa pelo período do afastamento.

Logo, essa ligação entre elas, era essencial para as justificativas e avaliações positivas das participações da MPAZ. É possível compreender que o machismo em todo tempo estava presente, para além da força destas mulheres e para além de toda formação que receberam sobre os ciclos das violências. Na verdade, muitas estavam inseridas neste contexto.

Ao longo da entrevista com a MPAZ12, foram emitidas muitas declarações sobre um casamento permeado de violências e de opressão que geraram depressão, medo, impacto na autoestima, como também um acúmulo de responsabilidades com os filhos, que recaía sobre ela. A história contada sobre a “casa não ter uma escada” foi relatada algumas vezes, mas nem de longe conseguíamos dimensionar o quanto essa falta de escada, era uma espécie de “aprisionamento” na casa com os filhos, **“a gente tinha que colocar e tirar a escada para sair. Eu tinha medo de sair e ela cair e eu ser processada por abandono de incapaz”**.

Sendo esta uma história da vida real repleta de limitações, dores e com marcas das violências expressadas ao longo da entrevista, é possível percebermos que foi uma das MPAZ que mais demonstrou superação e enfrentamento da condição de vida que tinha. Em outros pontos da entrevista, a MPAZ12 afirma que o Mulheres da Paz, foi um ponto de partida para a mudança de vida e trajetória e de alcance de novas e potentes oportunidades.

A questão do cuidado e do não ter onde deixar os filhos era uma questão impeditiva a muitas mulheres no cotidiano do projeto. Ainda assim, parte das beneficiárias levavam os filhos, os netos, sobrinhos que elas cuidavam para o CIEP. Porém, para as atividades fora do território, dificilmente elas tinham a mesma chance que outras mulheres que tinham mais disponibilidade e menos acúmulos nas tarefas do cuidar.

4.4 “Eu dei meu grito de guerra ali!” As mudanças percebidas por elas.

Mulheres da Paz me consertou né, porque eu era muito brigona não tinha paz nenhuma...eu batia mesmo, eu brigava

mesmo, eu aprontava mesmo, e ali eu aprendi (com ênfase), a respeitar o espaço dos outros, a respeitar as colegas...como eu falo até hoje para as minhas amigas, que a gente pode até não gostar do espaço do outro, mas a gente tem que respeitar. Eu melhorei 100%...Até quando eu fui assinar a última sentença de uma carta que eu tive né, que eu espanquei uma pessoa, eu vesti a camisa e fui...eu cheguei lá e o juiz disse, a partir de hoje você não precisa vir mais...ele perguntou o que era o projeto e me liberou” (aqui ela também relata do simbolismo da camisa). MPAZ1

Apesar dessa questão ter sido trabalhada lá no nosso início do roteiro de entrevista, ao cruzarmos nosso mapa descritivo, como demonstrado no nosso procedimento metodológico, buscamos delinear em cada dimensão das categorias estudadas os processos pelos quais as Mulheres da Paz sentiram, vivenciaram, opinaram, relataram sobre a percepção delas sobre o projeto, a participação e também a história de cada uma.

O método de apresentar em cada seção uma parte da história dessas MPAZ permitiu evoluirmos com o nosso trabalho até aqui. Dessa forma, preenchemos essas páginas com as narrativas contadas por elas e apresentamos a chegada das participantes ao projeto, como souberam, as lembranças mais marcantes, a relação com as diversas formações, os eventos, a mobilidade dentro e fora do território, as relações constituídas entre elas, laços de amizades, de reconhecimento e do aprender a fazer juntos.

Foi na perspectiva da cidadania, do empoderamento, da autonomia e das relações de gênero que provocamos tantas conversas e, destas trocas percebemos o quanto de violências uma parte dessas mulheres passou e passa em suas vidas; o quão difícil é tentar cuidar de si, quando tem mais tantas outras pessoas em seus círculos de cuidados e o que desemprego embora seja estrutural no país, muitas delas nem ousava em tentar esse emprego, pois o machismo dentro de suas casas as impediam de voar em direção à novas conquistas.

Dessa forma e de maneira livre, estamos apresentando neste último momento de discussão, antes de nossas considerações finais: o que as Mulheres da Paz do território de Miguel Couto narraram sobre as questões e as ações do projeto que

mais mudaram suas vidas. Buscamos evidenciar nossas indagações iniciais que orientam e fomentam nossas linhas de pensamento e também de desenvolvimento dessa dissertação, que é antes de tudo, um desnovelar das mais respeitadas histórias de vida. É inegável a contribuição da experiência do Mulheres da Paz na vida de cada uma delas, participantes, beneficiárias e aqui, protagonistas da pesquisa de campo.

E quando a indagação é, em qual área da sua vida, você acredita que foi mais impactada pelo projeto Mulheres da Paz? Elas se permitem responder:

“Pelo jovem. Acho que foi pelo jovem, quando a gente encontra...acho que mudou, faz a gente ter mais coragem. Independentemente de ter alguém ou não”. MPAZ4

“A independência. Acho que de correr atrás. Não era assim antes. Eu me achava muito limitada. “Será que posso fazer isso...” Será que posso fazer aquilo? ” O Mulheres da Paz, me fez ter uma visão diferente. Na hora de ir para algum lugar, porque eu tinha muito medo de ir à rua sozinha”. MPAZ5

“Eu dei meu grito de guerra ali. A parte do trabalho, porque até ali eu não tinha nenhuma coragem de dizer, vou trabalhar”. MPAZ6

“Trouxe muita mudança porque eu ficava muito presa dentro de casa e eu arrumei meu trabalho depois do projeto. Comecei a conversar com as pessoas, quase não conhecia as pessoas, melhorou muito”. MPAZ7

“Me tornei mais independente. Ser mulher guerreira, tipo assim que a gente não depende de ninguém, se a gente quiser ir à luta a gente consegue”. MPAZ8

Nos relatos acima as mulheres afirmam que a mudança em suas vidas chegou pela porta de entrada chamada coragem. A coragem para elas, demonstra ser um “bem” público lançado na implementação desta política. Superar o medo, ser mais independente, andar sozinha, enfrentar o machismo que não permitia o acesso ao trabalho o não “depende de ninguém”, são expressões narradas e transformadas em uma única vivência: coragem.

Coragem, substantivo feminino, evocado por mulheres que não desistem. Também por mulheres que encontram o sentido da palavra numa oportunidade dada às suas vidas. A coragem que faz forte as mulheres,

“Esta, às vezes dura, caminhada me fez valorizar e amar muito mais a vida e me deu sobretudo coragem para enfrentar desafios ainda maiores. Recorro mais uma vez ao poeta da minha terra: 'O correr da vida – diz ele – embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. **O que ela quer da gente é coragem**” (DILMA ROUSSEF, 01/01/2011- Discurso de posse).

As MPAZ viram uma mulher ser eleita ao cargo máximo deste país. Até participaram de eventos com essa que falou de coragem em seu discurso de posse. Essa que não baixou a cabeça quando foi deportada do poder, sob um processo de impedimento. Nestes últimos anos, não faltou convívio ou referência de mulheres corajosas e que passaram a ver um espelho à sua frente, pois passaram a olhar para si mesma.

Sobre olhar a si mesma e para o seu entorno. Importante observar no depoimento da MPAZ9 o reconhecimento da mudança de visão e da superação das relações de preconceito. Ela afirma que o projeto a ensinou olhar de outra maneira para os jovens. No Protejo havia muitos jovens gays e lésbicas e outros que enfrentavam as questões das drogas. O estreitamento das relações, despertou a superação do distanciamento entre as mulheres evangélicas e os jovens com este estereótipo. Isso era fundamental para garantir a fluidez das relações no território, que nem sempre eram harmônicas. Essas relações transformaram o território num grande espaço de convivência, de ressignificação e de pertencimento entre mulheres, jovens e comunidade.

“Olha vou te falar uma coisa, aí já é mais pessoal né...olha, sobre o projeto Mulheres da Paz, me ensinou em relação aos jovens, eu tinha outra visão sobre os jovens. Hoje em dia as pessoas falam muito de discriminação, né? De homossexuais e transexuais...ali eu conheci uma menina, então, eu aprendi a olhar com outros olhos, ali eu aprendi muita coisa, inclusive isso, porque a gente julga muito as pessoas”.
MPAZ9

O olhar para si e para o outro, o sair do “meu mundinho”, reflete também as conquistas pessoais e os impactos que as mulheres perceberam em suas vidas,

“Acho que o projeto mexeu no despertar da mulher que sou hoje. De ver as possibilidades que a gente tem. Eu estava no meu mundinho. Através dos passeios, dos encontros, conhecer outras coisas, outras oportunidades, assistir palestras pessoas importantes. Conhecer o presidente da república (Lula). Se não fosse o

projeto, eu nunca ia conhecer. Isso mudou a minha visão, como mulher e como pessoa”. MPAZ10

“A visão que eu tinha, eu não tinha oportunidade antes das coisas. Ficava em casa sem fazer nada”. MPAZ11

O despertar para a participação social, o reconhecimento e o encontro com as múltiplas possibilidades, são destacados pelas MPAZ,

“Na minha? Mudou tudo, Vanessa. Uma vez, eu recebi uma (moção da Câmara), por ajudar as pessoas. Foi num evento lá na igreja católica. Eu estava em casa deprimida. Só chorando, engordando desesperadamente. Eu estava com uma depressão horrível. Tentaram colocar na minha cabeça, que eu não era uma pessoa boa. Quando eu entrei no projeto, eu vi que eu era uma pessoa útil sim”. MPAZ12

“A gente quando sabe alguma coisa precisa passar para as pessoas também, não guardar só para a gente. Sabia muitas coisas, mas não ensinava ninguém, agora eu passo para as pessoas aquilo que eu sei. MPAZ13

“Acho que o Mulheres da Paz, me ajudou muito a entender a parte do “mulher empreendedora”, quando eu entrei no projeto, eu entendi assim: mulher empreendedora pode trabalhar também dentro da sua casa. Porque eu só queria trabalhar fora...quando eu entre no projeto, eu vi que a gente pode também trabalhar em casa. Até a minha mãe entrou um pouco nesse projeto, pois eu levava as coisas que ela fazia para vender no projeto..Não sei se você lembra?” MPAZ14

“O projeto me fez sair da caixinha”:

“Acho assim, como tenho falado até agora, a questão de olhar o outro. Criança, jovem e até adulto, você vê hoje, que com toda formação da família, a mulher é o centro. O homem é o cabeça, mas a mulher tem a responsabilidade maior de educar e orientar. Quando você absorve mais conhecimento de como lidar com o outro, você descobre mais quem é você. Quando a gente acha que tem conhecimento, a gente diz “eu sou alguém. ” O projeto fez muitas mulheres a saírem da caixinha”. MPAZ 15

Algumas mulheres identificaram que não estavam mais no mesmo lugar e pelos relatos, não estão, mas, é difícil romper a lógica de ter em casa “o cabeça”, mesmo as mulheres passando por diversas formações e falarem de novas consciências, há uma questão religiosa presente e seguida, como percebemos na

narrativa da MPAZ15. É o compartilhar de entendimentos que devem ser respeitados.

“Em geral né. Pois aí você aprende, por exemplo sobre a violência...se um homem te chama de cachorra, burra, você já sabe que é violência. A gente aprende a levantar a cabeça...” MPAZ16

“Fazer o curso de cuidador de idoso. Eu fiz o curso no SESC, eu aprendi muito ali”.
MPAZ17

“Teve uma época que a gente enfatizou muito a violência contra a mulher. Teve um projeto. Foi o que mais me identifiquei. Até hoje eu coloco a boca no trombone. Arrumo confusão”. MPAZ 18

“Que nada nos limite. Que nada nos defina. Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância”. (Simone de Beauvoir)

“Essa parte que falei no início também. Ter contato para falar comigo, era bem difícil pois eu era muito tímida. Não ia à frente falar alguma coisa. Eu consegui isso. Me impor isso. Consegui falar, conversar, ler um texto. Tinha muita vergonha de ler na frente dos outros. Até hoje sou um pouco tímida, mas o projeto conseguiu me soltar. A gente reunião, conversava, dava as mãos, uma li uma coisa (dinâmicas). Ajudou-me com entrevista de emprego, me senti mais segura. Se não fosse o projeto, eu não teria conseguido ser cobrado de ônibus, pois tinha que lidar com o público”. MPAZ 19

“A me expressar mais. Sempre fui “intrujona”. Sempre chegava chegando, eu aprendi a me controlar mais. Aprendi a ouvir mais. Até hoje a pessoa bate no meu portão e pergunta se eu posso ajudar com alguma coisa. Até hoje, o pessoal pede para tirar documento”. MPAZ20

As mudanças percebidas pelas MPAZ e por elas narradas demonstram superação, força, luta pessoal, vontade de mudar a condição de vida e também o reconhecimento que elas se tornaram importantes referências para sua vizinhança, ou para os que lembram delas como Mulheres da Paz. Percebemos um certo apego a questão do cuidar, do ajudar e do estar disponível para o próximo.

Ressaltamos que o potencial para vencer os preconceitos, medos e as violências por parte destas mulheres que após o projeto buscaram sua autonomia através do trabalho, aponta que essa “independência” é a mais sentida das variações de cotidiano.

Certamente esta não é a única, é uma das formas que observamos o impacto do projeto no cotidiano e trajetória das MPAZ. Além disso, quando as mulheres se

reconhecem menos preconceituosas e violentas, como relatou a MPAZ3, são também indicativos de alteração de comportamento e, para melhor, pois, potencializaram a visão sobre o mundo, sua comunidade, sobre a juventude, sobre o território, sobre seu lugar. Entre os depoimentos, observamos novas mentalidades e consciências e vontades. Foi um curso alcançado, foi uma palavra dita, foi o derrubar de escadas para construir nova casa, foram as alternativas encontradas.

De fato, o que as mulheres entrevistadas apresentam no processo de diálogo da pesquisa de campo, é uma pequena amostra e representação das mais de 100 Mulheres da Paz participantes em Miguel Couto. Talvez o “grito de guerra” dado pela MPAZ6, seja o eco das vozes de todas as outras mulheres, que aqui não colocaram suas mais profundas e fortes lembranças e quem sabe, mudanças?

Numa breve síntese sobre essas transformações, apresentamos no quadro seguinte um comparativo no tempo entre as expectativas das MPAZ no ano de 2009 em relação ao próximo ano, que foi 2010 e a percepção sobre a vida delas no ano de 2019. Como transcrevemos a maioria dos depoimentos, na coluna referente ao ano atual, extraímos frases, expressões e palavras das narrativas já relatadas nas análises.

4.4.1 As narrativas sobre o antes e o depois. Lugar de fala, lugar de alcance.

Os relatos de 2009, compõem um arquivo encontrado durante o levantamento de documentos no acervo pessoal da pesquisadora. Na avaliação encontrada em 2009, havia uma questão que questionava as MPAZ o motivo pelo qual elas gostariam de continuar no projeto ano seguinte, em 2010. Cruzando as respondentes em 2009 com as de 2019, obtemos 18 respostas das mulheres que responderam nestes dois respectivos anos. Buscamos transcrever da forma mais original as escritas das mulheres tiradas da avaliação de 2009.

Tabela 3: Síntese comparativa – 2009-2019

	2009	2019
MPAZ	Por qual motivo você gostaria de continuar no projeto em 2010?	Em qual área da sua vida, você acredita que foi mais impactada pelo projeto Mulheres da Paz?

MPAZ 1	Porque durante esse 1 ano fui muito beneficiada. Conheci novas pessoas, pude trabalhar em grupo de maneira diferenciada. Aprendi a ter filhos crescidos com responsabilidade.	Em tudo!
MAPAZ 3	Eu desejo continuar porque eu amo estar com os jovens e eu quero muito continuar olhando pelos meus jovens e pelas saídas e vários eventos e porque eu tenho muitos amigos em outros territórios	Mulheres da Paz me consertou né? Porque eu era muito brigona. Eu melhorei 100%...
MPAZ 4	Por causa das palestras em geral e os cursos profissionalizantes	Acho que mudou, faz a gente ter mais coragem.
MPAZ 5	Porque MPAZ me mostrou a minha importância como mulher e cidadã	<i>A independência. Acho que de correr atrás. Não era assim antes. Eu me achava muito limitada.</i>
MPAZ 6	Porque quero um mundo melhor para os jovens e me entregar na Lei Maria da Penha.	<i>Eu dei meu grito de guerra ali.</i>
MPAZ 7	Porque é uma ocupação boa. Eu gosto muito por sempre a gente aprender com as outras mulheres a ser mais solidária.	<i>Trouxe muita mudança porque eu ficava muito presa dentro de casa e eu arrumei meu trabalho depois do projeto.</i>
MPAZ 8	Eu desejo continuar porque foi o projeto que me ajudou a superar a situação que eu passei e agora estou 90% recuperada. Eu irei tentar dar 100% de mim e sem contar que os 190,00 me ajudam muito, até mesmo na criação do meu filho na qual eu dependo muito deste dinheiro	<i>Me tornei mais independente.</i>
MPAZ 9	Para conscientizar mais os jovens que tudo em nossas vidas são mais importante, como: respeito, amor e educação	<i>Me ensinou em relação aos jovens, eu tinha outra visão sobre os jovens.</i>
MPAZ 10	Porque gostei muito de trabalhar com os jovens do Protejo. Também esse projeto me fez muito bem. Sei que posso contribuir mais.	<i>Acho que o projeto mexeu no despertar da mulher que sou hoje.</i>
MPAZ 11	Porque eu construí muitas amizades boas aqui. Adquiri uma grande autoconfiança. No futuro quero dizer aos meus filhos: "eu fui uma Mulher da Paz".	<i>A visão que eu tinha, eu não tinha oportunidade antes. Ficava em casa sem fazer nada,</i>
MPAZ 12	Quando eu me referi a questão 7 "fazer novas amizades" eu que tinha acabado de perder muitos amigos por casos não resolvidos e por isto eu tive uma depressão. Porém, agora eu tenho uma nova família e não quero perder vocês e quero citar também, a formação que foi ótima para mim.	<i>"Na minha? Mudou tudo, Vanessa.</i>
MPAZ 13	Porque não desejo sair, me sinto importante e ocupada no projeto	<i>Agora eu passo passar as pessoas aquilo que eu sei.</i>
MPAZ 14	Porque particularmente, desde o começo de	<i>"Acho que o Mulheres da</i>

	Mulheres da Paz a minha vida mudou plenamente para melhor. Hoje sou uma mulher mais entendida sobre todos os direitos que tenho e que não tinha noção e também amo muito esse projeto e todos da equipe. Esse projeto foi a melhor coisa que poderia ter acontecido.	<i>Paz, me ajudou muito a entender a parte da “mulher empreendedora”.</i>
MPAZ 16	Amo está neste projeto, sou muito feliz por isso e pelas amizades que conquistei aqui e em outros territórios. Desejo continuar porque acredito que só a educação pode mudar esse país. Se Deus permitir, quero muito continuar sendo uma Mulher da Paz e me empenhar mais	<i>A gente aprende (aprendeu) a levantar a cabeça...</i>
MPAZ 17	Porque quero ser mais útil no meu trabalho como Mulher da Paz, me valorizar no meu território e me dedicar mais e aprender no meu grupo. Se eu não fiz o meu melhor no ano de 2009, quero superar em 2010	<i>Eu fiz o curso no SESC (cuidador de idoso), eu aprendi muito ali</i>
MPAZ 18	Desde o princípio não escondi que o MPAZ faz parte de tudo que gosto. Quero muito permanecer pois me identifico muito com o projeto e ficaria um gigante vazio se eu saísse.	Até hoje eu coloco a boca no trombone. Arrumo confusão (sobre a violência contra a mulher).
MPAZ 19	Porque esse projeto foi uma terapia para mim, quando eu mais necessitei. Eu estava querendo uma ocupação e acabei encontrando uma família. Encontrei tias, primas, até filhos que foram os jovens e agora essa família não pode terminar. Temos que alimentá-la.	<i>Até hoje sou um pouco tímida, mas o projeto conseguiu me soltar.</i>

Fonte: Elaborada pela própria autora

Inserimos aqui o depoimento de uma MPAZ que durante o processo das entrevistas, não conseguimos acessá-la. Porém, em dias mais recentes, no decorrer destas análises, conseguimos realizar contato e foi solicitado a MPAZ 21 que pudesse relatar o significado do projeto Mulheres da Paz na vida dela e quais mudanças ela percebeu na vida dela, após a conclusão do projeto.

A mesma se disponibilizou e enviou um breve relato por meio de um áudio do aplicativo WhatsApp.

Tabela 4: Síntese comparativa – 2009-2019-

	2009	2019
MPAZ	Por qual motivo você gostaria de continuar no projeto em 2010?	Em qual área da sua vida, você acredita que foi mais impactada pelo projeto

		Mulheres da Paz?
MPAZ21	<p>Eu morava com um homem, eu estava grávida de 7 meses, daí ele bebia muito e toda vez que ele bebia a gente caía na porrada. Teve uma vez que ele me tacou álcool e depois riscou fósforo. 80% do meu corpo foram queimados e eu tive muito medo de denunciar ele.</p> <p>Há 13 anos eu falei que foi um acidente e depois a minha família descobriu a verdade, mas o medo falou mais alto. Hoje, esse projeto e a Lei Maria da Penha são as peças principais na minha vida. Hoje posso ajudar mulheres que passaram por esta situação ou pior do que a minha. Hoje aprendi a viver e a sentir amor pela vida.</p>	<p>Esse projeto me passou conhecimentos de coisas que eu não sabia. Muitas leis e aprendizados. Me fez conhecer histórias tristes e alegres, me tornei uma pessoa com garra para lutar pelos meus direitos. Conheci mulheres que hoje somos amigas e aprendi muito com elas.</p> <p>Vivo hoje com um pouco de tudo aquilo que aprendi. No projeto eu pude superar essa fase que eu passei (da violência) e ajudar outras mulheres.</p>

Fonte: elaborada pela própria autora.

As análises que construíram esse capítulo 4 exigiram um olhar crítico, analítico, mas também afetuoso sobre cada narrativa lida e por vezes, relida. Foi uma imersão em histórias de vidas, algumas delas, pouco tocadas e conhecidas. Metodologicamente, foi importante conectar os relatos aos nossos marcadores de estudos. Entretanto, no limite da junção da literatura com as análises que aqui empreendemos, buscamos identificar os principais significados desta política pública para as beneficiárias, tal como discutir a forma como foi entregue a sociedade este projeto, sobretudo, quando tratamos da execução do mesmo na Baixada Fluminense.

Na próxima seção deste estudo, estão as nossas reflexões sobre toda essa escrita elaborada por uma estudante de mestrado; orientada, coordenada e revista por uma professora-doutora e mestra; narrada por mais de 20 vozes e alimentada por diversas e abrangentes leituras. São considerações onde o ponto final será apenas uma norma, pois caberia uma vírgula, talvez e/ou reticências, pois transcrever histórias de/das vidas, vai além de uma pretensa conclusão. Chegamos aqui!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Qual é a maior lição que uma mulher pode aprender? Que desde o primeiro dia, ela sempre teve tudo o que precisa dentro de si mesma. Foi o mundo que a convenceu que ela não tinha” Rupi Kaur.

Este trabalho buscou reconstituir a trajetória e o cotidiano das mulheres participantes do projeto Mulheres da Paz e desta perspectiva trazer a discussão de gênero e políticas públicas considerando as dimensões de empoderamento, autonomia, cidadania e relações de gênero. Este estudo de natureza qualitativa procurou analisar as concepções de uma política e a execução da mesma no âmbito do estado do Rio de Janeiro e do Brasil, assim como identificar os efeitos na vida de suas beneficiárias, especificamente em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense.

Sob este aspecto, essa dissertação objetivou identificar se o projeto Mulheres da Paz influenciou de forma a promover empoderamento, autonomia, ampliação de cidadania e relações para equidade de gênero, entre as mulheres participantes do Território de Miguel Couto (2008-2018).

Para compreendermos em que medida os marcadores deste estudo afetou a vida das mulheres participantes, tratamos no primeiro capítulo do marco conceitual desta dissertação. O debate partiu da temática de gênero e políticas públicas, que deu viés a esta elaboração e atravessou a literatura até chegar na parte central que foi a pesquisa de campo.

Deste ponto de partida tecemos considerações sobre a importância de conectarmos gênero às categorias de raça e classe, uma vez que o nosso recorte reflete o perfil populacional majoritário (mulher e negra). Foi também o retrato do território estudado. Ainda assim, apesar das teorias construídas nas formações, não foi o suficiente para discutir a temática de empoderamento na perspectiva da interseccionalidade de gênero, raça e classe no enfrentamento às diversas opressões e violências.

Ao tratarmos de empoderamento, autonomia, cidadania e relações de gênero, tratamos do cotidiano, das percepções e das trajetórias de mulheres, das Mulheres da Paz. Unimos os elementos sustentados na literatura, porém, foi necessário ouvirmos as vozes no campo, para que estes marcadores fizessem sentido para este trabalho.

O que parecia ser um desafio no limite da pesquisa, o distanciamento pessoal foi cuidado para que as questões acadêmicas e metodológicas fossem preservadas. A ligação que ressurgiu desses contatos, fortaleceu a dinâmica dos estudos, tal como a suavização para o árduo trabalho de ouvir tantas horas de gravação e ainda, transcrever não só o que fosse considerado importante para compor o último capítulo, mas também, tudo que fosse necessário para dar significado em cada linha escrita.

Sobre os nossos marcadores de estudo aglutinamos as nossas análises em três dimensões e por ela seguimos até as nossas análises. Mariano (2003:6) pondera que “a noção de empoderamento das mulheres é uma questão chave das reivindicações com a perspectiva de gênero”, enquanto Sorj e Gomes (2011:153) destacam que “empoderamento tornou-se a forma de subjetivação correspondente ao novo desenho das políticas sociais”. Neste sentido, observamos que o termo empoderamento foi incorporado nesta política como premissa e também como um novo vocabulário.

Sendo assim, foi pelo viés do empoderamento e da autonomia econômica que percebemos o significado desta dimensão na vida das entrevistadas. A aquisição de um cartão de banco em seu nome, a possibilidade de “comprar minhas coisas” e ou ajudar algum filho e ou filha, simboliza que por essa estratégia financeira, muitas mulheres permaneceram inseridas no MPAZ e também reconheceram que a independência e a inserção no mercado de trabalho ou a conquista de outras formas de renda, foram instigadas por esta política. Foi um diferencial, uma vez que a perspectiva de igualdade de gênero, passa também pela autonomia econômica. O viés econômico pode ser considerado também, na lógica do MPAZ um fator para outras conquistas individuais e também coletivas.

A MPAZ⁴ relatou o quanto era difícil para ela além de todos os afazeres da dinâmica da vida cotidiana, ainda manter a rotina de visitas e cuidados com o filho

que está no presídio. Ela fez questão de justificar que não diminuiu o amor de mãe, mas ela era a única a cumprir essa tarefa e diante de tantas outras que já estavam em sua responsabilidade, como a criação do neto, filho do filho detento, tomou a decisão que não era mais possível destinar as mesmas quantidades de horas nesta adversidade da vida.

Ao tratarmos da cidadania das mulheres, é importante mencionarmos que não há outra perspectiva de debate entre cidadania e gênero, que não passe pelo reconhecimento das diferenças, como fator de justiça e da promoção da igualdade entre homens e mulheres. Que cada vez mais se apontem políticas que promovam o respeito as identidades e as representações e sublinhe e que se promova mais políticas com pilares nas diferenciações, seja de gênero, de raça, classe e culturas.

A luta pela cidadania das mulheres não se esgota nas agendas feministas ou nas grandes conferências, ela é diária e deve ser evocada em todas as oportunidades. São as mulheres a maioria populacional deste país e são elas também as mais afetadas pelas desigualdades e pela pobreza, sobretudo as mulheres negras e periféricas. Elas narraram e marcaram esse estudo com as questões que enfrentam na criação dos filhos, como chefe de família e ainda, enfrentando preconceitos diversos, sobretudo por serem mulheres, o machismo, as violências e também a difícil tarefa de conciliar todas as tarefas em duplas e triplas jornadas.

Nas relações de gênero as mulheres ponderam que elas são as mais responsáveis pelas tarefas, não importa se trabalham formalmente ou não e que nem sempre era tão fácil conciliar com as atividades do projeto. Nem sempre foi fácil superar quando “o marido reclamava um pouquinho”.

Buscamos por meio dos nossos referenciais de literatura, do protagonismo das mulheres, no acervo pessoal, nas leituras de tantas mídias, apresentarmos possíveis respostas que atendessem ao objetivo deste estudo e também as hipóteses argumentadas. Assim, consideramos que, a escolha de um território da Baixada Fluminense para a realização desta dissertação foi uma escolha assertiva. Encontramos poucas e atuais produções acadêmicas que versam a temática de gênero e políticas públicas desenvolvidas na região da Baixada.

Podemos ainda ponderar que a escolha do campo-tema, como metodologia de pesquisa promoveu reencontros com as mulheres na lógica do território, tal como fomentou lembranças, memórias, sentimentos e sobretudo, o olhar delas sobre o impacto das ações do MPAZ após 10 anos e a inserção destas mulheres neste projeto.

As entrevistas de campo, os diálogos com as mulheres e as vivências produzidas nos levaram à uma ampla análise sobre a incidência desta política na vida das beneficiárias e também, sua persistência, mesmo após a conclusão efetiva do projeto no território. A terceira hipótese apresentada neste estudo, expressa que apesar da execução do projeto através de uma extensa carga horária de formação e atividades, na perspectiva de uma política de gênero, o projeto não foi capaz de alterar as trajetórias das beneficiárias, uma vez que dependeria de outros fatores, possivelmente alheios à condução do projeto. Assim, essa hipótese se firma diante dos depoimentos destas mulheres e da argumentação no capítulo de análises.

O Mulheres da Paz por si só não foi um projeto capaz de dar conta de todas as questões que as mulheres atravessam, apesar dos notórios avanços e mudanças percebidos e apontados por elas. Porém a dinâmica que envolve a vida das mulheres e da maioria negra e sua real invisibilidade, exige que as questões estruturais sejam atacadas e extrapolem a lógica um projeto com recorte de gênero.

As mulheres utilizaram expressões que exprimem mudanças em seus cotidianos e trajetórias, tais como “tenho mais coragem”; “passei a conhecer meus direitos” e ou “dei meu grito de liberdade”. Essas palavras aglutinaram força à vida das mulheres, entretanto, outros fatores seriam necessários, sobretudo a viabilização de outras oportunidades firmadas pelo estado que ofertou a política pública.

Percebemos que após a finalização do projeto, a responsabilização pela continuidade e pela busca por melhores condições de vida, recaíram sobre a vida de cada MPAZ. O projeto foi uma estratégia importante que alcançou mulheres de boa parte do Brasil e deu significado a vivências que permearam seus dias, seus sonhos e possibilidades. Promoveu formações, consumo, integrações, acesso a bens culturais e criou novas relações de convívio. Ainda assim, não o suficiente sob o

aspecto da continuidade. Foi comum ouvir algo como “nunca mais sai” ou, “eu só fiz enquanto teve o projeto”.

Dessa forma, é importante ressaltar que nem sempre a teoria abordada corresponde às práticas do cotidiano dessas mulheres. Ainda assim, são elas que narram as mudanças ocorridas, sentidas e percebidas e neste conjunto elas afirmam terem alcançado mais autonomia, mais consciência de cidadania, direitos e empoderamento.

Sorj e Gomes (2011:158) sintetizam que “as Mulheres da Paz, em boa medida, redefinem os objetivos iniciais do programa, nem sempre confirmam o lugar de cuidadoras que lhes é atribuído”; quando elas mesmas ligavam suas funções ao cuidado com os jovens do Protejo. Em muitos momentos percebemos que as participantes enxergavam a razão da existência do projeto a conexão com o Protejo e assim se autodenominaram madrinhas, tias e afins. Ainda assim, as autoras ponderam que as MPAZ buscavam a construção do seu lugar no território e nas atividades destinadas somente a elas.

A experiência do Mulheres da Paz foi uma política com “sensibilidade” e “recorte” de gênero. Uma política destinada às mulheres, com percurso formativo numa agenda que buscava equilíbrio entre ser feminina e feminista ou a sobreposição destas categorias. Porém, por se tratar de uma política do governo federal com a autonomia dos estados para a implementação do desenho local, deveria ter havido mais interação entre as esferas de governo e, pela abrangência e tempo de execução, teria enriquecido ainda mais a troca efetiva com as equipes de outros estados e também a integração das mulheres beneficiárias.

Não concluímos as ideias e possibilidades que a temática deste trabalho permite, porém consideramos neste encerramento com reticências, que ao falarem de sonhos, projetos futuros, as mulheres protagonistas das nossas entrevistas sempre argumentavam que seria importante este projeto ou outro com essas características pudessem voltar para beneficiar outras mulheres e até elas mesmas que afirmavam o desejo de voltar. São elas que reafirmam o sentido desta política.

“No trabalho. Estou usando meu lema “Mulher da Paz, sempre Mulher da Paz.” Eu educo meus alunos para terem uma visão à frente.” Então, todos os dias dentro daquela escola, eu me sinto uma Mulher da Paz. Todos os dias, Vanessa. Todos os dias. Porque eu quero que os meus alunos cresçam”. Mpaz 5

“O projeto tinha que voltar. Trabalhar mais a mulherada da Baixada. Tem muita mulher ainda sofrendo e precisa né? As mulheres precisam aprender a lutar pela vida”. Mpaz6

“Eu gostaria que viesse outro projeto, uma coisa maior. Que pudessem incentivar mais mulheres. Eu moro num lugar muito carente, mas eu sonho, fecho meus olhos e vejo aquele lugar diferente.” MPAZ15

Aquela Mulher da Paz, a MPAZ5 tímida, que tinha medo de andar sozinha, que tenta sempre reafirmar o lugar do marido no arranjo familiar, no momento em que ela sustenta a casa e tornou-se mais independente. Essa mulher que na entrevista contou que se tornou pedagoga recentemente e que trabalha na escola que sempre sonhou e que diz que no trabalho usa o lema “Mulher da Paz, sempre Mulher da Paz”, neste ano de 2019 teve a oportunidade de ir pela primeira vez à Bienal do Livro, não apenas como professora das séries iniciais, mas como participante de uma mesa, contando sobre seus livros escritos e escondidos em seus sonhos. “Precisamos nos esforçar para “erguer-nos enquanto subimos”, assim nos impulsiona Davis (2017:17).

A pesquisadora que ousou sonhar os sonhos de tantas mulheres e que também um dia foi uma Mulher da Paz, das lutas, das experiências frustrantes e também das alegrias colaborou para fosse concretizada essa grande experiência da vida da MPAZ5. A entrevista em um dia de calor no verão, produziu a vontade de continuar a promover asas e gritos de liberdade.

Talvez em 2008 a disputa pela concepção do projeto que passou pelas feministas da SPM, dos formuladores do CNJ e do MJ até o desenho local em cada estado, fizesse tanto sentido. Nos governos petistas de Lula e Dilma as políticas sociais eram orientadas ao enfrentamento da miséria - vide o programa Bolsa-Família- e das desigualdades sociais, A criação da SPM foi um avanço, embora não fosse a detentora da execução do Mulheres da Paz, foi importante para pensar a atuação desta política.

No Brasil atual o conservadorismo se alastra e as políticas para as mulheres são conduzidas por essa atmosfera de atraso em relação as agendas anteriores. As mulheres brasileiras enfrentam um pacote de retrocessos escritos nas linhas da Reforma Trabalhista e da Previdenciária Pública. Mais uma vez, é sobre a vida das mulheres que mais recaem os efeitos negativos das reformas. São as mulheres que mais são demitidas na volta ao trabalho após a licença-maternidade e são elas que mais sobram nesta grande fila nacional por um emprego.

O MPAZ foi uma conquista para as aspirações coletivas e individuais de milhares de mulheres no Brasil, no Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense. Que sirva de inspiração para outras iniciativas no campo das políticas públicas de gênero e contemple a diversidade. A memória do MPAZ, contribui também para pensar afirmar a importância de um tempo futuro, pensar uma agenda que dialogue e amplie o reconhecimento das identidades, aqui no caso, das mulheres. Que um novo ciclo de políticas de redistribuição seja um dia retomado.

Na atualidade onde é tão questionada e onde permeiam tantas falácias sobre ideologia de gênero, é preciso que pelo menos o espaço acadêmico, lugar de produção, seja o grande vínculo de reflexão desta temática de gênero e políticas públicas.

Quando uma mulher diz que após o Mulheres da Paz ela deu o seu grito de liberdade, é um sinal positivo sobre os benefícios de uma política destinada às mulheres. Apesar dos retrocessos e das violências que destituíram uma presidenta eleita, Dilma Rousseff e que silenciou a voz de Marielle Franco, há de se compreender que na primavera que findamos este trabalho, é a mesma primavera que que floriu o Brasil num período de tantas proposições no âmbito das políticas públicas e que deu origem a projetos como MPAZ.

Dessa forma, há também de florir o futuro que um dia chegará, pois, os tempos sombrios e de retrocessos podem ocultar por um tempo as flores que nascem e não as primaveras que se renovam a cada ano.

É preciso sob alguma estratégia alimentar as produções que versam os avanços alcançados até aqui e assim, fomentar mais estudos, possibilidades e visões. Lá na frente, será tão necessário!

Quanto a pesquisadora e todo percurso realizado, demonstra uma realização pessoal pelo reencontro e pela oportunidade de ouvir e fazer memória a voz e os sentimentos de tantas mulheres. Em todo trabalho, buscamos lançar um olhar atento sobre a trajetória das mulheres e as mudanças relatadas por elas e, a partir desta visão, apontarmos elementos que suscitem novos estudos em relação as políticas para as mulheres no Estado do Rio de Janeiro.

Foi a inserção das mulheres da Baixada Fluminense na agenda governamental e a experiência acumulada ao longo do projeto que moveram o caminho e o caminhar de tantas mulheres, das Mulheres da Paz. Por fim, cabe ainda questionar em que tempo novas e outras políticas públicas serão ofertadas às mulheres de todo Brasil e as mulheres do Rio de Janeiro?

São reflexões apontadas neste estudo que apesar das dificuldades da inserção no campo, do tempo para que nenhuma informação se perdesse e o longo tempo de explorar essas ricas narrativas, esse trabalho alcançou os objetivos propostos e toda constatação, advém dos mais sinceros, abertos e efetivos relatos das Mulheres da Paz que colaboraram com esta dissertação.

Que as mulheres sejam livres!

Voem!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMB – Articulações de Mulheres Brasileiras. *Políticas Públicas para a Igualdade: balanço de 2003 a 2010 e desafios do presente*. Brasília: CFEMEA / Secretária Executiva da AMB-Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense, 2011.

ANDRÉAS, Sergio. Segurança e cidadania: memórias do Pronasci: depoimentos ao Cpdoc/FGV/ Marieta de Moraes Ferreira e Ângela Britto (Orgs.).- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BANDEIRA, Lourdes. Brasil: fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas. **A pobreza e as políticas de gênero no Brasil**. Santiago de Chile: CEPAL, 2005. (Série Mujer y Desarrollo, n. 66).

BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara C. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. *Revista do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam)*, v. 2, Universidade de Brasília, 2013, p. 35-46.

BRASIL, Ministério da Justiça. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, 2007.

_____. Medida Provisória nº 384, de 20 de agosto de 2007, que “Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, e dá outras providências”.

_____. Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), alterado pela Lei nº 11.707, de 19 de junho de 2008.

_____. LEI 11.340 de 7 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em 14/12/2018.

_____. LEI 13.104 de 9 de março de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm. Acesso em 14/12/2018

BAQUERO, R.V. A. Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. *Revista Debates*. 2012; 6: 173-87.

BRESSIANI, N. A. Multiculturalismo ou Desconstrução? Reconhecimento em Young e Fraser. **Humanidades em Diálogos**, São Paulo, v 1, n 1, p. 81-98, nov. 2007.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p.25

CARLOTO, Cassia Maria; MARIANO, Silvana. As mulheres nos programas de transferência de renda: manutenção e mudanças nos papéis e desigualdades de gênero. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA REDE MUNDIAL DE RENDA BÁSICA DE CIDADANIA, 13º, São Paulo, 2010.

CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea). Os direitos das mulheres na legislação brasileira pós-constituente / Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Almira Rodrigues (Org.), Iáris Cortês (Org.) -- Brasília: LetrasLivres, 2006. P.14

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e modernidade. *Perspectivas*: revista de Ciências Sociais, São Paulo, Universidade Estadual Paulista, n.22, 1999.

CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea). Os direitos das mulheres na legislação brasileira pós-constituente / Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Almira Rodrigues (Org.), Iáris Cortês (Org.) -- Brasília: Letras Livres, 2006. P.14

DAVIS, Angela. Mulheres, Cultura e Política. Tradução Heci Regina Candiani- 1ª. Ed.- São Paulo: Boitempo, 2017. Tra

FARAH, M. F. S. Gênero e Políticas Públicas. *Estudos Feministas*, v. 12, janeiro-abril de 2004, p. 47-71.

FARAH, Marta. Palestra apresentada no Seminário O governo da cidade do ponto de vista das mulheres – trabalho e cidadania ativa, Mesa “Estado e políticas públicas: a construção da igualdade,” Coordenadoria Especial da Mulher, Prefeitura Municipal de São Paulo, São Paulo, 22 e 23 de julho, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a Tipologia de Territórios In: SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Saverio. (orgs.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-216.

FERREIRA, Marieta de Moraes e BRITTO, Ângela (Org.). (2010), Segurança e cidadania: memórias do Pronasci. Rio de Janeiro: Editora FGV.

FLEURY, S. 2003. Políticas sociais e democratização do poder local. In : VERGARA, S. C. & CORRÊA, V. L. A. (orgs.). 2003. *Propostas para uma gestão pública municipal efetiva*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Páginas de 1-20. Disponível em: http://peep.ebape.fgv.br/sites/peep.ebape.fgv.br/files/politicas_sociais_democratizac_aolocal.pdf. Acesso em 12 de maio de 2018.

FLEURY TEIXEIRA, Sonia Maria. A expansão da cidadania. Texto apresentado no VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Lisboa, pp. 8-11, 2002. Acesso em: 22 de janeiro de 2019. <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044510.pdf>

FLEURY, S. (2005). Inclusión social y democracia deliberativa en América Latina. En R. Canudas y M. Lorenzelli (eds.), Inclusión social. Una perspectiva para la reducción de la pobreza, (pp. 194 – 208). Tegucigalpa, Honduras: INDES. Visto em: [http://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/E55A5A70B6581DAE05257F2A006F170E/\\$FILE/Inclusi%C3%B3nSocialPerspectiva_para_Reducci%C3%B3nPobreza.pdf](http://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/E55A5A70B6581DAE05257F2A006F170E/$FILE/Inclusi%C3%B3nSocialPerspectiva_para_Reducci%C3%B3nPobreza.pdf). Acesso em: 22 de janeiro de 2019.

FÓRUM MUNDIAL ECONOMICO:

http://cite.gov.pt/pt/destaques/complementosDestqs2/WEF_GGGR_2017.pdf- Davos,2017.Acesso em 22 de janeiro de 2019

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). Pronasci em perspectiva: dezembro 2008. Relatório do Projeto: Sistema de Monitoramento, Avaliação e Desenvolvimento Institucional do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (SIMAP/Pronasci). FGV-Projetos, 2008.

_____. Pronasci em números: janeiro 2009. Relatório do Projeto: Sistema de Monitoramento, Avaliação e Desenvolvimento Institucional do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (SIMAP/Pronasci). FGV-Projetos, 2009.

TARSO, Genro. Segurança e cidadania: memórias do Pronasci: depoimentos ao Cpdoc/FGV/ Marieta de Moraes Ferreira e Ângela Britto (Orgs.).- Rio de Janeiro:Editora FGV, 2010

GIL, Antônio Carlos, 1946- Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GODINHO, T. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: Godinho, T. e Silveira, M. L. da (orgs.). Políticas públicas e igualdade de gênero. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, p.55-64

GROPPI, A. As raízes de um problema. In: BONACCHI, G.; GROPPPI, A. (Orgs.). O dilema da cidadania – direitos e deveres das mulheres. São Paulo: UNESP, 1995, p. 11-25.

HIRATA. T. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: Godinho, T. e Silveira, M. L. da (orgs.). Políticas públicas e igualdade de gênero. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, p.44-54

JENSON, J. Políticas públicas e investimento social: quais as consequências para a cidadania social das mulheres? *Estud. sociol.*, Araraquara, v.17, n.32, p.87-106, 2012. Tradução: Michèle NAHAS.

KYMLICKA, W. Citizenship”, in E. Craig (org.), *Routledge Encyclopedia of Philosophy* (Londres: Routledge, 1998). Tradução: Desidério Murcho (2016). Disponível em: https://criticanarede.com/leit_cidadania.html. Acesso em janeiro de 2019.

LISBOA, T. K.; MANFRINI, D. B. Cidadania e equidade de gênero: políticas públicas para as mulheres excluídas dos direitos mínimos. *Revista Katalysis*, Florianópolis, n. 1, jan.2005.

MARIANO, Silvana Aparecida. Incorporação de gênero nas políticas públicas: incluindo os diferentes na cidadania. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS, 2., 2003, Florianópolis, Anais.... Florianópolis: UFSC, 2003. Disponível em: http://www.titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos_gensex/Genero%20nas%20politicass%20publicas.pdf Acesso em 22 de janeiro de 2019.

MARIANO, S. A. (2008). *Feminismo, Estado e Proteção social: a cidadania das mulheres pobres*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH. Campinas: Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280666/1/Mariano_SilvanaAparecida_D.pdf

MARQUES-PEREIRA, B. *Dicionário Crítico do Feminismo*. Ed. Unesp. 1ª Ed. 2009. P.35-44. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p.67-75%20in%20Dicionario_critico_do_feminismo%202009.pdf. Acesso em 20 de agosto de 2019.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes e MELO, Hildete Pereira de. “Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962. Ou como são feitas as leis.” In: *Estudos Feministas*. Florianópolis, v.16, nº4, maio-agosto 2008, p. 440.

MARSHALL, Thomas. H. (1967), *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARIANO, S. A.; CARLOTO, C. M. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. **Estudos Feministas**, v. 7, n. 3, p. 901-908, 2005.

MEDEIROS, Luciene. *Em briga de marido e mulher, o Estado deve meter a colher: políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica*. Rio de Janeiro; Ed. PUC-Rio; São Paulo; Reflexão, 2016.

MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Débora. *Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Cidadania no feminino. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2013. 6ª Ed. p. 495-513

NOVA IGUAÇU, Câmara Municipal da Cidade de Nova Iguaçu. Disponível em: <http://www.cmni.rj.gov.br/site/novaiguacu-mapa-regional/>. Acesso em: 30 de julho de 2019

OLIVEIRA. Eleonora Menicucci de Oliveira. Dez anos de políticas para mulheres: avanços e desafios. In: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. SADER, Emir (org.). São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

ONU, Mulheres. Plano de Ação de Beijing, 1995. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/BDPfA%20E.pdf>. Acesso em 30 de junho de 2019

PAPA, Fernanda de C. Transversalidade e políticas públicas para mulheres no Brasil - percursos de uma pré-política. 2012. 177f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2012.

PRÁ, J. R.; EPPING, L. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. Rev. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n. 1, abr. 2012.

RIOS, Verônica Sanches da Cruz et.al. As novas propostas para a segurança pública no Brasil: uma análise comparativa dos projetos Bolsa Formação e Mulheres da Paz. **Revista do Serviço Público**, v. 61, n. 4, p. p. 345-370. Brasília. 2010

ROUSSEFF, D. Primeiro pronunciamento da presidente eleita Dilma Rousseff. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/posse-de-dilma/noticia/2011/01/veja-integra-do-discurso-de-posse-de-dilma.html>. Acesso em: 11/10/2019

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, Patriarcado, Violência. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004,

SAFFIOTI, Heleieth I. B. O Segundo Sexo À Luz Das Teorias Feministas Contemporâneas - Diálogo com Simone de Beauvoir e Outras Falas, organizado por Cecilia Sardenberg, Alda Britto da Motta e Márcia Gomes. Salvador, Bahia: NEIM/UFBA, 2000, p.15-38

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SARAVIA, E. Introdução à teoria de política pública. In: SARAVIA, E. e FERRAREZI, E. (orgs.). *Políticas Públicas – Coletânea*, v. 1. Brasília: ENAP, 2006, p. 21-43.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. SOS Corpo. Recife: 1995.

SEASDH. Mulheres da Paz: texto base para a Conferência Livre Rio Cultura de Paz. Rio de Janeiro. 2010

_____. PAZ, Substantivo feminino. A experiência do Programa Mulheres da Paz no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2011

_____. Guia de Consulta. Projeto Mulheres da Paz. Rio de Janeiro, 2011.

SIMÕES, Manoel Ricardo. Baixada Fluminense, sociedade e natureza. Cidade Estilhaçada – reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Geografia UFF. (Tese de doutorado), 2006.

SOARES, Vera. A construção da cidadania fragilizada da mulher. In: EMILIO, M., TEIXEIRA, M., NOBRE M., GODINHO, T., (Orgs). Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para a política pública. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

SOIHET, R. In: DEL PRIORE, M. (Org.). MULHERES POBRES E VIOLÊNCIA NO BRASIL URBANO História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997. p. 304.

SORJ, B.; GOMES, C. O gênero da “nova cidadania”: o programa Mulheres da Paz. *Sociologia e Antropologia*, PPGSA/UFRJ, Rio de Janeiro 1/2, 2011, pp.147-163. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sant/v1n2/2238-3875-sant-01-02-0147.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2018.

SOUZA, Celina. Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51. 2003.

SPINK, P. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, v. 15, n. 2, p. 18-42, 2003.

YOUNG, I.M. (1989) “Polity and Group Difference: A Critique of the Ideal of Universal Citizenship”, *Ethics* 99 (2): 250–74; repr. in R. Beiner, *Theorizing Citizenship*, Albany, NY: State University of New York Press, 1994.

YOUNG, I. M. 2006. “Representação política, identidade e minorias”. Lua Nova. São Paulo, n. 67.

ANEXO I – ROTEIRO DE ENTREVISTA

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS MESTRADO EM ESTADO, GOVERNO E POLÍTICAS PÚBLICAS - 2019

Anexo – Roteiro de Entrevista

Esta entrevista está sendo realizada na cidade de Nova Iguaçu, no bairro de Miguel Couto e adjacência onde ocorreu a execução do projeto Mulheres da Paz, entre os anos de 2008 e 2011, com a participação de 143 mulheres destas comunidades. Hoje: ___/___/___

Horário: ___ : ___

Local: _____

_____. Eu, Vanessa da Costa, estudante de mestrado nesta referida faculdade, aplico a pesquisa com a Mulher da Paz _____, que está ciente que toda conversa desta entrevista e as percepções encontradas, serão usadas na elaboração dos estudos da dissertação de mestrado que tem por título “Uma Vez Mulher da Paz, sempre Mulher da Paz, orientada pela professora doutora Sônia Fleury, na Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais, que por ora, encontra-se em período de coleta de dados por meio desta pesquisa de campo. Registro também, que a identidade da entrevistada será mantida em sigilo, tal como todas as declarações prestadas. Sendo assim, todas as suas respostas serão tratadas de forma confidencial e anônima e de forma voluntária.

Identificação:

Nome:

Qual a sua idade hoje?

Qual bairro que você mora? Já tem muito tempo que você mora aqui?

Em relação a sua raça, a sua cor, como você se considera?

Você está trabalhando? E na época do projeto, você já trabalhava? Era na mesma função?
Verificar se teve outros trabalhos

E a sua religião? Você frequenta alguma religião?

Sobre a sua escolaridade? Como foi a sua trajetória escolar/acadêmica?

E na sua casa, quantas pessoas moram com você? (Identificar quem são as pessoas durante a conversa). Observar se têm filhos que não moram mais juntos...

A. Percepção geral do Projeto e atuação:

1. Como você chegou ao projeto Mulheres da Paz? Como soube, se alguém te chamou...conta um pouco sobre a sua chegada ao projeto em 2008.
2. Você já tinha participado de outros projetos assim do governo ou de alguma organização?
3. Quais lembranças do projeto mais marcaram a sua vida?
4. Como era a sua relação com as outras mulheres do projeto? Você já conhecia muitas mulheres? Como essa relação?
5. Teve algum tema da formação que você mais se identificou?
6. Como eram as suas tarefas no projeto, o que você fazia? Participava de algum grupo específico?
7. Em qual área da sua vida, você acredita que foi mais impactada pelo projeto Mulheres da Paz?
8. Havia alguma coisa que você não gostava?
9. Porque você acha que acabou o projeto?
10. Que falar mais alguma coisa da sua participação no projeto?

B. Empoderamento e autonomia:

1. Aqui se a entrevistada estiver trabalhando, dialogar sobre o trabalho dela, a rotina, que horas sai, quantas horas trabalha....Caso não, dialogar no sentido se entender se é por vontade própria, ou está desempregada a procura de...
2. Quem mais contribui para as despesas da sua casa hoje?
3. Tem alguma despesa que seja só sua, que é da sua responsabilidade?
4. A bolsa recebida de 190,00 fez alguma diferença na sua vida, durante os 3 anos do projeto? Te ajudou a realizar algo? E depois que acabou, você buscou algo?
5. Você recebe ou recebia algum outro benefício do governo?

C. Cidadania das Mulheres

1. Para você o que significa a frase: “uma vez mulher da paz, sempre mulher da paz”?
2. Antes do projeto você participava de alguma atividade do seu bairro, da sua cidade...?
3. Você já teve algum conflito, ou situação sua ou de algum familiar, vizinho, parente que você precisou recorrer à justiça ou aos órgãos de proteção, de defesa, ou algo semelhante? Como foi?
4. Você alguma vez já percebeu uma situação de preconceito ou alguém te tratou mal por alguma característica sua?

Aqui serão também analisadas as informações de identificação.

D. Relações de gênero:

1. E na sua família, quem mais toma as decisões da casa? “Quem manda lá?” (tom leve)
2. Quem cuida mais das tarefas da casa? Cada um tem uma tarefa, ou não? Como funciona/
3. No dia-a-dia, você tinha alguma dificuldade para participar das atividades do projeto?
4. E hoje, como é a sua rotina, o que você mais gosta de fazer?
5. E o que você acha que mais mudou na sua vida, após o projeto Mulheres da Paz?

